



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Campus Jaguarão

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL**

**Jaguarão
Janeiro, 2023**

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
BACHARELADO EM PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL

- ♣ Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- ♣ Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- ♣ Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Graduação: César Flaubiano da Cruz Cristaldo
- ♣ Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- ♣ Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- ♣ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ♣ Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- ♣ Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- ♣ Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- ♣ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- ♣ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ Diretora do Campus: Silvana Maria Gritti
- ♣ Coordenador Acadêmico: Lucio Jorge Hammes
- ♣ Coordenadora Administrativa: Tatiane Marques de Oliveira
- ♣ Coordenadora do Curso: Patrícia Schneider Severo
- ♣ Coordenador Substituto: Gabriel Medeiros Chati
- ♣ Núcleo Docente Estruturante: Thomas Josué Silva (Presidente), Vera Maria Guimarães (secretária), Patrícia Schneider Severo, Gabriel Medeiros Chati, Alexandre Caldeirão Carvalho e Hilda Jaqueline de Fraga (suplente).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de Graduação Ofertados nos Campi da Unipampa	18
Quadro 2 - Cursos de Especialização ofertados pela Unipampa	21
Quadro 3 - Cursos Superiores ativos na área da produção e Política Cultural	30
Quadro 4 - Atividades Complementares de Graduação	67
Quadro 5 - Migração curricular	72
Quadro 6 – Componentes Curriculares Obrigatórios	157
Quadro 7 - Componentes Curriculares Complementares	158
Quadro 8 - Laboratórios e setores.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	61
Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso (Presencial)	62
Tabela 3 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACG - Atividades Complementares de Graduação

CCCG - Componentes Curriculares Complementares de Graduação

CCOG - Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação

CONSUNI - Conselho Universitário

CRP - Conceito Preliminar de Curso

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MinC – Ministério da Cultura

NDE - Núcleo Docente Estruturante

NInA - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

NUDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional

PET - Programa de Educação Tutorial

STIC - Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	8
APRESENTAÇÃO	10
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA	11
1.2. CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS E DO CURSO.....	23
1.2.1. <i>Jaguarão uma breve história</i>	23
1.2.2. <i>Campus Jaguarão</i>	27
1.3. CONCEPÇÃO DO CURSO	28
1.3.1. <i>Justificativa</i>	33
1.3.2. <i>Histórico do Curso</i>	37
1.4. APRESENTAÇÃO DO CURSO	37
1.4.1. <i>Administração do Campus Jaguarão</i>	38
1.4.2. <i>Funcionamento do Curso</i>	39
1.4.3. <i>Formas de Ingresso</i>	40
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	45
2.1. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO.....	45
2.1.1. <i>Políticas de Ensino</i>	46
2.1.2. <i>Políticas de Pesquisa</i>	48
2.1.3. <i>Políticas de Extensão</i>	49
2.2. OBJETIVOS DO CURSO	52
2.3. PERFIL DO EGRESSO.....	53
2.3.1. <i>Campos de Atuação Profissional</i>	55
2.3.2. <i>Habilidades e Competências</i>	58
2.4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	59
2.4.1. <i>Requisitos para integralização curricular</i>	61
2.4.2. <i>Matriz curricular</i>	61
2.4.3. <i>Abordagem dos Temas Transversais</i>	65
2.4.4. <i>Flexibilização Curricular</i>	65
2.4.5. <i>Migração curricular e equivalências</i>	71
2.4.6. <i>Trabalho de Conclusão de Curso</i>	73
2.4.7. <i>Inserção da extensão no currículo do curso</i>	75
2.5. METODOLOGIAS DE ENSINO.....	79
2.5.1. <i>Interdisciplinaridade</i>	80

2.5.2.	<i>Práticas Inovadoras</i>	81
2.5.3.	<i>Acessibilidade Metodológica</i>	81
2.5.4.	<i>Tecnologias de informação e Comunicação (TIC) no Processo de ensino e aprendizagem</i>	84
2.6.	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	85
2.7.	APOIO AO DISCENTE	87
2.8.	GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	89
3.	EMENTÁRIO	91
3.1.	FUNDAMENTOS DE GESTÃO (CCOG).....	91
3.1.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	91
3.1.2.	<i>Ementa</i>	91
3.1.3.	<i>Objetivo Geral</i>	92
3.1.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	92
3.1.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	92
3.1.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	92
3.2.	HISTÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO BRASIL (CCOG).....	93
3.2.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	93
3.2.2.	<i>Ementa</i>	93
3.2.3.	<i>Objetivo Geral</i>	93
3.2.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	93
3.2.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	93
3.2.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	94
3.3.	INTRODUÇÃO À PRODUÇÃO CULTURAL (CCOG)	94
3.3.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	94
3.3.2.	<i>Ementa</i>	95
3.3.3.	<i>Objetivo Geral</i>	95
3.3.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	95
3.3.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	95
3.3.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	95
3.4.	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA POLÍTICA (CCOG).....	96
3.4.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	96
3.4.2.	<i>Ementa</i>	96
3.4.3.	<i>Objetivo Geral</i>	96
3.4.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	96
3.4.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	96
3.4.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	96

3.5.	PRODUÇÃO TEXTUAL (CCOG)	97
3.5.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	97
3.5.2.	<i>Ementa</i>	97
3.5.3.	<i>Objetivo Geral</i>	97
3.5.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	97
3.5.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	97
3.5.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	98
3.6.	ANTROPOLOGIA DA ARTE (CCOG).....	98
3.6.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	98
3.6.2.	<i>Ementa</i>	98
3.6.3.	<i>Objetivo Geral</i>	98
3.6.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	98
3.6.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	98
3.6.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	99
3.7.	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ARTE (CCOG).....	99
3.7.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	99
3.7.2.	<i>Ementa</i>	99
3.7.3.	<i>Objetivo Geral</i>	99
3.7.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	99
3.7.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	100
3.7.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	100
3.8.	HISTÓRIA DA ARTE (CCOG).....	100
3.8.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	100
3.8.2.	<i>Ementa</i>	100
3.8.3.	<i>Objetivo Geral</i>	100
3.8.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	101
3.8.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	101
3.8.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	101
3.9.	ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS (CCOG)	101
3.9.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	101
3.9.2.	<i>Ementa</i>	101
3.9.3.	<i>Objetivo Geral</i>	102
3.9.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	102
3.9.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	102
3.9.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	102
3.10.	TEORIAS DA CULTURA (CCOG)	102
3.10.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	102

3.10.2.	<i>Ementa</i>	103
3.10.3.	<i>Objetivo Geral</i>	103
3.10.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	103
3.10.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	103
3.10.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	103
3.11.	CULTURA E IDENTIDADE LATINO-AMERICANA (CCOG).....	103
3.11.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	103
3.11.2.	<i>Ementa</i>	104
3.11.3.	<i>Objetivo Geral</i>	104
3.11.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	104
3.11.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	104
3.11.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	104
3.12.	GESTÃO DE EVENTOS (CCOG).....	104
3.12.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	104
3.12.2.	<i>Ementa</i>	105
3.12.3.	<i>Objetivo Geral</i>	105
3.12.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	105
3.12.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	105
3.12.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	105
3.13.	METODOLOGIA DA PESQUISA (CCOG)	106
3.13.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	106
3.13.2.	<i>Ementa</i>	106
3.13.3.	<i>Objetivo Geral</i>	106
3.13.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	106
3.13.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	106
3.13.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	107
3.14.	PRODUÇÃO CULTURAL, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS (CCOG) ...	107
3.14.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	107
3.14.2.	<i>Ementa</i>	107
3.14.3.	<i>Objetivo Geral</i>	107
3.14.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	107
3.14.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	108
3.14.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	108
3.15.	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS (CCOG).....	109
3.15.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	109
3.15.2.	<i>Ementa</i>	110
3.15.3.	<i>Objetivo Geral</i>	110

3.15.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	110
3.15.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	110
3.15.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	110
3.16.	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (CCOG)	110
3.16.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	110
3.16.2.	<i>Ementa</i>	111
3.16.3.	<i>Objetivo Geral</i>	111
3.16.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	111
3.16.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	111
3.16.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	111
3.17.	MEDIAÇÃO CULTURAL (CCOG)	112
3.17.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	112
3.17.2.	<i>Ementa</i>	112
3.17.3.	<i>Objetivo Geral</i>	112
3.17.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	112
3.17.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	112
3.17.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	113
3.18.	SOCIOLOGIA DA CULTURA (CCOG)	113
3.18.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	113
3.18.2.	<i>Ementa</i>	113
3.18.3.	<i>Objetivo Geral</i>	113
3.18.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	113
3.18.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	113
3.18.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	114
3.19.	CULTURAS DIGITAIS (CCOG)	114
3.19.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	114
3.19.2.	<i>Ementa</i>	114
3.19.3.	<i>Objetivo Geral</i>	114
3.19.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	114
3.19.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	115
3.19.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	115
3.20.	LABORATÓRIO DE PROCESSOS DE CRIAÇÃO E NARRATIVAS VISUAIS (CCOG).....	115
3.20.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	115
3.20.2.	<i>Ementa</i>	115
3.20.3.	<i>Objetivo Geral</i>	115
3.20.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	116
3.20.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	116

3.20.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	116
3.21	LITERATURA E SOCIEDADE (CCOG)	116
3.21.1	ASPECTOS GERAIS	116
3.21.2	EMENTA.....	117
3.21.3	OBJETIVO GERAL.....	117
3.21.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	117
3.21.5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS	117
3.21.6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES.....	117
3.22	PRÁTICAS E EXPERIMENTAÇÕES CULTURAIS I (CCOG).....	117
3.22.1	ASPECTOS GERAIS	117
3.22.2	<i>Ementa</i>	118
3.22.3	<i>Objetivo Geral</i>	118
3.22.4	<i>Objetivos Específicos</i>	118
3.22.5	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	118
3.22.6	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	119
3.23	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): PROJETO	120
3.23.1	<i>Aspectos Gerais</i>	120
3.23.2	<i>Ementa</i>	120
3.23.3	<i>Objetivo Geral</i>	120
3.23.4	<i>Objetivos Específicos</i>	120
3.23.5	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	120
3.23.6	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	121
3.24	PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE (CCOG).....	121
3.24.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	121
3.24.2.	<i>Ementa</i>	121
3.24.3.	<i>Objetivo Geral</i>	121
3.24.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	121
3.24.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	122
3.24.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	122
3.25	GESTÃO DE MARKETING (CCOG)	122
3.25.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	122
3.25.2.	<i>Ementa</i>	123
3.25.3.	<i>Objetivo Geral</i>	123
3.25.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	123
3.25.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	123
3.25.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	123
3.26	ARTES CÊNICAS (CCOG)	124

3.26.1	<i>Aspectos Gerais</i>	124
3.26.2	<i>Ementa</i>	124
3.27	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO (CCOG)	125
3.27.1	<i>Aspectos Gerais</i>	125
3.27.2	<i>Ementa</i>	125
3.27.3	<i>Objetivo Geral</i>	126
3.27.4	<i>Objetivos Específicos</i>	126
3.27.5	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	126
3.27.6	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	126
3.28	PRÁTICAS E EXPERIMENTAÇÕES CULTURAIS II (CCOG).....	127
3.27.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	127
3.27.2.	<i>Ementa</i>	127
3.27.3.	<i>Objetivo Geral</i>	127
3.27.5.	<i>Referências bibliográficas básicas</i>	128
3.27.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	129
3.29	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): DEFESA (CCOG)	129
3.28.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	129
3.28.2.	<i>Ementa</i>	129
3.28.3.	<i>Objetivo Geral</i>	130
3.28.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	130
3.28.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	130
3.28.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	130
3.30	FINANCIAMENTO E ECONOMIA DA CULTURA (CCOG)	130
3.29.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	130
3.29.2.	<i>Ementa</i>	131
3.29.3.	<i>Objetivo Geral</i>	131
3.29.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	131
3.29.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	131
3.29.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	131
3.31	DIREITOS CULTURAIS E CIDADANIA (CCOG).....	132
3.30.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	132
3.30.2.	<i>Ementa</i>	132
3.30.3.	<i>Objetivo Geral</i>	132
3.30.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	132
3.30.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	132
3.30.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	132
3.32	SEMINÁRIO DE ARTE, DIVERSIDADE E PRODUÇÃO CULTURAL (CCOG)	133

3.31.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	133
3.31.2.	<i>Ementa</i>	133
3.31.3.	<i>Objetivo Geral</i>	133
3.31.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	133
3.31.5	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	133
3.31.6	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	133
3.32	POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA (CCCG).....	134
3.32.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	134
3.32.2.	<i>Ementa</i>	134
3.32.3.	<i>Objetivo Geral</i>	134
3.32.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	134
3.32.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	134
3.32.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	135
3.33	PRÁTICAS TEATRAIS EM COMUNIDADES (CCCG).....	135
3.34.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	135
3.34.2.	<i>Ementa</i>	135
3.34.3.	<i>Objetivo Geral</i>	135
3.34.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	135
3.34.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	136
3.34.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	136
3.34	PENSAMENTO DA DIFERENÇA NAS ARTES E NA LITERATURA (CCCG)	136
3.35.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	136
3.35.2.	<i>Ementa</i>	136
3.35.3.	<i>Objetivo Geral</i>	136
3.35.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	137
3.35.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	137
3.35.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	137
3.35	CULTURA E PÓS-MODERNIDADE (CCCG)	137
3.36.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	137
3.36.2.	<i>Ementa</i>	137
3.36.3.	<i>Objetivo Geral</i>	138
3.36.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	138
3.36.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	138
3.36.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	138
3.36	SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO CULTURAL E ANTROPOLOGIA VISUAL (CCCG).....	138
3.37.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	138
3.37.2.	<i>Ementa</i>	139

3.37.3.	<i>Objetivo Geral</i>	139
3.37.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	139
3.37.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	139
3.37.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	139
3.21	HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA (CCCG).....	140
3.38.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	140
3.38.2.	<i>Ementa</i>	140
3.38.3.	<i>Objetivo Geral</i>	140
3.38.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	140
3.38.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	140
3.38.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	140
3.22	PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E GESTÃO CULTURAL (CCCG).....	141
3.41.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	141
3.41.2.	<i>Ementa</i>	141
3.41.3.	<i>Objetivo Geral</i>	141
3.41.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	141
3.41.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	141
3.41.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	142
3.23	DIREITO DOS CONTRATOS E DIREITO AUTORAL (CCCG).....	142
3.42.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	142
3.42.2.	<i>Ementa</i>	142
3.42.3.	<i>Objetivo Geral</i>	143
3.42.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	143
3.42.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	143
3.42.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	143
3.1.	FUNDAMENTOS DA CULTURA BRASILEIRA.....	144
3.44.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	144
3.44.2.	<i>Ementa</i>	144
3.44.3.	<i>Objetivo Geral</i>	144
3.44.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	144
3.44.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	144
3.44.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	144
3.24	PATRIMÔNIO CULTURAL (CCCG).....	145
3.45.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	145
3.45.2.	<i>Ementa</i>	145
3.45.3.	<i>Objetivo Geral</i>	145
3.45.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	145

3.45.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	145
3.45.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	146
3.46	SOCIOLOGIA.....	146
3.46.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	146
3.46.2.	<i>Ementa</i>	146
3.46.3.	<i>Objetivo Geral</i>	146
3.46.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	147
3.46.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	147
3.46.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	147
3.47	ANTROPOLOGIA	147
3.47.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	147
3.47.2.	<i>Ementa</i>	148
3.47.3.	<i>Objetivo Geral</i>	148
3.47.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	148
3.47.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	148
3.47.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	148
3.48	DIREITOS HUMANOS.....	149
3.48.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	149
3.48.2.	<i>Ementa</i>	149
3.48.3.	<i>Objetivo Geral</i>	149
3.48.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	149
3.48.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	149
3.48.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	150
3.49	CINEMA NEGRO E ECONOMIA CRIATIVA	150
3.49.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	150
3.49.2.	<i>Ementa</i>	150
3.49.3.	<i>Objetivo Geral</i>	150
3.49.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	150
3.49.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	151
3.49.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	151
3.50	EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	151
3.50.1.	<i>Aspectos Gerais</i>	151
3.50.2.	<i>Ementa</i>	152
3.50.3.	<i>Objetivo Geral</i>	152
3.50.4.	<i>Objetivos Específicos</i>	152
3.50.5.	<i>Referências Bibliográficas Básicas</i>	152
3.50.6.	<i>Referências Bibliográficas Complementares</i>	152

3.51	ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO (CCCG).....	153
3.51.1.	Aspectos Gerais	153
3.51.2.	Ementa.....	153
3.51.3.	Objetivo Geral.....	153
3.51.4.	Objetivos Específicos.....	153
3.51.5.	Referências Bibliográficas Básicas.....	153
3.51.6.	Referências Bibliográficas Complementares	153
	<i>PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012.</i>	<i>154</i>
3.52	Produção Teatral Brasileira em Meio a Repressão (CCCG).....	154
3.52.1.	Aspectos Gerais	154
3.52.2.	Ementa.....	154
3.52.3.	Objetivo Geral.....	154
3.52.4.	Objetivos Específicos.....	154
3.52.5.	Referências Bibliográficas Básicas.....	154
3.52.6.	Referências Bibliográficas Complementares	154
3.53	Música e Sociedade (CCCG).....	155
3.53.1.	Aspectos Gerais	155
3.53.2.	Ementa.....	155
3.53.3.	Objetivo Geral.....	155
3.53.4.	Objetivos Específicos.....	155
3.53.5.	Referências Bibliográficas Básicas.....	155
3.53.6.	Referências Bibliográficas Complementares	156
4	GESTÃO.....	159
4.1.	RECURSOS HUMANOS	159
4.1.1.	Coordenação de Curso	159
4.1.2.	Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	161
4.1.3.	Comissão do Curso	162
4.1.4.	Relação do corpo docente.....	164
4.2.	RECURSOS DE INFRAESTRUTURA	168
4.2.1.	Espaços de trabalho	173
4.2.2.	Biblioteca.....	174
4.2.3.	Laboratórios	176
	REFERÊNCIAS.....	179
	APÊNDICES.....	182

APÊNDICE A: REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO BACHARELADO EM PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL DA UNIPAMPA	183
APÊNDICE B: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL	188
APÊNDICE C: MODELO DE RELATÓRIO - UNIPAMPA CIDADÃ.....	194

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Índice Geral de Cursos (IGC): 4
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-100
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CAMPUS JAGUARÃO

- ♣ Endereço: Rua Conselheiro Diana, 650 – Bairro: Kennedy.
- ♣ Cidade: Jaguarão
- ♣ CEP: 96300-000
- ♣ Fone: +55 53 3266 9400

♣ E-mail: ppc.jaguarao@unipampa.edu.br

♣ Site: <https://unipampa.edu.br/jaguarao/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

♣ Área do conhecimento: Produção cultural (CINE 0211P03)

♣ Nome do curso: Produção e Política Cultural

♣ Grau: Bacharelado

♣ Código e-MEC: 5000920

♣ Titulação: Bacharel(a) em Produção e Política Cultural

♣ Turno: Integral.

♣ Integralização: 6 semestres

♣ Duração máxima: 12 semestres

♣ Carga horária total: 2.515 horas

♣ Periodicidade: semestral

♣ Número de vagas: 50

♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU)

♣ Data de início do funcionamento do Curso: 11/11/2011

♣ Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Reconhecimento Portaria nº 1034 de 23/12/2015; Autorização Ofício Reitoria Ata Nº 22 de 27/10/2011.

♣ Página web do curso: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cultura/>

♣ Contato: ppc.jaguarao@unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Produção e Política Cultural, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), resultado da busca pela efetivação de novos cursos que visem dinamizar a qualificação profissional para a área de Produção e Política Cultural tendo em vista a emergência da cultura no universo das relações sociais contemporâneas.

Objetiva-se, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes à formação de um profissional observador, questionador, crítico do contexto social, cultural e político em que vive e em que atuará como Produtor Cultural e Gestor de Políticas Culturais no atual ciclo da modernidade em que vivemos. Além disso, busca-se instrumentalizar, através do curso aqui apresentado, o futuro profissional para atuar nas novas demandas na área de cultura tanto na esfera privada como pública.

Como corolário do texto acima exposto torna-se mister destacar a inserção da emenda constitucional nº 71/2012 em nossa Carta Magna através do artigo 216A que em seu caput versa sobre a criação do Sistema Nacional de Cultura objetivando a estruturação da cultura como política pública permanente em todo o território nacional. O Sistema Nacional de Cultura visa atender as demandas emergentes da sociedade civil organizada em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, em um momento histórico de compreensão da cultura como elemento dinamizador da economia onde a profissionalização é absolutamente emergente e imperiosa.

Apresenta-se, portanto, as bases pedagógicas e metodológicas do curso, sua justificativa, considerando o contexto em que o Curso de Bacharel em Produção e Política Cultural está inserido, bem como questões referentes à sua estrutura, funcionamento e organização curricular. Destaca-se, contudo, que este documento é fruto de uma construção coletiva que envolveu a Comissão de Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os discentes do curso.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Contextualização da Unipampa

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior, que vem sendo promovida pelo governo federal. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

MISSÃO

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;
- ♣ Democracia;
- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal

desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: campus Alegrete: Ciência da Computação, Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, às atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos

prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de Campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010 foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir

a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional.

Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade e transparência, as reuniões do CONSUNI são transmitidas ao vivo, pela internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas no portal www.novoportal.unipampa.edu.br. Também em 2010, a Instituição aderiu ao novo sistema de ingresso às universidades federais proposto pelo Ministério da Educação (MEC), que utiliza o desempenho no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) 2009 como único critério de seleção. Por isso, todos os interessados em ingressar na Universidade deveriam participar do exame. Desse modo, institucionalizou-se o ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), com a oferta de 2.465 vagas em 48 cursos nos dez campi da Instituição. Ainda em 2010, a UNIPAMPA formou a primeira turma composta de 22 alunos do Curso de Enfermagem do Campus Uruguaiana.

Em 2011, foi publicado o primeiro edital para ingresso de alunos uruguaios através do processo seletivo para fronteiriços nos campi Jaguarão e Santana do Livramento. O processo foi ampliado em 2016 para o ingresso de argentinos, com a finalidade de atingir toda a faixa de fronteira. No final de 2011, realizou-se a primeira eleição de Reitor. Nela, concorreram duas chapas que apresentaram suas propostas à comunidade acadêmica por meio de debates realizados nos campi.

Com a participação ativa da comunidade acadêmica, produziu-se um novo PDI, no qual se referendou o perfil da Instituição, descrevendo-o como “marcado por intencionalidades, dentre elas a de oportunizar o direito à educação superior

pública, gratuita, especialmente para sujeitos que se encontravam sem opção nessa modalidade de ensino” (p.13). Sinalizou também a percepção que a Universidade “necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as barreiras da regionalização”. Com base nessas premissas, foram definidas a missão, a visão da Instituição bem como a percepção do papel social da Universidade.

Em 2012, foi entregue o primeiro diploma de Mestrado da UNIPAMPA. A titulação foi concedida pelo Programa de Pós-Graduação em Bioquímica (PGBIOQ). No mesmo ano, o Doutorado em Bioquímica da Universidade foi o primeiro curso dessa modalidade a ser aprovado na Instituição. Em fevereiro de 2014, foi aprovado pelo CONSUNI, em sua 50ª reunião, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, após ampla discussão com a comunidade universitária.

Em setembro de 2015, ocorreu a segunda eleição de reitorado, para o quadriênio 2016-2019. As ações dessa gestão, considerando as características, os limites e as possibilidades de uma instituição multicampi, desenvolveu estratégias para potencializar a interação, oportunizando ações para construção coletiva da identidade da Universidade, por meio da participação ativa de servidores, alunos e comunidade externa.

Ainda em 2015, foi institucionalizada a criação de uma editora, tendo como missão editar publicações de qualidade bem como realizar levantamentos e estudos visando à seleção de obras a serem publicadas, além de elaborar planejamentos gráficos de trabalhos editoriais. Em 2016, foi defendida a primeira tese de Doutorado da UNIPAMPA, oriunda do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica, momento considerado como marcante pela comunidade acadêmica.

Também em 2016, a Universidade foi credenciada para oferta de cursos à distância através da Portaria nº 1.050/16. No mesmo ano, a Coordenadoria de Educação à Distância (CEaD) passou a constituir-se Diretoria de Educação a Distância pela Portaria nº 1695/16. Já a Portaria nº 723/16 autorizou o funcionamento do primeiro curso de graduação a distância institucionalizado (Letras - Português) e, a partir do Parecer nº 2/2016 DED/CAPES, a Instituição

passou a oferecer cursos de graduação e pós-graduação a distância no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Também nesse ano, foi realizada a primeira eleição para escolha dos representantes da comunidade acadêmica para compor o Conselho Editorial da EdUNIPAMPA.

Em 2017, a UNIPAMPA foi considerada a quinta melhor Instituição de Ensino Superior gaúcha, segundo avaliação do MEC medida pelo Índice Geral de Cursos (IGC), superando o Índice Geral de Cursos de universidades mais antigas e renomadas no estado do Rio Grande do Sul. Também em 2017, ocorreu a inauguração do Planetário no Campus Bagé, tendo recebido, desde então, mais de dez mil visitantes, com sessões organizadas especialmente para escolas ou abertas à comunidade, com diferentes temáticas voltadas ao conhecimento da Astronomia. No que se refere ao ensino a distância, em 2017, a UNIPAMPA ofertou a Licenciatura em Letras – Português e, a partir da adesão a editais externos, foram oportunizados os Cursos de Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Pedagogia e o Bacharelado em Administração Pública.

Em 2018, foram ofertadas 3.240 vagas nos cursos de graduação na modalidade presencial e 2.000 vagas nos cursos de graduação na modalidade de educação a distância. Em 2018, ocorreu o I Encontro de Curricularização da Extensão na UNIPAMPA, reunindo coordenadores de curso, coordenadores acadêmicos, coordenadores das comissões locais de extensão, membros dos Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Núcleo de Desenvolvimento Estudantil (NuDE) dos dez campi, além da Comissão Superior de Extensão, a fim de discutir as ações necessárias para inserir a extensão no currículo dos cursos de graduação da UNIPAMPA.

A oferta de ensino de pós-graduação presencial na Universidade também cresceu significativamente, de um curso em 2008, Especialização em Ciência e Tecnologia – Ensino de Física e Matemática, para quatro doutorados, dez mestrados acadêmicos, oito mestrados profissionais e trinta e seis especializações em 2018. Através da EaD/UAB, a Universidade ofereceu o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal que, em 2018, formou a primeira turma.

Em 2018, a Universidade contabilizava 13.224 alunos matriculados em cursos de graduação e 1.176 em cursos de pós-graduação, na modalidade presencial. Já na modalidade a distância, foram 1.993 alunos matriculados. Ainda em 2018, através do Edital CAPES nº 5/2018, a Instituição obteve deferimento para oferta de 1.750 vagas para cursos de graduação e pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, com provável ingresso de novos discentes em 2019.

Nesse contexto, a UNIPAMPA vem se desenvolvendo, administrando articuladamente seus dez campi, contribuindo para a formação de profissionais egressos dos cursos ofertados nas diferentes áreas do conhecimento, produzindo e compartilhando informações, contribuindo para qualificar a vida da comunidade constituída pela Metade Sul do Rio Grande do Sul e de outras espalhadas pelo Brasil.

Atualmente, são ofertados 69 cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância. Os cursos presenciais são oferecidos em diferentes turnos, em todos os campi, contribuindo para a ampliação do acesso à educação superior pública.

Quadro 1 - Cursos de Graduação Ofertados nos Campi da Unipampa

CAMPUS	CURSOS OFERTADOS
Campus Alegrete	Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados);
Campus Bagé	Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respektivas Literaturas, Letras - Português e

CAMPUS	CURSOS OFERTADOS
	Literaturas de Língua Portuguesa, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).
Campus Caçapava do Sul	Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico). Campus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados).
Campus Itaquí	Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura).
Campus Jaguarão	Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional, Pedagogia, Pedagogia UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).
Campus Santana do Livramento	Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas,

CAMPUS	CURSOS OFERTADOS
	Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados).
Campus São Borja	Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Direito, Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados). Campus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Fruticultura (Tecnólogo); Ciências Biológicas (Licenciatura).
Campus Uruguaiana	Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (Licenciaturas); Enfermagem, Engenharia de Aquicultura, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 21 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Quadro 2 - Cursos de Especialização ofertados pela Unipampa

CAMPUS	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
Campus Bagé	Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; Gestão de Processos Industriais Químicos; Ensino de Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB).
Campus Caçapava do Sul	Educação Científica e Tecnológica.
Campus Dom Pedrito	Agronegócio; Produção Animal; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.
Campus Itaqui	Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos.
Campus Santana do Livramento	Relações Internacionais Contemporâneas. Campus São Borja: Mídia e Educação; Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de violência; Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar.
Campus Uruguaiana	História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; Gestão em Saúde (UAB); Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de

CAMPUS	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
	Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, são ofertados:

CAMPUS	CURSOS OFERTADOS
Campus Alegrete	Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.
Campus Bagé	Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.
Campus Caçapava do Sul	Mestrado em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática em Rede Nacional.
Campus Jaguarão	Mestrado Profissional em Educação.
Campus Santana do Livramento	Mestrado Acadêmico em Administração.

CAMPUS	CURSOS OFERTADOS
Campus São Borja	Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.
Campus São Gabriel	Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.
Campus Uruguaiana:	Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

1.2. Contexto da inserção regional do Campus e do Curso

1.2.1. Jaguarão uma breve história

O local que viria a se tornar a cidade de Jaguarão era um território disputado entre as Coroas da Espanha e Portugal, que desde o Tratado de Tordesilhas, de 1494, não entravam em acordo sobre a quem pertenceria esta região que hoje abrange o Uruguai e o Rio Grande do Sul.

O certo é que, no ano de 1802, uma tropa de cerca de 260 homens, comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza, instalou uma Guarda chamada de Serrito do Espírito Santo de Jaguarão. Estes homens se instalaram às margens do Rio Jaguarão e construíram um forte feito de madeira com um muro de paliçadas para proteção contra uma possível investida dos espanhóis, que ficaram na margem oposta do rio.

Muitas das aglomerações que se formavam no entorno das instalações militares, criadas após os tratados de 1750 e 1777, foram responsáveis pelo início das povoações urbanas ou por sua elevação à categoria de freguesia: Arroio Grande, Bagé, Piratini, Herval, Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Quaraí, são alguns exemplos. Ao mesmo tempo, teve início o povoamento da retaguarda de Alegrete, Itaqui e São Gabriel, protegendo a nova fronteira (MARTINS, 2001, p. 28).

Com o passar dos anos, àquela Guarda inicial foram se juntando alguns comerciantes que abasteciam a tropa com suprimentos e também realizavam negócios com os espanhóis, elevando o número de pessoas na região. Com isso, já em 1812, a povoação foi elevada à condição de Freguesia, que nada mais era do que a instalação de uma Igreja com um pároco, com permissão de realizar o registro de batismos e outras atividades que naquele tempo eram delegadas à Igreja Católica.

Desde muito cedo, as comunidades dos dois lados da linha divisória tenderam à prática de uma economia solidária e complementar, que as barreiras fiscais jamais conseguiram disciplinar. O famigerado contrabando, hostilizado pelos governos (nem sempre com muita sinceridade e coerência) e combatido pelas praças comerciais que ele prejudicava, sobreviveu a todas as perseguições (FRANCO, 2001, p. 18).

Em 1832, com o crescimento da Freguesia, cada vez mais voltada ao comércio, servindo de entreposto entre o território do agora país Uruguai, e Estado brasileiro Rio Grande do Sul, foi elevada à condição de Vila, com a criação da Câmara de Vereadores, instalada no ano seguinte. Neste período, a Câmara de Vereadores é que comandava a Vila, não havendo a figura do Prefeito, que só foi aparecer depois da Proclamação da República, em 1889.

Em 1852, a Vila de Jaguarão foi elevada a cidade, mas não alterou a sua estrutura organizativa, ou seja, a Câmara de Vereadores continuou chefiando os destinos da cidade, que na época já estava em pleno desenvolvimento, tendo na

criação de gado e nas charqueadas, além do comércio, suas principais atividades econômicas.

Ao final do século XIX, a cidade de Jaguarão era uma das mais importantes do estado do Rio Grande do Sul, tendo neste período criado um centro urbano planejado, com ruas largas, praças arborizadas e a construção dos chamados casarões, que eram residências dos grandes proprietários de terra, enriquecidos com o comércio de gado. Estes casarões foram construídos seguindo o modelo francês, chamado de estilo eclético, pois tinha em suas fachadas decorações de vários estilos, como o neogótico, oriental e clássico greco-romano.

Este fato determinou a formação de um patrimônio arquitetônico diferenciado, um patrimônio de fronteira, com características próprias relacionadas aos aspectos de uma região limítrofe com uma nação vizinha, denotando influências que iriam mesclar-se aos componentes ideológicos que nortearam a construção deste conjunto urbano (VILLAS BÔAS, 2014, p. 31).

Com o desenvolvimento da região norte do estado e o declínio da atividade agropecuária, a cidade de Jaguarão, assim como as cidades de Pelotas e Rio Grande, pertencentes à chamada metade sul do Rio Grande do Sul, começaram um período de estagnação econômica; no caso de Jaguarão, não conseguiu mais ter a força de antigamente. Por este e outros motivos, a maioria dos casarões dos grandes proprietários de terra foram preservados como moradia, mas houve uma tentativa durante, os anos de 1970, de uma renovação de prédios, durante a qual alguns casarões foram demolidos.

O grande número destes prédios denotava o investimento de capitais enormes, que com a decadência da economia agropastoril na metade sul do Rio Grande do Sul, levou a um processo de estagnação e empobrecimento da região, o que não ocorreu na metade norte do estado, que dinamizou sua base econômica em comércio e serviços ligados aos imigrantes que se estabeleceram na serra gaúcha em meados do século XIX (VILLAS BÔAS, 2014, p. 33).

Atualmente, a cidade vive do comércio, ligado ao setor de vestuário e alimentação, da atividade agropecuária e do turismo alimentado pelos free shops

da vizinha cidade uruguaia de Rio Branco e do Turismo da Costa Doce. O município de Jaguarão foi considerado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2011, por conta dos prédios preservados do estilo eclético.

Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizou o tombamento do perímetro histórico, com cerca de 800 imóveis incluídos, juntamente com a ponte binacional Visconde de Mauá. Espera-se que este ato venha valorizar a cidade como patrimônio cultural e possa servir de indutor de desenvolvimento econômico e efervescência cultural (VILLAS BÔAS, 2014, p.38). O município tem o maior número de exemplares reconhecidos como patrimônio nacional no Estado do RS. Para a sua manutenção e recuperação, bem como para vislumbrar o desenvolvimento turístico na cidade, certamente será necessária intensa atividade na área de produção cultural, tanto para captação de recursos para a manutenção e recuperação de imóveis públicos e privados como buscando dar o melhor uso dos bens através da realização de eventos.

A cidade é uma das únicas no Estado do Rio Grande do Sul que possui um Teatro construído como tal com capacidade para 600 lugares. Possui também Mercado Público, Casa de Cultura, sede da Secretaria de Cultura e Turismo e um imóvel denominado Ruínas da Enfermaria Militar, este último previsto para a instalação do Centro de Interpretação do Pampa.

O caráter de proximidade com o Uruguai fomenta intercâmbios com a cultura latino-americana para o Brasil de forma única e próxima, potencializando atividades que ocorrem em formato de “corredor cultural”, entre o eixo Montevideu – Porto Alegre. Por estar situado na fronteira, o município tem estreita integração cultural com o país vizinho através de acordos na área da cultura e práticas de intercâmbio como a Feira do Livro Binacional, Mostra de Documentários Uruguaios e grande participação de Uruguaios no carnaval brasileiro. Circulam outras manifestações culturais como a Murga Uruguaia, o Candombe, a literatura, diversos gêneros musicais incluindo o Tango, Patrimônio Imaterial do Uruguai, reconhecido pela Unesco de forma compartilhada com a Argentina. Uma mostra de como a fronteira é um espaço rico em trocas, de caráter aberto ao outro que extrapola o fazer artístico que se encerra na cultura local, ou no culto às tradições.

O caráter fronteiro também aporta desafios para a promoção da cidadania visto que os conflitos de fronteira oriundos de múltiplas cidadanias em conjunção permanente formam um hibridismo cultural multifacetado exigindo a atuação permanente dos atores sociais para a efetivação de uma cidadania cosmopolita. Assim, o Curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural da UNIPAMPA pretende contribuir para descortinar as questões de fronteira. A proposta curricular construída é permeada pela multidisciplinaridade das diversas áreas em confluência teórica, tais como: Produção Cultural, Artes, Antropologia, Administração, Ciências Sociais, Patrimônio Cultural e Direito.

Desde a primeira turma de formandos (2015) até 2021, são 60 egressos, dos quais um número significativo seguiu para cursos de pós-graduação (cerca de 10% dos formados), onde frequentam programas nas áreas de Antropologia, Artes, Patrimônio, Cultura, entre outras.

1.2.2. Campus Jaguarão

De agosto a setembro de 2006, a Prefeitura Municipal de Jaguarão cedeu para o funcionamento desse Campus da UNIPAMPA uma sala na Biblioteca Pública Municipal Oscar Furtado Azambuja, localizada na Rua General Marques, 284. Nesse espaço, os docentes dos cursos de Pedagogia e Licenciatura em Letras Português/Espanhol efetuaram suas atividades, aguardando as reformas na sede provisória.

No dia 18 de setembro de 2006 iniciou-se o 1º semestre letivo na sede provisória situada à Rua Augusto Leivas, 683. Nesse espaço, foram adaptadas salas de aula, biblioteca, sala de informática, sala dos colegiados, salas de professores, secretaria geral de cursos, sala da direção e da secretaria da direção, copa e banheiros.

Até a aprovação da Lei N. 11.640, de 11 de janeiro de 2008, que Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, o Campus de Jaguarão, assim como os campi de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento estiveram sob a responsabilidade da UFPEL, sendo todas as suas ações regidas pelas normas da UFPEL. A partir de janeiro de 2008, o Campus de Jaguarão passou a ter uma administração da própria UNIPAMPA. Em março de

2010, o Campus de Jaguarão passou a funcionar na sede própria no Município de Jaguarão, à Rua Conselheiro Diana, 650, bairro Kennedy, contando com 5.562 m², com 17 salas de aula, laboratórios, auditório, biblioteca e demais dependências administrativas.

O Campus de Jaguarão conta com sete cursos de graduação: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional, Pedagogia (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado), e um curso de pós-graduação *stricto sensu* em andamento: Mestrado Profissional em Educação.

O Campus Jaguarão conta hoje com 64 docentes, 33 técnicos administrativos e 24 funcionários terceirizados.

1.3. Concepção do Curso

De acordo com o PDI 2019-2023, a formação acadêmica orientada por uma concepção de ciência que reconheça o conhecimento como uma construção e reconstrução social constituída a partir de diferentes fontes, a qual corresponda às necessidades contemporâneas da sociedade e valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais. Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas, visa à inclusão social, proporcionando o acesso e a continuidade dos estudos, inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e afastados do direito ao ensino superior público e gratuito. Além disso, precisa ser planejada na estruturação de percursos formativos flexíveis, respeitando a diversidade e liberdade de pensamento e expressão, sem discriminações. Essa concepção de formação requer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e contemple os princípios de:

Inter e transdisciplinaridade: em que o conhecimento é concebido como rede de conexões multidimensionais, reconhecendo diferentes níveis de realidade no processo cognitivo;

Intencionalidade: que se expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas visando o pleno envolvimento e a aprendizagem dos sujeitos

envolvidos, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho;

Contextualização: compreendida como condição para a reconstrução do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada;

Flexibilização curricular: entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científicos e tecnológicos e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos e atividades complementares).

Dentre as inúmeras transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas, uma das que mais se destaca é a nova posição da cultura como ferramenta de abordagem das diversas questões – ora convergentes, ora divergentes – que instituem o domínio social. A compreensão da cultura como um “recurso”, não mais ligada fundamentalmente às tematizações da alta cultura, da antropologia ou da cultura de massa, vem ganhando espaço nos debates acadêmicos, nas esferas institucionais do Estado e na percepção dos atores sociais contemporâneos que passam a reivindicá-la como algo em que se deve investir: “esfera crucial para investimentos, a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso” (YÚDICE, 2004, p. 30). Diante disso, os deslocamentos e absorções recentes estão sinalizando a necessidade de um exame crítico capaz de equacionar as muitas posições políticas, ideológicas e econômicas envolvidas neste fenômeno.

O Bacharelado em Produção e Política Cultural da UNIPAMPA pretende contribuir para a ampliação e aprofundamento deste debate através de uma proposta pedagógico-curricular que integra a teoria e a prática, aliadas ao exercício reflexivo. O curso tem como meta principal a formação de sujeitos capacitados a desenvolver projetos e planejar políticas culturais que estejam conectados às demandas do mundo atual, munidos de uma bagagem crítica que permita examinar as disputas, interesses e as possibilidades de transformação social por meio das práticas culturais.

Os primeiros cursos implementados na área no Brasil datam de 1995-96, na Universidade Federal Fluminense (UFF) com a graduação em Produção Cultural, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Há uma distinção entre os dois cursos; o primeiro, com uma maior ênfase em Artes, é lotado no Instituto de Artes e Comunicação Social, sendo vinculado ao Departamento de Artes. O segundo se apresenta enquanto uma formação em Comunicação Social que, vinculado a Faculdade de Comunicação, oferta a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura. Na tabela abaixo, vemos uma síntese da oferta atual de cursos similares a partir de instituições públicas federais:

Quadro 3 - Cursos Superiores ativos na área da produção e Política Cultural

CURSO	UNIVERSIDADE
Bacharelado em Produção Cultural	Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/ Rio de Janeiro (RJ), tempo do curso 4 anos, os temas abordados são: Teorias da Arte e da Cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural. Código E-MEC 18609, Conceito do Curso (CC) 4.
Bacharelado em Produção Cultural	Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio das Ostras/RJ, tempo do curso 4 anos, os temas abordados são: Teorias da Arte e da Cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural. Código E-MEC 82868, CC 3.
Bacharelado em Comunicação Social – habilitação em Comunicação e Cultura	Universidade Federal do Bahia (UFBA), Salvador/ Bahia (BA), tempo do curso 3,5 anos, os temas abordados são:

CURSO	UNIVERSIDADE
	Teorias da comunicação; Política e Produção Cultural. Código E-MEC 35919, sem conceito do curso.
Bacharelado em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas ênfase em Produção Cultural	UNIPAMPA, São Borja/RS, tempo do curso 4 anos, os temas abordados são: Teorias da Comunicação; Produção Cultural. Código E-MEC 1103696, conceito do curso 4.
Bacharelado em Política e Produção Cultural	UNIPAMPA, Jaguarão/RS, tempo do curso 4 anos, os temas abordados são: Teorias da Arte e da Cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural. Código E-MEC 5000920, conceito do curso 4.
Bacharelado em Produção Cultural	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nilópolis/RJ, tempo do curso 4 anos, os temas abordados são: Teorias da Arte e da Cultura; Produção, Política e Patrimônio Cultural. Código E-MEC 1178845, sem conceito do curso.
Curso Superior Tecnológico em Produção Cultural	Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/Rio Grande do Norte (RN), tempo do curso 3 anos, os temas abordados são: Teorias da Arte

CURSO	UNIVERSIDADE
	e da Cultura; Produção, Política e Patrimônio Cultural. Código E-MEC 123308, conceito do curso 5.
Bacharelado em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Campus Santo Amaro, Santo Amaro (BA), tempo do curso 3 anos, os temas abordados são: em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. Sem código de curso, sem conceito de curso.

Em 2003, o Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes (IH-UCAM) abriu o Bacharelado em Produção e Política Cultural, ligado ao curso de Ciências Sociais; atualmente a formação é ofertada enquanto pós-graduação. O IFRN no ano de 2012 estruturou o Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural, hoje curso regular do câmpus Natal Cidade Alta. A Escola Técnica Estadual Terezinha Gonçalves, no Rio de Janeiro, oferece o Curso de Produção Cultural e de Eventos desde 1999. O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, iniciou a oferta da formação de Tecnólogo em Produção Cultural (2003-2005), passando a Curso superior de Tecnologia em Produção Cultural (2006, em extinção) e hoje conta também com um bacharelado (desde 2012). Como atesta a tabela acima, é o curso melhor avaliado pelo Ministério da Educação.

Em 2012 foi aberta a primeira turma do Bacharelado em Produção e Política Cultural na Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. Além do destaque para a relação entre Política e Cultura, o referido curso se distingue dos demais por

estar localizado em um município distante de uma capital (350 km de Porto Alegre) e em região de fronteira (na divisa com o Uruguai, cidade de Rio Branco). A primeira turma de formandos, composta por 23 discentes de diferentes regiões do país, defendeu seus trabalhos de conclusão em dezembro de 2015. Ainda na Unipampa, mas no Campus São Borja – também região de fronteira, mas com a Argentina – encontra-se o curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas e ênfase em Produção Cultural, bacharelado ofertado a partir de 2011.

Além destes cursos, recentemente a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Campus Santo Amaro, inaugurou o Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas que aborda temas da Produção e Gestão Culturais. Assim, pode-se dizer que o contexto de oferta de formação superior na área da Produção Cultural é de expansão apesar da localização destes estar concentrada em regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, Salvador e Natal). A presença já significativa de cursos no interior (Rio Grande do Sul e Bahia), por outro lado, aponta para uma tendência de descentralização importante.

Deste levantamento e análise parcial dos cursos, inclusive dos seus projeto-político pedagógicos, atesta-se que o caráter inter e multidisciplinar está presente em cada um. Os temas enfatizados nas formações e até mesmo as habilitações, apesar de distintas em alguns casos, são complementares e contribuem, cada um à sua maneira, para a melhor desenvoltura do gestor cultural. A promoção de um intercâmbio entre os discentes dos diferentes cursos, na modalidade de mobilidade acadêmica, poderia enriquecer a formação dos formandos, preparando-os melhor para a atividade profissional, proporcionando, inclusive, o conhecimento de realidades distintas regionais e locais.

1.3.1. Justificativa

O tema da formação e capacitação na área cultural é recorrente devido a sua importância para o desenvolvimento do campo, gerenciamento das instituições e efetiva implementação da política do setor. Muitos autores o abordaram anteriormente com perspectivas semelhantes, enfatizando a crescente necessidade de preparação de sujeitos críticos para lidar com a diversidade de

atividades e agentes que envolvem a gestão cultural (MARTINELL, 2000, 2007; CUNHA, 2005, 2011; RUBIM, 2008; CALABRE, 2008). Entre os elementos que aproximam tais análises parece estar a relação inexpugnável entre Cultura e Política, numa compreensão de que a formação do gestor ou produtor cultural além ter de prover condições para o desenvolvimento das competências técnicas inerentes à organização da cadeia produtiva, deve “estabelecer um compromisso com a realidade de seu contexto sociocultural, político e econômico” (CUNHA, 2011, p. 96). Assim, essa formação deve se estruturar enquanto “um processo formativo para esses profissionais, seja no ambiente não formal, seja na academia”, uma verdadeira política educacional que forme sujeitos comprometidos “com a consolidação de uma política cultural democrática e voltada para a transformação social” (idem).

Antônio Albino Canelas Rubim, exemplo de pensador que envereda com frequência na temática da formação, entende que o tema da gestão cultural “apresenta-se hoje como revestido de fundamental importância para o desenvolvimento da cultura no Brasil e no mundo e de políticas culturais efetivamente contemporâneas e imaginativas” (2008, p. 47). Rubim compreende que enquanto processo sócio-histórico a modernidade promove uma autonomização (relativa, é claro) do campo cultural em relação a outras esferas societárias, notadamente a religião e a política. Tal processo [...] implica a constituição da cultura como campo social singular, que articula e inaugura instituições, profissões, linguagens, símbolos (RUBIM, 2008, p. 46).

Assim, neste contexto de mudança, considerando os gestores culturais como “profissionais dedicados à organização da cultura” (idem), Rubim vai destacar a importância dessa atuação como parte da legitimação do próprio Estado Moderno. É preciso formar sujeitos capazes de construir, propor, executar e avaliar políticas culturais “por meio de expedientes democráticos [...] em lugar de mera coerção, típica de situações autoritárias” (idem). O autor compreende que este campo “exige crescentemente que sejam formados indivíduos para as novas profissões associadas às instituições que funda”, assim, é preciso preparar hábeis mediadores para atuação no complexo campo cultural, sejam estes ligados às instituições culturais (públicas ou privadas), ou ligados a grupos de artistas e

organizações comunitárias, associações e demais frentes de trabalho da área cultural.

Pensar e planejar o campo da produção, circulação e consumo da cultura dentro de uma racionalidade administrativa é uma prática que pertence aos tempos contemporâneos. A gestão cultural é um campo novo, com fronteiras fluidas, no qual o perfil profissional se encontra em pleno processo de construção (CALABRE, 2008).

Como destaca Calabre, há uma emergência de demandas que nascem desse processo de mudança, assim, este trabalho parte do pressuposto que a formação em gestão cultural é questão sine qua non para a implementação de qualquer política cultural, posto que os gestores cumprem papel fundamental na articulação dos agentes e instituições culturais.

Desde o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, ocorreram uma série de mudanças na política pública cultural em âmbito nacional. Durante todo o primeiro mandato até a metade do segundo, o Ministério da Cultura (MinC) foi chefiado pelo músico, compositor e ativista cultural Gilberto Gil (2003 a 2008). O ministro-artista conduziu a pasta a partir de uma premissa que colocava a cultura numa dimensão antropológica que, entre outras questões, extrapola a noção de cultura delimitada ao campo das belas artes. Também outra premissa se instalava naquele momento para a efetiva construção da política de cultura: a participação social. Durante tal gestão, organizou-se a primeira Conferência Nacional de Cultura (CNC) no ano de 2005.

As conferências, na perspectiva do Sistema Nacional de Cultura (SNC), cumprem a função de reunir a maior diversidade de agentes culturais que, a partir do debate que se inicia ao nível local (através das conferências municipais), apontam suas demandas, anseios e sugestões para o aprimoramento da gestão cultural do país. Assim, a partir dos resultados destas conferências, considerando que estas reúnem boa parte das necessidades elencadas pelos agentes culturais, elas nos fornecem subsídios para a identificação da percepção sobre a formação em gestão cultural a partir de um documento que é resultado de ampla consulta de caráter público e com participação popular.

As conferências, por questões metodológicas, colocam à Plenária Final a tarefa de definir prioridades frente ao número muito expressivo de propostas a

serem avaliadas. Nesse sentido, algumas propostas que chegam até ela (a plenária) podem não constar no documento final. Assim, apesar de compor os anais dos encontros, há propostas que não são qualificadas enquanto prioritárias, caso que não atinge aquelas relacionadas à formação em gestão cultural como atesta a 4ª proposta (1.14), na qual se defende a necessidade de “Criar, desenvolver, fortalecer e ampliar as estratégias para a formação e capacitação em gestão cultural de forma permanente e continuada, envolvendo gestores e servidores públicos [...] e privados, [...] dos diversos segmentos” (III CNC, 2013). O teor desta proposta (assim como de outras em número significativo) aponta claramente para a demanda em formar e capacitar os agentes culturais para a gestão cultural, sejam estes servidores públicos ou agentes privados.

Para perceber a questão da demanda por formação para além das conferências, uma outra referência importante é o Plano Nacional de Cultura (PNC). Entre seus objetivos constam “qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado” (XI) e “profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais” (XII). Tais objetivos fortalecem o compromisso institucional na capacitação de pessoas para atuarem na área da Produção e da Política Cultural. Dentre as metas do PNC que dialogam com o temário da formação e capacitação, destaca-se a de nº 18: “Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura” (2011, p.12).

Assim, diante do que apontam esses documentos importantes da política de cultura em âmbito nacional, estamos diante de uma meta-necessidade: a principal necessidade da gestão cultural no Brasil é justamente a de formar gestores para exercê-la. Consideramos que a oferta de cursos superiores que se relacionam com a formação em gestão cultural no país é relativamente pequena, já que a rede pública de ensino superior tem seis instituições federais, entre universidades e institutos de tecnologia, que ofertam cursos na área da produção cultural. Mesmo que os primeiros cursos implantados na área no Brasil tenham quase três décadas de funcionamento, posto que datam de 1995-96, nem os cursos pioneiros nem os

mais recentes dão a ênfase em aspectos de gestão e das políticas culturais, coisa que o Bacharelado em Produção e Política Cultural da Unipampa busca destacar.

1.3.2. Histórico do Curso

O Bacharelado em Produção e Política Cultural compreende que o profissional da área deve ter postura ética e compromisso com a cidadania, ser capaz de reconhecer a Arte como elemento transformador da sociedade, a Cultura enquanto direito básico, e identificar-se como agente de mudanças, inovador, criativo, preocupado não somente com condições de mercado, mas disposto a desenvolver projetos e ações que compreendam a diversidade cultural como vetor para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Desde a sua criação em 2011, conforme Ofício de autorização (Reitoria Ata Nº 22 de 27/10/2011), tendo a primeira turma ingressado em 2012, o curso formou 60 bacharéis e bacharelas, vindos de dez estados brasileiros diferentes, de todas as regiões e do Distrito Federal, além de uruguaios, de onze turmas de ingresso anual. Desde o reconhecimento do curso, através da Portaria MEC nº 1034, de 23/12/2015, que atribuiu ao curso o Conceito 4, foram três versões distintas de Projeto Pedagógico.

A atual proposta, ainda que preserve as bases das predecessoras, introduz elementos que visam contribuir para lidar com uma conjuntura de maior dificuldade de atração e permanência discentes, bem como visa à atualização de conteúdos e consolidação de práticas profissionais. Para tal, foram introduzidos componentes curriculares na modalidade de ensino à distância (concentradas no primeiro e último semestre), bem como foi reduzida a duração total prevista para a graduação que passa de 8 para 6 semestres letivos.

1.4. Apresentação do curso

Considerando as mudanças na última década principalmente no âmbito da administração pública na área cultural, mudanças essas que apontam para a necessidade de construção de uma política de Estado em detrimento de políticas governamentais sazonais, o Bacharelado em Produção e Política Cultural visa formar um profissional capaz de contribuir para a consolidação desse processo.

Exemplos dessa mudança são os marcos legais do Plano e do Sistema Nacional de Cultura que modificaram a estrutura institucional da gestão cultural. Dado o tamanho do desafio que se apresenta a partir dessa abertura, o egresso do curso poderá atuar como prestador de serviços a entes governamentais ou ainda, enquanto agente público da administração direta na gestão das políticas públicas de cultura. Conhecedor do funcionamento da administração pública, com suas possibilidades e limitações, o bacharel em Produção e Política Cultural é um potencial agente de mobilização enquanto profissional capacitado e comprometido com a construção democrática das políticas culturais. Como pesquisador, pode ser um agente crítico e observador atento às ações do Estado, sempre na perspectiva de analisar e propor linhas de ação, planos e programas que contribuam para a garantia do direito do cidadão à cultura em suas diferentes dimensões.

1.4.1. Administração do Campus Jaguarão

A interface administrativa do curso de Produção e Política Cultural, é a administração acadêmica do campus Jaguarão, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010) e suas Normas Acadêmicas Vigentes.

Constituem a administração acadêmica do campus:

- a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos coordenadores(as) de cursos de graduação e pós-graduação do campus, coordenador(a) da comissão de pesquisa, coordenador(a) da comissão de extensão, representação docente, representação dos técnico-administrativos em educação, representação discente e representação da comunidade externa;
- b) a Direção: integrada por diretor(a), coordenador(a) acadêmico(a) e coordenador(a) administrativo(a);
- c) a Coordenação Acadêmica: integrada pelo coordenador(a) acadêmico(a), coordenadores(as) de cursos do campus, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional- NuDE, as comissões locais de ensino, pesquisa e extensão, a

Secretaria Acadêmica, o Biblioteca do campus, os laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão). Têm por finalidade planejar, avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmica, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes.

O NDE - Núcleo Docente Estruturante atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório nº 1062 de 30 de agosto de 2018 e Resolução CONAES no 01/2010 e Resolução CONSUNI no 97/2015.

d) a Coordenação Administrativa: Integrada pelo coordenador(a) administrativo(a), a Secretaria Administrativa, o Setor de Orçamento e Finanças, o Setor de Material e Patrimônio, o Setor de Pessoal, o Setor de Infraestrutura, o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

1.4.2. Funcionamento do Curso

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um. A entrada é anual, e ao todo são ofertadas 50 vagas, disponibilizadas a partir de editais específicos e dos processos descritos na seção Formas de Ingresso.

A carga horária total do curso é de 2.515 horas, sendo 2.040 de componentes curriculares obrigatórios, 300 de componentes curriculares

complementares, e 100 de atividades complementares de graduação. Há ainda, entre os componentes obrigatórios, 180 horas de atividades curriculares de extensão e outras 75 horas do programa Unipampa Cidadã.

A duração prevista do período de formação é de seis semestres, sendo os componentes curriculares previstos para o primeiro semestre integralmente e do sexto semestre, parcialmente, em modalidade à distância. O total de carga horária em modalidade à distância em componentes curriculares obrigatórios é de 660 horas, equivalentes a 26,4% do total. A carga horária semestral mínima é de 195 horas, o que permite ao estudante concluir o curso no tempo máximo de integralização. A carga horária semestral máxima permitida ao estudante é de 360 horas. Para matricular-se em uma carga horária inferior à mínima ou superior à máxima o estudante precisa da autorização da Coordenação de Curso.

O cálculo da carga horária mínima obedece ao critério estabelecido pela Resolução CONSUNI N° 240/2019, a saber, o dobro do mínimo. Nesse sentido, esta medida visa assegurar que os discentes possam acompanhar seu progresso acadêmico em tempo de tomar medidas para garantir a integralização do curso dentro do tempo máximo estipulado. Assim, para o cálculo da carga horária mínima semestral utilizou-se a fórmula abaixo:

$$\begin{aligned} & \text{[CARGA HORÁRIA TOTAL]} - \text{[CARGA HORÁRIA DE TCC + CARGA HORÁRIA} \\ & \text{DE ACGs]} / \text{[NÚMERO DE SEMESTRES]} \\ & [2.515 - (120 + 100)] / 12 = 191,25 \end{aligned}$$

Arredondando-se o valor para um múltiplo da carga horária correspondente a um crédito (15 h) o valor ascente a 195 horas.

1.4.3. Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);

II. Chamada por Nota do ENEM;

III. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

1. Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

I. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e privadas de Ensino Superior que dele participarem.

II. O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.

III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;

II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;

III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;

IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento

externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

- I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
- II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- I. Segundo ciclo de formação - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- II. Reingresso - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;

- III. Conclusão da Primeira Graduação - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;
 - IV. Reopção de curso - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;
 - V. Transferência voluntária - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;
 - VI. Portador de diploma - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:
- I. Transferência Ex-officio - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
 - II. Programa de Estudantes-Convênio - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;
 - III. Matrícula de Cortesia - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro

de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

- I. Regime Especial de Graduação - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;
- II. Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em Campus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;
- III. Mobilidade Acadêmica Interinstitucional - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao interface do NInA.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso

O campus Jaguarão é o campus universitário mais meridional do país. A inserção nesta região estimulou o processo de gentrificação, dimensões sobre o papel da universidade na interlocução e produção de conhecimentos como as relações étnico raciais, formação continuada de educadores, atenção às questões ambientais, as inter-relações necessárias à uma sociedade inclusiva, docência em tempos de pandemia e os recursos tecnológicos disponíveis para a realidade de um período de isolamento social e o necessário engajamento da população universitária na transformação da realidade.

Todavia, os números de abandonos dos cursos de graduação pelos discentes mostra-se um dos grandes desafios para nossa realidade. Atravessamos um período de incertezas diante da política governamental que, muitas vezes, minimiza condições para permanência do estudante como a assistência à alimentação, moradia e inclusão tecnológica desde a fluência tecnológica até a disponibilização de equipamentos para uso e conexão com internet que se fizeram cruciais na realização de diretrizes emergenciais para o ensino.

Importante destacar que os estudantes do curso são jovens de diferentes regiões do país, filhos e filhas de trabalhadores, muitos desempregados, que buscam uma carreira que os permita uma colocação no mercado de trabalho. A demanda local pelo curso vem diminuindo sensivelmente e é agravada pela rede de serviços de transportes deficitária, havendo dificuldade de acesso a muitas áreas de campanha e bairros periféricos dentro do município de Jaguarão e das localidades vizinhas. São questões envolvendo a dificuldade de acesso a linhas, horários reduzidos e custos de deslocamento.

Da experiência e contato com o ensino remoto pudemos organizar as demandas e necessidades apresentadas pelos nossos discentes. A percepção de oferta de um curso híbrido, realizado no período de três anos é a aposta de implementar cursos de graduação com flexibilidade de horários e acesso aos bens culturais advindos do ensino, pesquisa e extensão, assim como os serviços

disponíveis na universidade como bibliotecas, laboratórios e núcleos de assistência.

2.1.1. Políticas de Ensino

Conforme o PDI da Unipampa, a política de ensino está fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o ensino é uma das importantes missões da Instituição para a produção do conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando vinculado à pesquisa e à extensão, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

O ensino deve ser pautado pelos seguintes princípios: Formação Cidadã; Compromisso com a articulação entre educação básica e educação superior; Qualidade acadêmica; Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas; Autonomia e aprendizagem contínua; Equidade de condições; Inovação pedagógica; Extensão como eixo na formação acadêmica; Pesquisa como princípio educativo; Institucionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional; Inserção internacional.

A seguir, apresentamos os projetos de ensino no âmbito do curso:

A interação de conhecimentos como visão contemporânea em disciplinas de gestão. Coordenadora: Patrícia Schneider Severo.

Ciclo de palestras sobre produção cultural. Coordenadora: Carla Daniela Rabelo Rodrigues.

Disponíveis em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/projetos-ensino/campus>

O Curso conta com o Programa de Educação Tutorial (PET Produção e Política Cultural) que começou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão no primeiro semestre de 2013.

Atualmente o PET PPC conta com 11 bolsistas e tem quatro eixos de projetos:

- 1 - Relações das Linguagens Artísticas e a Produção Cultural;
- 2 - A construção de uma Incubadora Cultural no curso e campus;

3 - Trabalho com grupos culturais da comunidade;

4 - Atividades de ensino e capacitação da comunidade universitária.

No primeiro eixo, há pesquisa e eventos que já resultaram na produção de um livro sobre Produção Cultural e Literária organizado em 2020 e lançado em 2021.

Em dezembro de 2021 houve a realização de um Colóquio de Fotografia, em parceria com grupos de pesquisa em Artes Visuais das universidades FURG e UFPEL. Esse mesmo evento resultou em um livro lançado em setembro de 2022, juntamente com uma exposição fotográfica a ser realizada na Galeria Intercultural Magliani, do nosso campus.

Também em 2022, estamos realizando pesquisas para a escrita de artigos que serão apresentados em um evento de Audiovisual organizado pelo PET PPC e que resultará em um livro a ser lançado em 2023.

Portanto serão 3 livros produzidos abordando a relação da Produção Cultural com Literatura, Fotografia e Audiovisual. Para 2023, se planeja abordar a Produção Cultural na Música.

No segundo eixo, o PET PPC vem produzindo leituras, pesquisas, seminários e palestras que abordam a Incubação e incubadoras universitárias. Com isso, o grupo está criando espaços de diálogo com alunos e professores do curso de Produção e Política Cultural, bem como se inserindo em projetos da universidade na área de empreendedorismo e inovação. Desde 2019, as pesquisas e eventos vem acontecendo e agora em 2022, já com uma sala específica para esse fim, começaremos a fazer experiências de incubação a partir de outubro.

O terceiro eixo teve um pouco mais de dificuldades de acontecer devido aos últimos anos em que a pandemia exigiu afastamento social. Assim, começamos pesquisa e estudo para iniciar diálogo com a comunidade em 2019, mas apenas agora em 2022 podemos colocar em prática alguns projetos, como o que está ajudando um bloco carnavalesco que atua com ações culturais e sociais na comunidade em que a Unipampa está inserida.

No quarto eixo, o PET PPC realizou ações de capacitação voltadas ao próprio grupo PET (como oficinas de diagramação, gravação audiovisual, escrita acadêmica entre outros), a alunos de Produção e Política Cultural (como os eventos de Incubação) bem como alunos de outros cursos e professores e servidores em geral, como no curso ERER (educação para relações étnico-raciais) realizado em 2021.

As atividades do grupo estão disponíveis no site: <https://sites.unipampa.edu.br/petppc/>

2.1.2. Políticas de Pesquisa

As atividades de pesquisa são voltadas à produção do conhecimento e envolvem professores, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e pós-graduação. Estimula-se processos que promovam a formação de grupos de pesquisa institucionais e a participação em redes de pesquisa. A maioria dos cursos, em seus Projetos Pedagógicos, preveem a realização de trabalhos de conclusão que envolvam a pesquisa em diferentes áreas e abordagens, comprometidas com a relevância social dos projetos desenvolvidos.

Atualmente, conforme ressalta o PDI, a Instituição busca fomentar a pesquisa científica e tecnológica por meio de editais e chamadas internas, tendo, desde 2009, aumentado seu número de bolsas tanto com financiamento interno, quanto externo, a partir do CNPq e da FAPERGS. Os principais programas estão listados a seguir:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas PIBIC/AF/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBITI/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio PIBIC/EM/UNIPAMPA;

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PROBITI/FAPERGS/UNIPAMPA.

A pesquisa da UNIPAMPA visa fortalecer a ciência, a tecnologia, a inovação e o empreendedorismo. Atualmente estão sendo desenvolvidos os seguintes projetos de pesquisa no âmbito do curso de Produção e Política Cultural, em consonância com as políticas de pesquisa institucionais, promovendo a construção do conhecimento:

Artes do fazer de mulheres detentoras: miradas do patrimônio imaterial.
Coordenadora: Hilda Jaqueline de Fraga;

Clubes Sociais Negros do Brasil: mapeamento, memória, patrimonialização e Educação das Relações Étnico-Raciais. Coordenadora: Giane Vargas Escobar;

Empreendedorismo cultural, artístico e criativo e sua interface com as tecnologias digitais; Coordenadora: Patrícia Schneider Severo;

Memória Universitária: a trajetória da Universidade Federal do Pampa.
Coordenador: Alexandre dos Santos Villas Bôas.

Mulheres no cinema do Peru. Coordenadora: Carla Daniela Rabelo Rodrigues;

Disponíveis em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/projetos-pesquisa/campus>

2.1.3. Políticas de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros

setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Na Unipampa, as Resoluções CONSUNI/UNIPAMPA Nº 332/2021 e Nº 317/2021 regulamentam, respectivamente, a prática extensionista e a inserção da extensão nos Cursos de Graduação, de acordo com princípios conceituais definidos pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Nessas concepções, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como, pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A prática extensionista deve ser centrada no protagonismo do discente e deve promover a formação integral e cidadã com o intuito de formar egressos conscientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: visando a mitigação de problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: propiciando o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa (movimentos sociais, sociedade civil organizada, organizações governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas), entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes;

- Integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis devem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

Atualmente são os seguintes projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do curso:

CINEGUIM, Coordenadora: Giane Vargas Escobar;

Conversas sobre políticas culturais. Coordenadora: Carla Daniela Rabelo Rodrigues;

Corredores iluminados: a cultura e a expressão artística nos corredores da UNIPAMPA Campus Jaguarão. Coordenadora: Patrícia Schneider Severo;

Dos corredores da Universidade até os muros da cidade: a extensão universitária como potencializadora de ações culturais integradas. Coordenadora: Patrícia Schneider Severo.

GIM Digital. Coordenadora: Patrícia Schneider Severo;

Rompendo barreiras, produzindo cultura: Galeria Intercultural Magliani - UNIPAMPA Campus Jaguarão. Coordenadora: Patrícia Schneider Severo.

Disponíveis em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/projetos-extensao/campus>

2.2. Objetivos do Curso

O Bacharelado em Produção e Política Cultural visa à formação de sujeitos que compreendam a cultura como um processo de construção coletiva, de disputas assimétricas e composto por uma diversidade de agentes e interesses. O curso objetiva a formação acadêmica por meio da construção de conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos nas áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes, compreendendo o livre exercício da criatividade, a fruição artística e a cultura, enquanto direitos básicos do cidadão. Defende ainda a democratização dos processos decisórios em prol do acesso universal aos bens, práticas e serviços culturais. Esse arcabouço teórico e a experimentação providos pela vivência acadêmica servem de base para que o profissional em produção e política cultural, ético, crítico e consciente de suas responsabilidades sociais e cidadãs, atue na perspectiva da construção de uma sociedade justa, igualitária em direitos e oportunidades, e que valoriza a diversidade cultural.

Por meio dos componentes curriculares obrigatórios e eletivos, estágios, atividades curriculares complementares, iniciação científica e atividades de extensão, o curso objetiva formar profissionais com as seguintes competências e habilidades do produtor cultural:

- a)** Elaboração, execução e avaliação de projetos e programas culturais, compreendendo:
 - i.** A identificação/definição de problemas, objetivos e produtos;
 - ii.** O desenvolvimento de cronogramas e orçamentos;
 - iii.** A definição de planos de comunicação e divulgação;

- iv. O acompanhamento e a gestão financeira, inclusive captação de recursos e prestação de contas;
 - v. O enquadramento em mecanismos de fomento e financiamento (editais, prêmios, leis de incentivo).
- b) Gestão de espaços e instituições culturais, compreendendo:**
- vi. A coordenação de equipes;
 - vii. O controle e supervisão sobre estrutura e equipamentos;
 - viii. A definição de pauta/programação, inclusive contratação das atrações.
- c) Gestão pública cultural, que compreende:**
- ix. O conhecimento dos princípios e atribuições da administração pública;
 - x. A elaboração de planos e metas;
 - xi. A sugestão de marcos legais, projetos de lei, normativas e afins;
 - xii. A análise e avaliação das políticas culturais, inclusive seus resultados.
- d) Desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes.**
- e) Criação de serviços e produtos culturais.**
- f) Agenciamento artístico e cultural.**

2.3. Perfil do Egresso

O bacharel em Produção e Política Cultural terá uma sólida formação humanística com conhecimentos de gestão pública, Letras e Artes, Comunicação, Ciência Política e Social e Administração geral. Ao longo da sua vivência acadêmica também terá contato com temas do campo da cultura como os fundamentos de diversas linguagens artísticas e o patrimônio cultural, estando apto a desenvolver pesquisas e promover investigações diversificadas. No seu perfil

profissional se destacam a capacidade de mediação e trabalho em equipe, proporcionadas pela característica interdisciplinar e generalista da formação.

A mediação, intrínseca à atividade do produtor cultural, se dá em diferentes dimensões e é feita entre diversos agentes. O produtor deve estar disposto e apto a auxiliar grupos de artistas, coletivos e comunidades, a organizarem sua atividade cultural, a fim de dar-lhes condições de manutenção, preservação, circulação e visibilidade, conforme o caso. Muitas vezes esse processo de estruturação demanda uma organização interna e níveis crescentes de institucionalização. Nesse cenário, o produtor atua enquanto um agente direto – no desemaranhar dos trâmites burocráticos – e indireto, por exemplo, na capacitação de membros desses grupos na perspectiva de dar-lhes relativa autonomia. A mediação também ocorre quando o produtor atua na atração de potenciais agentes financiadores da atividade cultural, apresentando-lhes as vantagens de se investir em determinado projeto ou ação. Para essa tarefa de captação de recursos o produtor deve ser capaz de, a partir do conhecimento e características do que se propõe, identificar o perfil adequado de financiador que pode ser desde um agente público, passando por empresas privadas e mesmo órgãos e fundos de desenvolvimento socioeconômico. Outra situação de mediação para a qual o produtor se habilita se dá entre o agente criativo (artista, manifestação cultural) e o público (potencial fruidor e/ou consumidor). Nesse caso, sua sensibilidade a respeito dos processos de criação artística e compreensão das especificidades da manifestação cultural, aumentam a efetividade e o alcance dessas ações que, a partir do desenvolvimento de estratégias de comunicação e divulgação adequadas, contribui para a formação e ampliação de plateia.

Para o bom desempenho profissional, destacam-se o domínio da elaboração e execução de projetos culturais, desenvolvimento da compreensão e análise das políticas culturais – especialmente as públicas – e a capacidade de planejamento prévio às ações e intervenções na realidade sociocultural. Quanto à elaboração de projetos culturais, o produtor estará habilitado a planejar iniciativas de crescente nível de complexidade. Terá noções de logística, necessidades legais e de infraestrutura para a realização de eventos; conhecimento de gerência e

administração de espaços e aparelhos culturais visando à definição de sua programação e manutenção, bem como o estímulo ao desenvolvimento das capacidades de mobilização e liderança para iniciativas envolvendo comunidades locais.

Se por um lado o produtor será preparado para a organização e promoção da ação cultural, administração de instituições e agenciamento de grupos, por outro, será habilitado para a reflexão de como e em que medida as políticas interferem nas condições para o desenvolvimento da produção cultural. Conhecedor do histórico conturbado da construção das políticas culturais no Brasil, o produtor-gestor deve ser capaz de compreender o papel do Estado na garantia e promoção do direito aos bens, práticas e serviços culturais promovendo a cidadania cultural em acordo com o ordenamento legal nacional e ainda no mesmo sentido das convenções internacionais que tratam da constituição e consolidação dos direitos culturais.

2.3.1. Campos de Atuação Profissional

O bacharel em Produção e Política Cultural poderá atuar junto a grupos de artistas, coletivos, comunidades e grupos da cultura popular, enquanto um agente organizador da atividade cultural. Com forte perfil empreendedor, o produtor é capaz de auxiliar esses agentes criativos a se estruturarem administrativa, estética e financeiramente. Seja prestando um serviço pontual, como a concepção, elaboração e/ou execução de projetos culturais, ou como agenciador artístico e cultural, o produtor é o profissional que aumenta a efetividade da ação cultural, provendo a orientação necessária aos trabalhadores da arte e da cultura para se estruturarem.

O egresso poderá atuar junto a instituições artísticas e culturais preexistentes como centros, teatros, museus, entre outros, na gestão e administração desses aparelhos. Existem inúmeras instituições com esse perfil, especialmente públicas, que carecem do tipo de trabalho que o produtor pode desempenhar. Se por um lado é de conhecimento público e notório a precariedade das condições de muitas dessas instituições, principalmente no que tange a infraestrutura, condições de trabalho, remuneração e carreira, por outro, há uma

demanda histórica por recursos humanos, especialmente de produtores e gestores culturais.

Atualmente, seja de maneira mais espontânea, fruto da iniciativa e organização locais, ou a partir de linhas de fomento público, aumenta o número de espaços comunitários integrados a outras práticas como o esporte e o lazer que demandam os serviços que o produtor pode prover. Diferentes das instituições tradicionais como museus, teatros, arquivos e afins, esses aparelhos precisam ser ocupados e integrados ao cotidiano das comunidades nas quais se inserem, sob o risco de se tornarem mais uma iniciativa bem-intencionada, mas mal planejada e gerida de maneira ineficiente.

Os eventos de grande porte como os Jogos Olímpicos Rio 2016 e a Copa do Mundo de 2014 se constituem enquanto uma oportunidade de atuação do produtor cultural. Os Jogos Panamericanos Rio 2007 inauguraram a série de eventos de alcance global no Brasil que, a despeito de suas incoerências internas, apresentam-se enquanto iniciativas que demandam profissionais com as características e competências do produtor. Considerando ainda o perfil crítico e senso político do graduado em Produção e Política Cultural, pode-se dizer que também o questionamento a essa lógica de eventos pontuais e de grande custo público gera oportunidades de reflexão que podem ser feitas a partir de produtos e projetos culturais.

A administração pública é outro campo de atuação do produtor cultural, inclusive em expansão se considerarmos o já mencionado processo de institucionalização da gestão da política cultural refletido principalmente no Plano e no Sistema Nacional de Cultura (PNC e SNC). Esses marcos referenciais da política cultural no Brasil, além de reiterar a centralidade da cultura para o desenvolvimento sustentável, estabelecem uma nova lógica de construção da política de Estado para a cultura. Essa mudança aponta para a necessidade de qualificação da gestão pública na área e para tal, além do necessário incremento dos recursos disponibilizados, é preciso realizar o levantamento e monitoramento das informações e indicadores culturais. Nesse sentido, o produtor-pesquisador terá muitas oportunidades de promover investigações que contribuam com o aumento do volume e qualidade dessas informações essenciais para o

planejamento e gestão. Plataformas de monitoramento, levantamentos, mapeamentos e cartografias culturais, são instrumentos de realização dessa tarefa cujo produto subsidia a gestão tanto na elaboração de metas, quanto viabiliza a mensuração do alcance e efetividade das iniciativas fomentadas com recurso público.

Ainda na seara da administração pública e considerando a necessidade de integração e manutenção dos entes federados ao SNC, é patente a demanda que estados e municípios têm na orientação e organização das ações para tal. O bacharel em Produção e Política Cultural, com seu conhecimento acerca das etapas, necessidades técnicas e políticas correlatas à integração e manutenção, podem prestar serviços de consultoria a um número expressivo de agentes públicos que se encontram nessa situação. É importante frisar que a integração é condição *sine qua non* para efetivação de repasses entre fundos públicos e desejável para recebimentos de outros recursos em forma de, por exemplo, convênios e parcerias.

O caráter empreendedor e cidadão da formação do produtor cultural contribui para sua atuação junto ao Terceiro Setor. Associações ou fundações, nas suas diversificadas formas de apresentação e organização institucional, que trabalham na perspectiva da promoção de direitos humanos, são campo fértil para o produtor- gestor. No Brasil há um número expressivo de fundações privadas e associações sem fins lucrativos que atuam na mais diversificada gama de áreas.

O mercado cultural – entendido aqui de maneira restrita como o conjunto de empresas da iniciativa privada com fins lucrativos que atuam em segmentos do entretenimento e da produção artística – também demanda profissionais como os produtores culturais. São diversos os ramos da indústria cultural (editoras, agências de publicidade, gravadoras, produtoras de cinema e vídeo, rádio e televisão) que podem absorver a força de trabalho especializada do produtor-executor. Importante salientar que o escopo do curso não foca na capacitação técnica do produtor por compreender que não é estratégico restringir a formação do bacharel a essa dimensão, mesmo considerando sua importância para atuação nesse tipo de organização empresarial. Atualmente a estrutura e recursos disponíveis à universidade não contemplariam de maneira adequada essa formação de caráter mais técnico e, nesse sentido, há restrições principalmente de ordem material para

esse aperfeiçoamento. Em resumo, se por um lado se espera que o curso cada vez mais oportunize a prática com tecnologia atualizada e equipamentos utilizados recorrentemente na atividade do produtor, por outro, esse aperfeiçoamento ocorre, principalmente, por ocasião da execução dos próprios projetos culturais. Ainda nesse sentido, existem diversos cursos técnicos de curta duração que apesar de, em sua maioria, concentrados nos grandes centros e muitos deles pagos, podem subsidiar o produtor mais interessado nesse tipo de atuação conforme seu interesse específico (áudio, iluminação, filmagem, fotografia, etc.) ao longo, ou mesmo após, sua formação enquanto bacharel.

2.3.2. Habilidades e Competências

O bacharel em Produção e Política Cultural terá uma sólida formação humanística com conhecimentos de gestão pública, letras e artes, comunicação, ciência política e social e administração geral.

Por meio dos componentes curriculares obrigatórios e eletivos, estágios, atividades curriculares complementares, iniciação científica e atividades de extensão, o curso objetiva formar profissionais com as seguintes competências e habilidades de produtor cultural:

a) Elaboração, execução e avaliação de projetos e programas culturais, compreendendo: i. A identificação/definição de problemas, objetivos e produtos; ii. O desenvolvimento de cronogramas e orçamentos; iii. A definição de planos de comunicação e divulgação; iv. O acompanhamento e a gestão financeira, inclusive captação de recursos e prestação de contas; v. O enquadramento em mecanismos de fomento e financiamento (editais, prêmios, leis de incentivo).

b) Gestão de espaços e instituições culturais, compreendendo: i. A coordenação de equipes; ii. O controle e supervisão sobre estrutura e equipamentos; iii. A definição de pauta/programação, inclusive contratação das atrações.

c) Gestão pública da cultura, que compreende: i. O conhecimento dos princípios e atribuições da administração pública; ii. A elaboração de planos e metas; iii. A sugestão de marcos legais, projetos de lei, normativas e afins; iv. A análise e avaliação das políticas culturais, inclusive seus resultados.

d) Desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes.

e) Criação de serviços e produtos culturais.

f) Agenciamento artístico e cultural.

2.4. Organização Curricular

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

A introdução de conteúdos na modalidade de ensino à distância, inaugurada neste PPC, prevê que os componentes curriculares do primeiro semestre e que a maioria dos componentes do sexto, sejam integralmente ofertados nesta modalidade. A forma de acesso aos conteúdos se dá através do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle institucional, espaço este que têm conteúdos de livre acesso que colaboram para a familiarização com a modalidade a distância. A mediação para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, uso das plataformas e de outros recursos pertinentes, será desenvolvida pelos docentes responsáveis pelos respectivos componentes.

O Curso de Produção e Política Cultural da Unipampa, assim, estrutura-se em quatro eixos de componentes que mantêm afinidade e podem ser classificados da seguinte forma: Administração/Gestão, Fundamentos em Arte e Cultura, Produção/Prática, Política/Analítica. Importante destacar que antes de enveredar por esses eixos específicos o discente passa por um conjunto de componentes que aludem à Formação Básica do Bacharel em Produção e Política Cultural.

O curso possui carga horária de 2.515 horas, o tempo mínimo para a integralização total do curso é de 3 anos e o máximo de 6 anos. Será necessário cursar 30 componentes curriculares obrigatórios de 4 créditos ou 60 horas, 2 componentes de Práticas e Experimentações Culturais, perfazendo 300 horas, e 4

componentes complementares (eletivos) de 4 créditos ou 60 horas, além da elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (2 componentes de 60 horas cada). Além dos componentes curriculares, há 60 horas destinadas ao programa de extensão Unipampa Cidadã e 100 horas de Atividades Complementares de Graduação.

Quanto aos componentes eletivos, é possível cursar em outros cursos da UNIPAMPA de acordo com a escolha individual e posterior convalidação deles, assegurando e estimulando a liberdade do aluno na condução do seu processo formativo.

O aspecto prático, que envolve a aplicação da teoria desenvolvida e debatida em parte significativa dos componentes, está presente nos componentes de seminários e laboratórios, bem como nos projetos extensionistas de docentes e atividades mantidas e fomentadas a partir do curso (Semana Acadêmica, PET, entre outros), promovendo a multidisciplinaridade.

Portanto, reitera-se que o curso consta com núcleo de componentes curriculares optativos tendo em vista a necessidade de criar flexibilização curricular de forma que o acadêmico possa escolher parte do seu percurso formativo de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Visando autonomia discente em sua formação, serão considerados como Componentes Curriculares Complementares de Graduação aqueles elencados no Projeto Pedagógico, destacando que o rol não é taxativo, sendo possível aproveitar outros componentes ofertados nos demais cursos do campus, como por exemplo História da África, História Indígena, LIBRAS, entre outros.

No tocante à acessibilidade pedagógica (Resolução n. 328, de 4 de novembro de 2021), o acesso ao currículo, para qualquer tipo de impedimento das pessoas com deficiência, requer, antes de tudo, condição que possibilite a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, mas também acesso aos materiais e metodologias de apoio pedagógico com a finalidade de representação e expressão da aprendizagem.

2.4.1. Requisitos para integralização curricular

Os requisitos para integralização curricular com vistas à colação de grau são:

- Cumprimento de todos os componentes curriculares obrigatórios;
- Cumprimento de, no mínimo, 100 horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme as normas deste PPC;
- Cumprimento da carga horária mínima de Atividades Curriculares de Extensão, conforme as normas deste PPC (255 horas);
- Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso com aprovação em defesa pública e posterior entrega da versão final à universidade, conforme as normas da Biblioteca.

Na Tabela 1, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação.

Tabela 1 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2.040
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	300
3. Atividades Complementares de Graduação	100
4. Atividades Curriculares de Extensão	255
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	180
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	75
<i>*Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4.2)</i>	2.515

2.4.2. Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na Tabela 4.

Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso (Presencial)

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
1º		PRODUÇÃO TEXTUAL	N/A	60	0	60	0	60	4
1º		INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA POLÍTICA	N/A	60	0	60	0	60	4
1º		INTRODUÇÃO À PRODUÇÃO CULTURAL	N/A	60	0	60	0	60	4
1º		FUNDAMENTOS DE GESTÃO	N/A	60	0	60	0	60	4
1º		ANTROPOLOGIA DA ARTE	N/A	60	0	60	0	60	4
1º		HISTÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO BRASIL	N/A	60	0	60	0	60	4
2º		CULTURA E IDENTIDADE LATINO-AMERICANA	N/A	60	0	0	0	60	4
2º		HISTÓRIA DA ARTE	N/A	60	0	0	0	60	4
2º		ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS	N/A	60	0	0	0	60	4
2º		FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ARTE	N/A	60	0	0	0	60	4
2º		TEORIAS DA CULTURA	N/A	60	0	0	0	60	4
2º		ELETIVA	N/A	60	0	0	0	60	4
3º		GESTÃO DE EVENTOS	N/A	45	15	0	0	60	4
3º		METODOLOGIA DA PESQUISA	N/A	60	0	0	0	60	4
3º		PRODUÇÃO CULTURAL, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS	N/A	60	0	0	0	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
3º		POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	N/A	60	0	0	0	60	4
3º		PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	N/A	60	0	0	0	60	4
3º		ELETIVA	N/A	60	0	0	0	60	4
4º		SOCIOLOGIA DA CULTURA	N/A	60	0	0	0	60	4
4º		CULTURAS DIGITAIS	N/A	60	0	0	0	60	4
4º		LAB. DE PROCESSOS DE CRIAÇÃO E NARRATIVAS VISUAIS	N/A	60	0	0	0	60	4
4º		MEDIAÇÃO CULTURAL	N/A	60	0	0	0	60	4
4º		LITERATURA E SOCIEDADE	N/A	60	0	0	0	60	4
4º		ELETIVA	N/A	60	0	0	0	60	4
5º		ARTES CÊNICAS	N/A	45	15	0	0	60	4
5º		ELETIVA	N/A	60	0	0	0	60	4
5º		GESTÃO DE MARKETING	N/A	60	0	0	0	60	4
5º		PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE	N/A	60	0	0	0	60	4
5º		PRÁTICAS E EXPERIMENTAÇÕES CULTURAIS I	N/A	00	00	0	180	180	12
5º		TCC: PROJETO	N/A	45	15	0	0	60	4
6º		EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO		45	15	60	0	60	4
6º		PRÁTICAS E EXPERIMENTAÇÕES CULTURAIS II	PRÁTICAS I	0	120	0	0	120	8

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
6º		DIREITOS CULTURAIS E CIDADANIA	N/A	60	0	60	0	60	4
6º		FINANCIAMENTO E ECONOMIA DA CULTURA	N/A	60	0	60	0	60	4
6º		SEMINÁRIO DE ARTE, DIVERSIDADE E PRODUÇÃO CULTURAL	N/A	60	0	60	0	60	4
6º		TCC: DEFESA	TCC I	45	15	60	0	60	4
1. CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS									2.040
2. CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES									300
3. CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO									100
4. CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO									255
4.1. Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas									75
4.2. Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas									180
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (Itens 1 + 2 +3 + 4.1)									2.515

2.4.3. Abordagem dos Temas Transversais

No curso a abordagem dos temas transversais (educação ambiental; educação em direitos humanos; educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena), se dá em diferentes componentes curriculares, em projetos e outras atividades curriculares desenvolvidas.

Em relação à temática da educação das relações étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, é importante mencionar que existem ações em parceria desenvolvidas pela Assessoria de Diversidade, Inclusão e Ações Afirmativas (ADAFI) e, especialmente, com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

São abordados os conteúdos referentes ao empreendedorismo em componentes do eixo de gestão, bem como os relacionados há componentes complementares relativos à acessibilidade e ao desenho universal (inclusive a Lei 14.191/2021 sobre a modalidade de Educação bilíngue de surdos) nos cursos de graduação, conforme o PDI 2019-2023 e a Resolução CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021.

2.4.4. Flexibilização Curricular

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos.

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das

ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

2.4.4.1. Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Os componentes curriculares complementares são eletivos e complementam a formação do aluno. Sua oferta é ampla, posto que turmas de diferentes períodos de ingresso podem cursá-los concomitantemente, conforme seu percurso formativo, sendo, contudo, previsto e recomendado que se inicie no terceiro semestre. A carga horária mínima para integralização neste conjunto é de 300 horas ou cinco componentes de 60 horas cada.

Tabela 3 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso

Semestre	Código	Nome	CH – Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
2º		FUNDAMENTOS DA CULTURA BRASILEIRA	60	0	0	60	4
2º		Sociologia	60	0	0	60	4
2º		Patrimônio Cultural	60	0	0	60	4
2º		POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA	60	0	0	60	4
2º		MEDIAÇÃO CULTURAL	60	0	0	60	4
3º		Antropologia	60	0	0	60	4
3º		PENSAMENTO DA DIFERENÇA NAS ARTES E NA LITERATURA	60	0	0	60	4
3º		HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA	60	0	0	60	4
3º		CULTURA E PÓS-MODERNIDADE	60	0	0	60	4
3º		SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO CULTURAL E ANTROPOLOGIA VISUAL	60	0	0	60	4
4º		CULTURA NACIONAL E ORGANIZACIONAL	60	0	0	60	4
4º		Música e Sociedade	60	0	0	60	4
4º		DIREITOS HUMANOS	60	0	0	60	4

Semestre	Código	Nome	CH – Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
4º		ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO	60	0	0	60	4
4º		EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	45	15	0	60	4
5º		PRÁTICAS TEATRAIS EM COMUNIDADES	45	15	0	60	4
5º		PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E GESTÃO CULTURAL	60	0	0	60	4
5º		DIREITO DOS CONTRATOS E DIREITO AUTORAL	60	0	0	60	4
5º		CINEMA NEGRO E ECONOMIA CRIATIVA	30	0	30	30	2
5º		PRODUÇÃO TEATRAL EM MEIO A REPRESSÃO	60	0	0	60	4

2.4.4.2. Atividades Complementares de Graduação

As atividades complementares de graduação visam estimular os discentes a participarem de projetos, ações e eventos (salões, seminários, entre outros), em três eixos distintos. As ACGs estão institucionalizadas na Resolução nº 29/2011 e consideram a carga horária, a diversidade de atividades, as formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, conformando o mínimo de 100 horas para integralização, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 - Atividades Complementares de Graduação

Discriminação	Documentos comprobatórios
GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO (no máximo 30 horas)	
(Resolução nº 29, Art. 106)	
Participação na equipe organizadora; participação como público alvo	Declaração do professor responsável; certificado
Componente Curricular de graduação (de qualquer curso, desde que cursado durante o período no qual o estudante estiver vinculado ao curso), desde que aprovado pela Comissão do Curso	Aceite da Comissão de Curso (extrato de Ata) e Histórico Acadêmico comprovando o aproveitamento mínimo no Componente Curricular

Discriminação	Documentos comprobatórios
Cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso	Certificado de Participação
Monitorias em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA	Certificado de Participação
Participação em projetos de ensino	Certificado de Participação
Estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino	Certificado de Participação
Organização de eventos de ensino	Certificado de Participação
Participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão	Certificado de Participação
GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA (no máximo 30 horas)	
(Resolução nº 29, Art. 107)	
Participação na equipe organizadora; participação como público-alvo	Declaração do professor responsável; certificado
Participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal	Projeto de pesquisa, registrado no sistema de projetos acadêmicos (SAP) e/ou no SIPPEE e/ou na Plataforma Brasil
Publicação de pesquisa em evento científico ou publicação em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica	Cópia da publicação e endereço eletrônico onde a mesma se encontra disponível e/ou indexada
Participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros;	Apresentação de certificado
Estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa	Atestado emitido pelo pesquisador desde que o projeto esteja registrado
GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
(Resolução nº 29, Art. 108)	
Participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico;	Apresentação de certificado
Estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão	Apresentação de certificado
Organização e/ou participação em eventos de extensão	Apresentação de certificado
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;	Apresentação de certificado
Participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	Apresentação de certificado
GRUPO VI - ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO	

Discriminação	Documentos comprobatórios
(Resolução nº 29, Art. 109)	
Participação na equipe organizadora; participação como público alvo	Declaração do professor responsável; certificado
Organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico	Apresentação de certificado
Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Apresentação de certificado
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Apresentação de certificado
Representação discente em órgãos colegiados	Apresentação de certificado
Representação discente em diretórios acadêmicos	Apresentação de certificado
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Apresentação de certificado
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica	Apresentação de certificado

2.4.4.3. Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. A mobilidade acadêmica internacional, regida pela Instrução Normativa UNIPAMPA Nº 33 de 23 de dezembro de 2021, estabelece os procedimentos internos para a mobilidade acadêmica de discente de graduação, em distintas modalidades: *outgoing*, *incoming* e virtual ou em cidades de fronteira. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência,

fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.4. Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

2.4.4.5. Carga horária a distância em cursos presenciais

Para assessoramento e acompanhamento do trabalho à distância, a instituição conta com a equipe multidisciplinar Portaria No 1488, de 24 de agosto de 2022). É obrigatório o uso da plataforma institucional Moodle para mediação e previsão das atividades avaliativas que seguem todas as orientações das normas acadêmicas da UNIPAMPA. Os conteúdos serão elaborados e disponibilizados pelo docente em módulos, tópicos, ciclos ou outra definição adotada no plano de ensino. O conteúdo deve atender às orientações da atualidade sobre acessibilidade. A metodologia de ensino e aprendizagem é descrita no plano de ensino do docente.

A estrutura curricular propõe a problematização da realidade, articulando teorias e práticas necessárias à formação do produtor cultural, viabilizando a pesquisa como princípio. Trata-se de uma perspectiva de formação que considera os sujeitos, o contexto social e suas dinâmicas educacionais.

Além disso, consideramos fundamental destacar a atenção ao processo que contemple, nesta perspectiva curricular, a acessibilidade cultural. No sentido de compreender que os sujeitos passam por processos distintos em relação ao aprender, cabe considerar, em uma perspectiva inclusiva, a necessidade de adequação dos tempos. Sendo assim, uma preocupação desta proposta curricular é não desconsiderar que os processos de formação precisarão ser contemplados na dimensão inclusiva, tal qual nos aponta Lira (2014, p.4) em sua discussão sobre a acessibilidade no Ensino Superior:

Objetiva-se, a partir de uma ação intencional e planejada com o trabalho cooperativo de todos os docentes, promover uma permanente interlocução entre as atividades curriculares e a realidade social, questionando as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas que a constituem, apontando, quando necessário, a possibilidade de construção de alternativas de mudança e intervenção transformadora da realidade.

2.4.5. Migração curricular e equivalências

No Quadro abaixo constam alguns dos componentes curriculares das versões anteriores do currículo e as medidas resolutivas para aproveitamento dos

componentes no processo de migração curricular para a nova matriz. Eventuais componentes não constantes da lista permanecem válidos para efeito de integralização, sendo de escolha do discente migrar total ou parcialmente para a nova versão em tela. Como a carga horária total do curso permaneceu inalterada, entendemos que tal processo deve ser relativamente descomplicado.

Quadro 5 - Migração curricular

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
1º		Ciência Política	60	Mudança de nomenclatura Introdução aos Estudos da Política	Não se aplica
1º		Sociologia	60	Mudança de nomenclatura Sociologia da Cultura	Não se aplica
2º		Antropologia	60	Mudança de nomenclatura Antropologia da Arte	Não se aplica
2º		Projeto Cultural I	60	Mudança de nomenclatura Elaboração de Projetos Culturais	Não se aplica
3º		Projeto Cultural II	60	Mudança de nomenclatura Produção Cultural, Contextos, Territórios e Instituições Culturais	Não se aplica
4º		Patrimônio cultural	60	Mudança de nomenclatura Patrimônio Cultural e Sociedade	Não se aplica

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
4º		Projeto Cultural III	60	Mudança de nomenclatura Projeto Cultural de Base Comunitária	Não se aplica
5º		Linguagens Cênicas e Performáticas	60	Mudança de nomenclatura Artes Cênicas	Não se aplica
8º		Direitos Humanos e Cidadania	60	Mudança de nomenclatura Direitos Culturais e Cidadania	Não se aplica
3º		Música e Sociedade	60	O componente passará a ser ofertado como CCCG	Aproveitamento das horas como CCCG

2.4.6. Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 116 da Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 20). Assim, a aproximação inicial do graduando com a pesquisa e sua aplicação se dará nos componentes curriculares de Metodologia de Pesquisa (60 horas), Produção Textual (60 horas) e o Trabalho de Conclusão de Curso (120 horas).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi dividido em dois semestres, sendo um para elaboração do projeto, com 60 horas no 5º semestre, e outro para

a conclusão e a defesa, com 60 horas no 6º semestre. A orientação metodológica ficará sob responsabilidade de um docente do quadro do curso. Assim, as matrículas em TCC se distribuem entre os docentes orientadores com um máximo de 6 alunos por professor e será exigida frequência do coordenador da disciplina.

O componente curricular semestral será de responsabilidade de um docente coordenador (cf. Resolução nº 29/2011, artigos 123-125), com competência para planejar o calendário organizando a normatização dos trabalhos.

O funcionamento do TCC ocorrerá da seguinte maneira: um professor orientará individualmente um número de alunos previamente estabelecido de acordo com a área de formação de cada docente. Cada aluno deverá se matricular no componente curricular TCC – projeto e escolher o professor orientador no momento da matrícula.

Por existirem diferentes concepções sobre TCC, foi definido que devem ser desenvolvidos projetos como: projeto cultural, plano de negócio, monografia, análise/ proposição na área de políticas culturais que estejam alinhados a proposta do projeto político pedagógico do Curso de Bacharel em Produção e Política Cultural da UNIPAMPA. Toma-se como base que estes trabalhos devem ser norteados pelos seguintes componentes básicos: introdução, justificativa, objetivos gerais e específicos, referências teóricas, metodologia, resultados e considerações finais.

As avaliações serão realizadas por meio de apresentação oral do TCC, onde uma banca composta pelo orientador e mais dois professores avaliará cada trabalho. A definição dos professores convidados a avaliar o trabalho, juntamente com o professor responsável, dar-se-á em conformidade a um número limite de trabalhos por professor e à propensão temática trabalhada. As datas serão agendadas e divulgadas pelo docente responsável pelo componente curricular TCC – defesa.

O aluno deverá entregar três vias de seu TCC e deverão estar dentro das normas da ABNT para projetos de pesquisa e nas normas da Universidade Federal do Pampa.

De acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328, de 4 de novembro de 2021, é facultado ao discente surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”, bem como é facultado ao estudante surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo. Reconhecendo que a Língua Portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas usuárias de LIBRAS, os trabalhos de conclusão de curso de discentes surdos poderão conter notas de rodapé que indiquem a tradução realizada por profissional tradutor de Língua Brasileira de Sinais. Será garantido ao discente surdo o acesso em LIBRAS de todos os materiais relativos à normatização de trabalhos acadêmicos, disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA.

As orientações podem ocorrer de modo individual ou em reunião por grupos, conforme for acordado entre o orientador e os seus orientandos, entretanto cada aluno desenvolverá um projeto específico dentro da área temática trabalhada. A frequência de cada aluno será de responsabilidade do orientador. Quando o aluno finalizar o seu trabalho, o orientador deve encaminhar um comunicado à Coordenação de TCC informando que o aluno está apto para a defesa oral, indicando os membros da banca e o título do trabalho. A nota final será registrada mediante uma ficha de avaliação após a banca.

Documentos para a realização do TCC:

- Ficha para controle de frequência do aluno nas orientações
- Formulário de avaliação da defesa de TCC
- Termo de aceite para publicação de TCC/catalogação na Biblioteca

2.4.7. Inserção da extensão no currículo do curso

A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a

UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A prática extensionista no curso de graduação tem como principais objetivos:

- Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA;
- Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;
- Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

Observação: De acordo com o que foi inserido na seção 2.4.1 do Projeto Pedagógico de Curso, sugere-se inserir nesta seção (2.4.10) a seguinte tabela:

As atividades de extensão correspondem a 10% da carga horária total do Curso de Graduação em Produção e Política Cultural (2.515 horas) da Unipampa e serão realizadas da seguinte forma:

CURSO BACHARELADO EM PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL	
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	
Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV)	180 horas

CURSO BACHARELADO EM PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL		
Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE)	Validadas através do Unipampa Cidadã	75 horas
Carga horária total		255 horas

Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE)

Os discentes do curso devem realizar um total de 75 horas de atividades de extensão na modalidade Atividade Curricular de Extensão Específica.

As atividades curriculares de extensão específicas (ACEE) podem ser realizadas nas modalidades: programas, projetos, cursos ou eventos. Sendo assim definidas:

Programa – é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

Projeto - é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;

Curso - é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;

Evento - são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

As atividades curriculares de extensão específicas (ACEE) do Curso de Graduação em Produção e Política Cultural serão desenvolvidas nas seguintes áreas temáticas: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Comunicação e Trabalho.

Unipampa Cidadã (ACEE)

Os(as) discentes do curso devem realizar 75 horas de atividade do “Projeto Unipampa – Curso Produção e Política Cultural” Cidadã que faz parte do Programa Institucional – Unipampa Cidadã.

O “Unipampa Cidadã – Curso Produção e Política Cultural” é um projeto de extensão composto por ações de cidadania e solidariedade em que os(as) discentes da Unipampa realizam trabalhos comunitários em instituições públicas, organização/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

Objetivos:

- Promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- Estimular a autonomia dos discentes;
- Aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;
- Estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Caracterização:

- a) Os(as) discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada;
- b) As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;
- c) O planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” serão feitos pelo supervisor de extensão do curso.

Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV)

Os discentes do curso devem realizar 180 horas de extensão no modo de atividade curricular de extensão vinculada (ACEV).

As atividades curriculares de extensão vinculadas são atividades de extensão vinculadas ao Componente Curricular Obrigatório denominado Práticas e Experimentações Culturais I, com carga horária total de extensão. As ACEVs estarão discriminadas na matriz curricular, na ementa e no plano de ensino dos componentes curriculares.

As ACEVs podem ser realizadas nas modalidades: programas, projetos, cursos ou eventos.

No Curso de Graduação em Produção e Política Cultural as atividades curriculares de extensão estarão vinculadas ao seguinte componente curricular:

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO VINCULADAS (ACEVs)	
Componente Curricular	CH de Extensão Vinculada
Práticas e Experimentações Culturais I	180h
CH Total	180h

2.5. Metodologias de Ensino

O Curso de Produção e Política Cultural emprega metodologias que atendem ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem e ao contínuo acompanhamento das atividades. Importante ressaltar que a área da produção e da política cultural conforma um campo extremamente amplo, complexo e abrangente. Tentar entendê-lo é depender da colaboração das diversas ciências, ainda que já tenha assumido sua forte relação com as ciências sociais e linguagens artísticas.

Assim, cada docente, integrado à missão de construir o saber sobre a cultura, contribuirá com o seu campo próprio de conhecimento, num processo

interdisciplinar, em que, muito além de meramente repassar conhecimentos, irá propiciar aos alunos a aquisição de novos saberes, a práxis, face às revelações que as relações interdisciplinares vão desenhando num universo do saber-fazer da produção cultural.

Desta forma, o conjunto de competências, habilidades, valores e atitudes necessários à formação do planejador, gestor e organizador da cultura, deverá ser tratado de maneira ampla, orgânica e flexível, conforme exigências do próprio objeto de estudo acadêmico, visando a assegurar ao profissional o exercício articulado do seu papel de transformador da realidade. O plano de execução curricular, contendo o elenco de componentes e suas respectivas cargas horárias, acrescido do ementário e dos programas de cada disciplina, não esgota a concepção do Plano Pedagógico.

2.5.1. Interdisciplinaridade

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, em que “as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;” (p. 32)

No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas a partir:

de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam

flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista.” (p. 47).

2.5.2. Práticas Inovadoras

Segundo o PDI 2019-2023, um dos objetivos da organização acadêmica na Instituição é “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas” (p. 39-40)

Também, o documento indica, como princípio metodológico da organização didático-pedagógica da graduação, “promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades” (p. 44). Ainda, consta que “Os PPCs de muitos cursos mencionam, de forma explícita, tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira” (p. 48) como uma política inovadora de ensino.

2.5.3. Acessibilidade Metodológica

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Os sites e computadores do Campus permitem o uso de ferramentas de acessibilidade, como a alteração de contrastes e aumento da letra para pessoas com limitações visuais, por exemplo. As técnicas como ampliação de letras para exercícios e provas, bem como o uso de contraste e tamanho de letra em recursos visuais adotados em sala de aula, audiodescrição de imagens no moodle, entre

outros são orientados a todos os docentes. Os quais devem utilizar os formatos acessíveis, tendo ou não discentes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; Proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; Proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

Os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo:

O Núcleo de Desenvolvimento Educacional, as Comissões de Acessibilidade e o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade têm como objetivo promover uma educação inclusiva que garanta ao aluno com deficiência e com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico na UNIPAMPA. Por consequência, os estudantes do curso contam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que auxilia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência durante seu percurso acadêmico.

O AEE está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde o ano de 1996. Na Unipampa, o estudante manifesta o interesse do aluno ao Interface NInA do Campus, em receber atendimento. A acessibilidade metodológica se efetiva em sala de aula por meio de diferentes práticas

pedagógicas realizadas pelos professores, tais como: provas e textos ampliados, prova em Braille, Atuação de um intérprete de LIBRAS nas aulas, permissão de gravação de aula, possibilidade de aplicar prova oral, utilização de recursos em áudio e vídeo, elaboração de slides acessíveis, atividades de reforço e recuperação, apoio de alunos monitores, auxílio para transcrição, fácil acesso, apoio para orientação e mobilidade, audiodescrição, entre outros.

A monitoria de discentes com deficiências, bem como o apoio pedagógico, também podem ser solicitadas e compartilhadas com o NuDE e NiNA, descritos a seguir no item 2.7 Apoio Discente.

2.5.4. Tecnologias de informação e Comunicação (TIC) no Processo de ensino e aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) permitem um amplo acesso dos acadêmicos aos conteúdos dos componentes curriculares e de suas respectivas atividades.

A Unipampa tem um sistema desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC), onde os estudantes, por meio de login (número de matrícula e senha) podem acessar O GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais), disponível em <https://guri.unipampa.edu.br/>. Neste ambiente os alunos consultam os planos de ensino, o histórico acadêmico, comprovante de matrícula, controlam suas frequências, podem acompanhar o lançamento de notas de cada disciplina, podem inscrever-se em eventos e imprimir certificados de participação. Também é uma importante ferramenta na comunicação entre docentes e secretaria acadêmica, sendo muito útil na elaboração de relatórios. Pelo sistema GURI os professores têm acesso a seus planos de ensino, lançam as notas e frequência dos estudantes.

Os professores e estudantes têm à disposição o Sistema Moodle e o Moodle EAD. O acesso ao Moodle é via usuário e senha do aluno ou servidor. O Moodle é usado como apoio ao ensino presencial e à distância, é possível postar material de aula, material complementar, leituras, exercícios, links de acesso a legislação, avaliações, entre outros conteúdos necessários. Ainda, o Sistema Acadêmico de

Projetos (SAP), permite tanto aos professores, técnicos e alunos o acompanhamento da tramitação dos diversos projetos que estão sendo implementados na Universidade. Cada sala de aula do Campus é equipada com computador e acesso à rede de internet e projetor multimídia, podendo os docentes ministrar diretamente a partir dos principais sistemas de comunicação, como o Moodle, seus conteúdos, facilitando assim o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

2.5.4.1 Outros recursos didáticos

Outra forma de acesso a materiais e recursos didáticos é o acervo da biblioteca. A biblioteca digital dispõe de diversos livros para acesso online. Acesso ao periódico CAPES, inclusive fora da rede institucional. A UNIPAMPA disponibiliza acesso gratuito à internet no campus, além de sala de informática com presença de computadores para a utilização.

2.6. Avaliação da aprendizagem

O Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta que “A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é entendida como um trabalho pedagógico contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos. O conceito de avaliação como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, é percebido como interativo, crítico, reflexivo e democrático. A concepção de avaliação acompanha os princípios metodológicos, portanto a avaliação considera que o aluno é partícipe do processo de aprendizagem, de modo a ser uma estratégia que possibilite o diagnóstico das dificuldades e a construção das aprendizagens.” (p. 45).

Assim, o conjunto de competências, habilidades, valores e atitudes necessários à formação do planejador, gestor e organizador da cultura, deverá ser tratado de maneira ampla, orgânica e flexível, conforme exigências do próprio objeto de estudo acadêmico, visando a assegurar ao profissional o exercício articulado do seu papel de transformador da realidade.

A avaliação, entendida como um conjunto de ações que possibilita a reflexão a respeito do saber construído e da prática desenvolvida, com base nos objetivos propostos e no perfil do profissional egresso, constitui-se em elemento essencial para acompanhar e orientar todo o processo educativo. A avaliação se caracteriza como diagnóstico-formativa, tanto sob o ponto de vista docente quanto discente: ambos têm, por meio da avaliação, indicativos para conhecer os resultados acerca de seus processos de ensino e de aprendizagem, em vista dos esforços empreendidos em direção às metas estabelecidas.

Dessa concepção decorre, portanto, que a avaliação assumirá no curso, predominantemente, uma função diagnóstico-formativa que possibilitará, tanto ao professor quanto ao aluno, informações acerca do processo de aprendizagem. A avaliação terá, assim, uma caracterização essencialmente transformadora/qualificadora do processo educacional.

A avaliação dar-se-á ao longo de todo o processo, considerando as manifestações e produções – individuais e grupais – do aluno, bem como as diferentes situações de ensino e de aprendizagem, através de diferentes técnicas e instrumentos, sendo que a expressão do resultado final do desempenho do aluno, em cada componente curricular, será feita conforme as Normas Básicas da Graduação na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, em seu art. 56, parágrafo 1º, onde estabelece que estará aprovado o discente que alcançar a nota final mínima de 6 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação, além de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

O desempenho acadêmico é resultante do processo de avaliação do discente nas atividades de ensino na Instituição, em consonância com as normas regimentais e com a legislação pertinente. A avaliação da aprendizagem do discente nos componentes curriculares é processual, contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Já para o registro da aprendizagem do aluno deve constar em pelo menos um documento físico (prova escrita, relatório ou outro instrumento de avaliação) e

o resultado das atividades de avaliação deve ser divulgado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis após a sua realização.

Os instrumentos avaliativos serão inclusivos, conforme legislação e orientações institucionais, considerando as necessárias adaptações metodológicas e de conteúdos estabelecidas no currículo dos alunos com deficiência, considerando as diversas formas de desenvolvimento e aprendizagem.

Ao discente é assegurado ainda o direito de requerer à Coordenação de Curso revisão da nota parcial ou da nota final a qual lhe foi atribuída na avaliação de sua aprendizagem, com a justificativa expressa em documento físico, considerado o prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis após a informação do resultado da avaliação. Para tanto, a Coordenação do Curso encaminha o requerimento ao docente, que emite parecer, indicando as razões desse parecer, em até 03 (três) dias úteis após o recebimento do requerimento. Após ciência do discente e discordância com o parecer do docente, a Coordenação do Curso constitui banca de pelo menos 02 (dois) outros docentes da mesma área de conhecimento ou área afim do respectivo componente curricular, para avaliar e emitir decisão sobre o processo em até 05 (cinco) dias úteis.

As atividades de recuperação são asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente. As atividades de recuperação são descritas no respectivo Plano de Ensino, ressalvado ao docente o direito do planejamento dessas atividades.

2.7. Apoio ao discente

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes.

Entre os programas e ações de assistência estudantil, estão: programa de bolsa permanência, programa de apoio à instalação estudantil, Programa de Desenvolvimento Acadêmico, programa de apoio à participação discente em eventos, programa de alimentação subsidiada e programa de ações afirmativas.

De acordo com o Art. 3º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 239, de 25 de abril de 2019, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) contempla uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, sendo que o número de servidores e a composição podem variar de acordo com as especificidades e demandas do campus, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos.

Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado à Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011).

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

O apoio aos discentes contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica, apoio pedagógico através de monitorias individuais e atividades em grupo e apoio psicológico. As atividades de apoio pedagógico são desenvolvidas por projetos geralmente coordenados no âmbito do Campus pelas servidoras do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), projetos lançados

pela PRAEC, onde citamos o Projeto de Apoio Social e Pedagógico (PASP) e Chamadas Internas da PROGRAD.

2.8. Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da

Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância de contribuírem com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição.

O curso prevê outras formas de avaliação e acompanhamento dos egressos, como questionários, entrevistas, rodas de conversa de egressos com os atuais discentes do curso, participação de professores em bancas de pós graduação de egressos, especialmente em cursos de mestrado acadêmico, etc.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões.

Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso. A avaliação continuada se dá através de instrumentos próprios, reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias, e a utilização dos resultados de relatórios de avaliação da CPA, MEC, entre outros.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam participativos e

críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

3. EMENTÁRIO

Nesta seção apresentam-se as ementas dos componentes curriculares que compõem o Curso. Os componentes curriculares obrigatórios de graduação (CCOG), seguidos dos componentes curriculares complementares de graduação (CCCG), estes de caráter eletivo.

3.1. Fundamentos de Gestão (CCOG)

3.1.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.1.2. Ementa

Conceitos básicos de Administração – organizações, administração e ambiente. Tipos de Organizações. Funções Organizacionais. O ambiente interno e externo das organizações. Eficiência e Eficácia. As organizações e a necessidade de administração. Importância social da administração. Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Administração Pública Direta e Indireta. Tipos de administradores. Papéis dos Administradores. Habilidades para o desempenho administrativo. Competências gerenciais. O Processo administrativo - Planejamento: estratégico, tático e operacional; Organização: informal e formal; Direção: estilo, liderança, comunicação, motivação e supervisão; Controle e avaliação: fases, padrões, resultados e ação corretiva.

3.1.3. Objetivo Geral

Compreender os conceitos fundamentais de administração privada e pública mediante o conhecimento das organizações, seu ambiente e seus recursos na gestão cultural. Conhecer a estrutura das organizações e o processo administrativo a fim de refletir sobre as possíveis estratégias a serem aplicadas no setor de produção cultural.

3.1.4. Objetivos Específicos

Proporcionar aos discentes do Bacharelado em Política e Produção Cultural um contato inicial com os principais conceitos de gestão e teorias administrativas, buscando sempre uma visão prática da administração dotando os discentes das ferramentas necessárias para iniciar a caminhada pela gestão da cultura. Compreender os conceitos fundamentais de administração privada e pública mediante o conhecimento das organizações, seu ambiente e seus recursos na gestão cultural. Conhecer a estrutura das organizações e o processo administrativo a fim de refletir sobre as possíveis estratégias a serem aplicadas no setor de produção cultural. No ambiente empresarial em constante mutação, é essencial que os principais conceitos de gestão sejam conhecidos e aplicados, de forma a possibilitar uma maior liberdade de ação aos futuros produtores culturais, pois a verdadeira liberdade profissional surge das escolhas baseadas em conhecimento.

3.1.5. Referências Bibliográficas Básicas

COSTIN, Cláudia. Administração Pública. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.

DAFT, Richard L. Organizações teoria e projetos. 11. São Paulo Cengage Learning 2014 1 recurso online ISBN 9788522116898

MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. Introdução à administração. 7ª ed. São Paulo, SP: Ed. Atlas, 2009.

MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes estruturas em cinco configurações. 2. São Paulo Atlas 2003 1 recurso online ISBN 9786559772162

PRESTES MOTTA, Fernando Cláudio, Teoria Geral da Administração. Pioneira Thomson Learning, São Paulo, 2004.

STONER, J.A.F.; FREEMAN, R.E. Administração. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010.

3.1.6. Referências Bibliográficas Complementares

BERTALANFFY, Ludwig Von, Teoria Geral dos Sistemas, Vozes, Petrópolis 1968

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. Campus. Rio de Janeiro, 2000

FERREIRA, A.A. REIS, A.C.F. PEREIRA, M.I. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. São paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

KHUN, Thomas S., A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Perspectiva, 1997

MORGAN, Gareth; *Imagens da Organização*, Atlas, São Paulo 1996

JOHNSTON, Robert, *Administração de Operações de Serviços*, Atlas, São Paulo, 2002

SIMON, Herbert A., *The New Science of Management Decision*, School of Commerce, Accounts, and Finance, New York University, 1960.

3.2. História das Políticas Culturais do Brasil (CCOG)

3.2.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.2.2. Ementa

Políticas culturais no Brasil. Relações entre Sociedade, Estado e Cultura: uma abordagem histórica. Movimentos culturais; modelos de ação do Estado Brasileiro no âmbito da cultura. Impasses e desdobramentos na configuração das políticas públicas na atualidade

3.2.3. Objetivo Geral

Propiciar o estudo e a contextualização histórica das políticas culturais desenvolvidas nos diferentes momentos da História do Brasil.

3.2.4. Objetivos Específicos

Discutir e refletir sobre os principais movimentos culturais brasileiros e suas contribuições e as ações do Estado no âmbito das políticas públicas para a cultura. Analisar as relações entre Estado, Sociedade e Cultura em se tratando da realidade brasileira. Possibilitar a apropriação de referenciais teórico-práticos de forma a viabilizar a reflexão crítica, a promoção da cultura e a formação de gestores culturais socialmente engajados.

3.2.5. Referências Bibliográficas Básicas

BADARÓ, Murilo. Gustavo Capanema. *A revolução na cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira; Contemporânea do Brasil; FGV, 2000.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre estado, sociedade e cultura no Brasil*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1998.

CALABRE Lia. Política cultural no Brasil: um breve histórico. In: CALABRE, Lia (org.). Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro, RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. Cultura e participação nos anos 60. São Paulo, Sp: Brasiliense, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MELLO, Maria Amélia (org.) 20 anos de resistência. Alternativas da cultura no Regime Militar. Rio de Janeiro, RJ: Espaço e Tempo, 1986.

3.2.6. Referências Bibliográficas Complementares

BARBALHO, Alexandre. O Estado pós-64: intervenção planejada na cultura. In: Política e Trabalho. João Pessoa, PB: 1999.

BERLINK, Manoel T. Centro Popular de Cultura da UNE. Campinas, SP: Papyrus, 1984.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 até o século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2009.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org.). A era FHC: um balanço. São Paulo, SP: Cultura, 2002. COSTA, Lygia Martins. De museologia, arte a políticas de patrimônio. Rio de Janeiro, RJ: IPHAN, 2002.

FÁVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular, memória dos anos 60. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPHAN, 1997.

RAMOS, José Mário Ortiz. Cinema, Estado e lutas culturais. Anos 50/60/70. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. Salvador, BA: EDUFBA 2007.

TELLES, Norma Abreu. Cartografia brasilis ou: esta história está mal contada. São Paulo, SP: Ed. Loyola, 1984.

3.3. Introdução à Produção Cultural (CCOG)

3.3.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.3.2. Ementa

Contexto da produção cultural no país. Conceitos e categorias em produção cultural. O perfil profissional do(a) produtor(a) cultural. Sistema cultural. Circuitos culturais. Esferas e âmbitos do planejamento cultural: evento cultural, ação cultural, programa de ações culturais, política cultural.

3.3.3. Objetivo Geral

Apresentar ao ingressante o panorama da produção cultural no Brasil e o perfil profissional do produtor, suas características e competências, bem como responsabilidades e áreas de atuação profissional.

3.3.4. Objetivos Específicos

Discutir e aprofundar o conhecimento de conceitos e noções recorrentes na área da produção cultural tais como política cultural, ação cultural, planejamento e sistema cultural, evento cultural e circuito cultural.

3.3.5. Referências Bibliográficas Básicas

BRANT, Leonardo. O poder da cultura. São Paulo, SP: Peirópolis, 2009

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. 2a ed. São Paulo, SP: Iluminuras, 2012.

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural: profissão em formação. Belo Horizonte, MG: DUO Editorial, 2007.

3.3.6. Referências Bibliográficas Complementares

AVELAR, Romulo. O Averso da Cena: notas sobre Produção e Gestão Cultural. 2a ed. Belo Horizonte, MG: Duo Editorial, 2010.

BARBALHO, Alexandre. Relações entre estado, sociedade e cultura no Brasil. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1998

BARROS, José Márcio; OLIVEIRA, José (organizadores). Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural. Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. 2a Ed. Salvador, BA: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/oqeculturavol_1_chauai.pdf (consultado em 03/10/2022).

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 até o século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2009.

3.4. Introdução aos Estudos da Política (CCOG)

3.4.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.4.2. Ementa

Introdução à questão do poder e da política na Modernidade. A política como campo autônomo na sociedade. Conceito de Estado e relação Estado-sociedade: movimentos da sociedade frente ao poder de Estado. Sociedade e cultura política. Aspectos psicossociais e culturais da política. Elementos centrais da democracia contemporânea e ideologias políticas.

3.4.3. Objetivo Geral

Abordar as relações de poder na sociedade contemporânea e a relação sociedade-Estado. Compreender a política como fenômeno relacional e campo de disputas de poder, a partir das Ciências Sociais e áreas afins. Destacar a importância do fenômeno do poder como elemento organizador da sociedade e instrumento de dominação de grupo sociais. Caracterizar a democracia contemporânea e ideologias políticas.

3.4.4. Objetivos Específicos

Indicar conceitos e questões centrais que envolvem o estudo da política, no campo das Ciências Sociais. Desenvolver a capacidade de descrição e interpretação adequada das temáticas tratadas para além do senso comum, através da análise crítica e reflexiva.

3.4.5. Referências Bibliográficas Básicas

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus/Elsevier, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 1ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

KELLY, Paul et al. **O livro da política**. São Paulo: Globo, 2013.

3.4.6. Referências Bibliográficas Complementares

CASTRO, Celso. **Textos básicos de Sociologia**: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KIM, Douglas. **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2016.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.ução

SELL, Carlos E. **Introdução à sociologia política**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

UR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas, SP: Alínea, 2019.

e-Pub.

3.5. Produção Textual (CCOG)

3.5.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.5.2. Ementa

As relações entre linguagem oral e escrita. As funções da escrita. Escrita acadêmica: resenha, resumo, fichamentos e artigos. A intertextualidade como recurso de escrita. Paráfrase, citação textual e sínteses. Planejamento da escrita. Organização e constituição das ideias do texto. Estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. Argumentação e ritmo nas escritas acadêmicas.

3.5.3. Objetivo Geral

Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos.

3.5.4. Objetivos Específicos

Estudar estrutura de textos; exercitar a escrita de parágrafos; compreender a importância de coesão e coerência em textos; conhecer e aprimorar a escrita de gêneros acadêmicos.

3.5.5. Referências Bibliográficas Básicas

COSTA VAL, Maria das Graças. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

3.5.6. Referências Bibliográficas Complementares

FREIRE, P. A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 12ª ed. São Paulo, SP: Cortez Autores Associados, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo, Cortez, 2001.

KÖCHE, Vanilda Saltonet al. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, Anna Rachel et al. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

3.6. Antropologia da Arte (CCOG)

3.6.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.6.2. Ementa

Estudo e análise das interfaces da antropologia com as manifestações artísticas. Arte e Sociedades. Estudo das manifestações artísticas dos grupos sociais nos territórios e contextos culturais na Diversidade.

3.6.3. Objetivo Geral

Estudar e analisar as interfaces da Antropologia com as manifestações artísticas na diversidade cultural.

3.6.4. Objetivos Específicos

Analisar as manifestações artísticas sob a visão da Antropologia Social. Estudar os fenômenos artísticos a partir da etnografia nos grupos sociais específicos. Refletir sobre a relevância da Antropologia da Arte para o campo da Produção Cultural Contemporânea.

3.6.5. Referências Bibliográficas Básicas

BOAS, F. Arte primitiva. Lisboa, Ed. Fenda, 1996.

CANCLINI, N.G. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

____. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2000.

LAYTON, R. A antropologia da arte. Lisboa: Edições 70, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. Olhar, escutar, ler. São Paulo; Cia das Letras, 1997.

3.6.6. Referências Bibliográficas Complementares

AUGÉ, Marc. Ficciones de fin de siglo. Barcelona, Gedisa, 2001.

BOURDIEU, P. As regras da arte. São Paulo, Cia das letras, 1996.

DORFLES, G. Elogio da desarmonia. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

ECO, Umberto. A definição da arte. Lisboa, Ed. 70, 2011.

MONTEIRO, P.F. Os outros da arte. Oeiras, Editora Celta, 1996.

YÚDICE, George. A convivência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

3.7. Fundamentos Teóricos da Arte (CCOG)

3.7.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.7.2. Ementa

Problematização em torno da definição de arte. Abordagem introdutória acerca das transformações da representação artística no âmbito ocidental (ênfase nas práticas contemporâneas). A produção de arte e seus diálogos com o pensamento.

3.7.3. Objetivo Geral

Refletir sobre as bases teóricas da produção artística como um campo atravessado por múltiplos discursos, práticas e condicionantes.

3.7.4. Objetivos Específicos

Estimular o contato com imagens de diferentes áreas do conhecimento. Produzir fricções conceituais a partir de múltiplas referências imagéticas desde a herança da cultura visual de diferentes tempos históricos. Incentivar práticas de escrita com base na relação entre linguagem verbal e linguagem não-verbal.

3.7.5. Referências Bibliográficas Básicas

DANTO, Arthur. O que é a arte. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

DUARTE, Rodrigo. O belo autônomo: textos clássicos de estética. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2012.

HUBERMAN, Didi Georges. Imagens apesar de tudo. São Paulo: Ed. 34, 2020.

3.7.6. Referências Bibliográficas Complementares

BERGER, John. Para entender uma fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CALABRESE, Omar. A linguagem da Arte. Rio de Janeiro/RJ: Globo, 1987.

DERRIDA, Jacques. Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979-2004). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

JANSON, Anthony. A nova história da arte de Janson. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2010.

KIVY, Peter. Estética: fundamentos e questões de filosofia da arte. São Paulo/SP: Paulus, 2008.

3.8. História da Arte (CCOG)

3.8.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.8.2. Ementa

A formação do campo de estudo da História da Arte. Abordagem introdutória acerca das transformações da arte da Pré-história às práticas contemporâneas. Estilos e escolas artísticas e seus diálogos sociais. As transformações na arte e no papel social dos artistas. As obras de arte como documentos históricos. As instâncias de mediação e consagração do objeto artístico. Modos e práticas de inserção da arte na sociedade.

3.8.3. Objetivo Geral

Refletir sobre as bases teóricas da produção artística estimulando o debate sobre as dinâmicas envolvidas no âmbito da arte, buscando um olhar crítico sobre seus impactos na sociedade e na cultura.

3.8.4. Objetivos Específicos

Compreender o campo de estudo da História da Arte; Conhecer os principais estilos e escolas artísticas e seus diálogos sociais; Pensar as transformações na arte e no papel social dos artistas; Refletir sobre as obras de arte como documentos históricos; Conhecer os modos e práticas de inserção da arte na sociedade.

3.8.5. Referências Bibliográficas Básicas

ARNOLD, Dana. Introdução à história da Arte. São Paulo: Ática, 2008.

GOMBRICH, Ernst. A História da Arte. 18ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Editora LTC, 2000.

JANSON, H.W; JANSON, Anthony. Iniciação à História da Arte. 3ª edição. São Paulo/SP: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

3.8.6. Referências Bibliográficas Complementares

ARGAN, Giulio Carlo. Guia de história da arte. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1994.

BRONOWSKI, Jaco. Arte e conhecimento: ver, imaginar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BAYER, Raymond. História da estética. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1979.

CHILVERS, Ian. Dicionário Oxford de Arte. 3ª edição. São Paulo/SP: Martins Editora, 2007.

DEMPSEY, Amy. Estilos, escolas e movimentos. São Paulo/SP: Cosac e Naify, 2011.

3.9. **Elaboração de Projetos Culturais (CCOG)**

3.9.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.9.2. Ementa

Técnicas de modelagem de projetos culturais: Problema, Objetivo, Produto, Idealização e Elaboração. Público-alvo e Plano de Comunicação. Concepção e operacionalização de eventos culturais. Avaliação e gerenciamento de projetos culturais para desenvolvimento de espaços culturais.

3.9.3. Objetivo Geral

Apresentar a técnica de modelagem de projetos culturais baseada no trinômio Problema, Objeto, Produto.

3.9.4. Objetivos Específicos

Discorrer sobre as necessidades legais, de logística e infraestrutura para a realização de eventos culturais. Desenvolver a capacidade de elaboração de projetos no âmbito das instituições e espaços culturais visando à sua criação, manutenção e/ou consolidação. Habilitar o produtor a estabelecer estratégias de gestão de espaços e aparelhos culturais a partir de projetos culturais.

3.9.5. Referências Bibliográficas Básicas

CEREZUELA, David Rosselló. Tradução: Marcela Ferreira Zaccari. **Planejamento e avaliação de projetos culturais: da ideia à ação.** Edições Sesc São Paulo. 2015, 240 p.

OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edson. **Guia brasileiro de produção cultural 2013-2014.** São Paulo/SP: SESC, 2013.

THIRY-CHERQUES, Hermano. **Projetos Culturais: técnicas de modelagem.** Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2008.

3.9.6. Referências Bibliográficas Complementares

CESNIK, Fábio Sá. **Guia de Incentivo à Cultura.** 3a Ed. 2012. Barueri/SP: Manole, 2012.

HOBBSAWN, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

PONTE, Elizabeth. **Por uma cultura pública: organizações sociais, Oscips e a gestão pública não estatal na área da cultura.** São Paulo, SP: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

3.10. Teorias da Cultura (CCOG)

3.10.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.10.2. Ementa

Conceitos de cultura e sociedade a partir de diferentes perspectivas teóricas. Aspectos básicos da dinâmica cultural e dos processos históricos de transformação social. Etnocentrismo e relativismo cultural. Cultura, ideologia e poder. Cultura e processos de globalização.

3.10.3. Objetivo Geral

Compreender a cultura do ponto de vista conceitual e como manifestação social. Refletir sobre os aspectos da diversidade e da dinâmica sociocultural nas sociedades contemporâneas.

3.10.4. Objetivos Específicos

Identificar os aspectos centrais relativos ao estudo das questões culturais e suas implicações sociais, nas sociedades contemporâneas. Identificar autores e conceitos relativos aos temas tratados e sua adequada utilização de forma crítica e reflexiva.

3.10.5. Referências Bibliográficas Básicas

CASTRO, Celso. **Textos Básicos de Antropologia**: cem anos de tradição. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo, SP: Unesp, 2005.

LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

3.10.6. Referências Bibliográficas Complementares

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Mércio P. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2017.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

3.11. Cultura e Identidade Latino-americana (CCOG)

3.11.1. Aspectos Gerais

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.11.2. Ementa

Relações sócio-históricas na construção de uma identidade latino-americana e seus impactos no campo cultural. Formação da América Latina: cruzamentos políticos, econômicos e sociais. O sentido da “latinidade” no contexto da crítica pós-colonial.

3.11.3. Objetivo Geral

Estabelecer as relações sócio-históricas que conformam a identidade latino-americana, seus desdobramentos e tensão.

3.11.4. Objetivos Específicos

Apresentar os cruzamentos políticos, econômicos e sociais de formação da América Latina a fim de problematizar a noção de latinidade, especialmente no contexto da crítica pós-colonial.

3.11.5. Referências Bibliográficas Básicas

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2006.
 DONGHI, Túlio Halperin. História da América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
 LANDOWSKI, Eric. Presenças do outro. São Paulo: Perspectiva, 2012.
 GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. São Paulo: L&PM, 2010.

3.11.6. Referências Bibliográficas Complementares

LEMOS, Maria Tereza T. B. América Latina: identidade em construção. São Paulo: 7 Letras, 2008.
 NOVAES, Aduato. Oito visões da América Latina. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.
 RAMA, Angel. Literatura, cultura e sociedade na América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
 REIS, Eliana Lourenço de Lima. Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. RIBEIRO, Darcy. A América Latina existe? Brasília: Ed. UnB, 2010.

3.12. Gestão de Eventos (CCOG)

3.12.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h

- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.12.2. Ementa

Estudo sobre os diferentes tipos de eventos. Definição dos fatores que através do planejamento, determinarão o projeto de cada evento e sua viabilização. Domínio das técnicas e métodos utilizados na captação, gestão e avaliação de eventos. Turismo de eventos: eventos de lazer e eventos de negócios. Criatividade e experiência de consumo em eventos. Desenvolvimento local e eventos. Principais atores e organizações promotoras de eventos. Realidade atual e perspectivas futuras em eventos. Formulação de projeto e estímulo à sua aplicação a partir de atividades práticas de organização de eventos.

3.12.3. Objetivo Geral

Propiciar ao aluno situações de ensino-aprendizagem para atuar como gestor de eventos, identificando o contexto socioeconômico no qual está inserido, fazendo uso de habilidades e competências desenvolvidas no componente curricular, sendo capaz de correlacionar teoria e prática no desenrolar da organização e gestão de eventos.

3.12.4. Objetivos Específicos

Compreender o contexto e a evolução histórica dos eventos no Brasil e no mundo. Identificar a importância do evento como fator de desenvolvimento social, econômico e científico. Propiciar a análise dos vários aspectos que formam o efeito multiplicador do Turismo de Eventos e os resultados obtidos pela sociedade. Identificar as potencialidades regionais que possam se traduzir na realização de eventos. Gerir eventos, seja na formulação do projeto ou na sua aplicação. Desenvolver habilidades que possam sustentar ações futuras como profissional na captação de eventos, de forma a contribuir, assim, com as comunidades locais.

3.12.5. Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, R. A. Manual de eventos. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

GIACAGLIA, M. C. Eventos: como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2006.

ZITTA, Carmem. Organização de eventos: da ideia à realidade. Brasília: Senac, 2018.

3.12.6. Referências Bibliográficas Complementares

CZAJKOWSKI, Adriana; CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio. Eventos: uma estratégia baseada em experiências. Curitiba: Intersaberes, 2017.

LUKOWER, Ana. Cerimonial e protocolo. São Paulo: Contexto, 2010.

MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 4. ed., atual. Barueri, SP: Manole, 2007.

WATT, D. C. Gestão de eventos em lazer e turismo. Porto Alegre: Bookman, 2004.

3.13. Metodologia da Pesquisa (CCOG)

3.13.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.13.2. Ementa

Tipos de conhecimento. A ciência e suas características. O método científico e suas aplicações. Fundamentos da Metodologia Científica. Comunicação Científica. Métodos e técnicas de pesquisa. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.

3.13.3. Objetivo Geral

Compreender o desenvolvimento da ciência e do método científico refletindo acerca dos fundamentos, métodos e formas de análise que compõem a produção do conhecimento científico.

3.13.4. Objetivos Específicos

Identificar os diferentes tipos de conhecimento; Compreender a evolução da ciência e do método científico; Refletir sobre os diversos métodos e técnicas de pesquisa; Conhecer as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos.

3.13.5. Referências Bibliográficas Básicas

BECKER, Howard S. Becker. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora: 2007.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

3.13.6. Referências Bibliográficas Complementares

BAUER, Marrtin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

COSWELL, John W. Projeto de pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2019.

ZAMBONI, Sílvio. A Pesquisa em Arte: um paralelo entre arte e ciência. 3a ed. Rev. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

3.14. Produção Cultural, Contextos, Territórios e Instituições Culturais (CCOG)

3.14.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.14.2. Ementa

Estudo das relações entre a produção cultural nos contextos institucionais, midiáticos e ciberespaços. A produção cultural e sua circulação, produção e difusão nos Museus, Galerias, Institutos, Associações, Instituições Culturais e territórios diversos. Produção cultural e Poder.

3.14.3. Objetivo Geral

Estudar e analisar o contexto da produção cultural no âmbito das instituições culturais, espaços midiáticos e ciberespaço. Analisar as interfaces das relações de poder e a produção cultural.

3.14.4. Objetivos Específicos

Analisar o contexto da produção cultural no cenário das instituições culturais, sejam elas públicas ou privadas. Estudar as teorias acerca da relação entre a produção cultural e os aparelhos culturais hegemônicos.

3.14.5. Referências Bibliográficas Básicas

BECKER, Howard. *Mundos da arte*. Lisboa, Horizonte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O amor pela arte. Os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo, Zouk, 2003.

CRIMP, Douglas. *Sobre as ruínas do museu*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

3.14.6. Referências Bibliográficas Complementares

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. 2ª ed. São Paulo/SP: Iluminuras, 2012.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo, Annablume, 2006.

HEINICH, Nathalie. *A sociologia da arte*. São Paulo, Ed. EDUSC, 2008.

MALRAUX, André. *O museu imaginário*. Lisboa: Edições 70, 2000.

PEREIRA, G. Gabriela. *Rua dos Inventos*. Rio de Janeiro, F. Alves, 2002.

3.15. Projeto Cultural de Base Comunitária

3.15.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.15.2. Ementa

A cultura como direito. Acesso aos bens culturais. Estado e Cultura na promoção dos direitos fundamentais. O conceito de cidadania e sua evolução. Promoção da cidadania. Análise da cultura em processos e projetos sociais. Terceiro setor.

3.15.3. Objetivo Geral

Analisar e compreender como a cultura pode ser usada como ferramenta para promover a inclusão social e os direitos fundamentais, abordando a cultura como um direito fundamental e explorar como o Estado e a sociedade podem promover acesso aos bens culturais e fomentar a cidadania. Ela também aborda o papel da cultura em projetos e processos sociais e o papel do terceiro setor nessa promoção

3.15.4. Objetivos Específicos

Estudar as interfaces da dimensão dos bens culturais no campo das políticas públicas. Promover a reflexão crítica acerca da relação entre cidadania e políticas públicas de desenvolvimento cultural. Analisar o desenvolvimento de políticas públicas em cultura considerando as diversidades culturais e os contextos socioeconômicos dos grupos sociais específicos

3.15.5. Bibliografia Básica

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural: o direito a cultura**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2006.

OBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1992.

TURINO, Celio. **Ponto de Cultura – O Brasil de baixo para cima**. São Paulo, SP: Editora Anita Garibaldi, 2010.

3.15.6. Bibliografia Complementar

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos Culturais como direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2000.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA. Cultura y desarrollo: El espacio de la cultura en el que hacer del Estado. Montevideo, Uruguai, 2009.

REIS, Ana Carla Fonseca; DE MARCO, Kátia (organizadoras). Economia da Cultura: Ideias e Vivências. Rio de Janeiro/RJ: Publit, 2009. Disponível em: <http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2012/10/Economia-da-Culturaldeias-e-Viv%C3%AAsncias.pdf> (consultado em 07/04/2014).

RUBIM, Linda (org.). Organização e produção da cultura. Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

THIRY-CHERQUES, Hermano. Projetos Culturais: técnicas de modelagem. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2008.

3.16. Políticas Públicas Culturais (CCOG)

3.16.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.16.2. Ementa

Políticas públicas. políticas culturais. O Estado e a cultura: política cultural como política pública. Planos de cultura e suas metas. Pontos de Cultura. Avaliação e fiscalização da política cultural: participação democrática e controle social.

3.16.3. Objetivo Geral

Consolidar o entendimento do funcionamento da administração pública com vistas ao desenvolvimento da capacidade de caracterização, elaboração e avaliação das políticas públicas, especialmente as culturais.

3.16.4. Objetivos Específicos

Aplicar em conjunto esquemas e modelos de elaboração, implementação e análise de políticas públicas. Apresentar instrumentos e portais de informação para subsidiar as análises, fiscalização e avaliação continuadas.

3.16.5. Referências Bibliográficas Básicas

RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; MIDDLEJ, Suylan. **Políticas públicas culturais**: a voz dos gestores. Brasília: IPEA, 2011.

3.16.6. Referências Bibliográficas Complementares

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMAN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

FREITAS DE CASTRO, Carmen Lúcia; Gontijo, Cynthia R. B.; AMABILE, Antônio Eduardo (organizadores). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Tradução: Agemir Bavaresco. Pelotas/RS: Educat, 2002.

3.17. Produção Audiovisual (CCOG)

3.17.1. Aspectos Gerais

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.17.2. Ementa

Estudo teórico e conceitual sobre a produção de conteúdos para os principais meios audiovisuais, incluindo cinema, televisão, vídeo e internet. Noções de Linguagem e estética audiovisual. História dos meios audiovisuais. Processos, funções e etapas de produção. Aplicação dos meios audiovisuais. Processos de elaboração audiovisual. Gêneros e formatos audiovisuais. Conhecimentos sobre meios de exibição e distribuição.

3.17.3. Objetivo Geral

Entender os elementos da produção audiovisual, processos, etapas e funções

3.17.4. Objetivos Específicos

Entender o trabalho do Produtor Cultural na produção audiovisual; conhecer o desenvolvimento histórico e a ideia contemporânea de aplicação do audiovisual.

3.17.5. Referências Bibliográficas Básicas

KORNIS, Mônica Almeida. Cinema, televisão e história. São Paulo, SP: Zahar, 2008.

MASCARELLO, Fernando. História do cinema mundial. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

RODRIGUES, Chris. O cinema e a produção. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

3.17.6. Referências Bibliográficas Complementares

BAPTISTA, Mauto; MASCARELLO, Fernando (orgs.). Cinema mundial contemporâneo. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

BERNARDET, Jean-Claude. Cinema brasileiro propostas para uma historia. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

BLOCK, Bruce. A narrativa visual: criando a estrutura visual para cinema, TV e mídias digitais. São Paulo: Elsevier, 2010.

MACIEL, Katia (org.). Transcineamas. Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2009.

STAM, Robert. Introdução à teoria do cinema. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

3.18. Mediação Cultural (CCOG)

3.18.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.18.2. Ementa

Introdução à origem histórica das nomenclaturas das profissões no campo da cultura. Introdução ao campo da Mediação Cultural. Construção de projetos e práticas de mediação cultural em contextos de diversidade cultural. Reflexões sobre as relações entre horizontalidade e decolonialidade.

3.18.3. Objetivo Geral

Fornecer aos alunos as ferramentas teóricas e práticas para atuar no campo da Mediação Cultural, promovendo a inclusão, a diversidade e a justiça social.

3.18.4. Objetivos Específicos

Introduzir os alunos às origens históricas das nomenclaturas das profissões no campo da cultura e ao campo da Mediação Cultural.

Desenvolver as habilidades necessárias para a construção de projetos e práticas de mediação cultural em contextos de diversidade cultural.

Estimular a reflexão crítica sobre as práticas culturais, incentivando a construção de projetos de mediação cultural que atendam às demandas das comunidades e respeitem a pluralidade cultural

Promover reflexões sobre as relações entre horizontalidade e decolonialidade, visando uma compreensão crítica da prática de mediação cultural

Compreender como as práticas de mediação cultural podem ser desenvolvidas de forma horizontal e decolonial, ou seja, considerando as relações de poder, as questões culturais e as desigualdades sociais.

3.18.5. Referências Bibliográficas Básicas

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; COUTINHO, Renata. Arte/educação como mediação cultural e social. Unesp, 2008.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 4. ed. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

WALSH, Catherine (editora). *Pedagogías Decoloniales (Tomo II). Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Ecuador: editorial Abya-Yala, 2017.

3.18.6. Referências Bibliográficas Complementares

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, p. 109-132, 2007.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Editora FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

COSTA, Leonardo Figueiredo; MELLO, Ugo Barbosa de. *Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões*. EDUFBA, 2016.

3.19. Sociologia da Cultura (CCOG)

3.19.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão:

3.19.2. Ementa

Introdução ao campo da Sociologia. A cultura como objeto de estudo sociológico. Indústria cultural e Teoria Crítica. Hegemonia cultural. Cultura e distinção de classe. Estudos culturais. Culturas híbridas.

3.19.3. Objetivo Geral

Entender os elementos da produção audiovisual, processos, etapas e funções; entender o trabalho do Produtor Cultural na produção audiovisual; conhecer o desenvolvimento histórico e a ideia contemporânea de aplicação do audiovisual.

3.19.4. Objetivos Específicos

Identificar o campo da cultura, nas sociedades contemporâneas, como fenômeno social complexo, dinâmico e relacional.

3.19.5. Referências Bibliográficas Básicas

BAUMAN, Zigmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro:

Zahar, 2013.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

3.19.6. Referências Bibliográficas Complementares

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2019.

CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

FREITAG, Bárbara. Teoria crítica, ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1999.

3.20. Culturas Digitais (CCOG)

3.20.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.20.2. Ementa

Introdução ao pensamento da Escola de Frankfurt e suas relações com os principais fenômenos dos meios de comunicação no Brasil. Compreensão sobre Teoria Crítica e Dialética do Esclarecimento. Relações entre Comunicação e Pós-modernidade. Reflexões sobre os dilemas da era das imagens e sons: potencialidades e ameaças. Introdução à Cibercultura.

3.20.3. Objetivo Geral

Aprofundar o conhecimento acerca da indústria de massa e sua concepção.

3.20.4. Objetivos Específicos

Compreender as estratégias que fazem a cultura de massa, de massa. Refletir sobre os desdobramentos da homogeneização e o papel da tecnologia e dos meios

comunicacionais nesse processo. Discutir as possibilidades que se abrem, principalmente com o advento da internet, para a produção e o consumo cultural.

3.20.5. Referências Bibliográficas Básicas

ADORNO, Theodor W. Indústria cultural e sociedade. 5a ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. Ed. Ática: São Paulo, 1995.

3.20.6. Referências Bibliográficas Complementares

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 2005.

JENKINS, Henry. A cultura da Convergência. São Paulo, Editora Aleph, 2008.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 4. ed. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. O império do grotesco. Mauad Editora Ltda, 2002.

3.21. Laboratório de Processos de Criação e Narrativas Visuais (CCOG)

3.21.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.21.2. Ementa

Estudo dos processos de criação de narrativas visuais. Narrativa e Imagem e suas relações com a sociedade contemporânea. Visualidade e Narrativa. Iconografia e Iconologia. Poética visual e narrativa.

3.21.3. Objetivo Geral

Estudar os processos de criação artísticos no contexto das artes visuais. Refletir sobre os desdobramentos teórico-metodológicos da narrativa visual no contexto da arte contemporânea. Analisar e estudar através da experimentação prática os

dispositivos da linguagem visual e sua possibilidade de construção narrativa conceitual.

3.21.4. Objetivos Específicos

Estudar as Teorias Iconográficas e Iconológicas nas artes visuais. Analisar os processos de criação no campo das artes visuais. Compreender as relações entre poética visual e narrativas visuais.

3.21.5. Referências Bibliográficas Básicas

ECO, Umberto. Os limites da Interpretação. 2ª ed. São Paulo Perspectiva, 2004.

_____. Interpretação e Superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. Semiótica e Filosofia da Linguagem. Lisboa, Instituto Piaget, 2001.

HEIDEGGER, Martin. A origem da obra de arte. São Paulo: Edições 70, 2010.

KIRCHOF, E. R. Estética e Semiótica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PEIRCE, Ch. S. Semiótica. São Paulo Perspectiva, 2003.

SALLES, Cecilia A. Redes da criação: construção da obra de arte. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2006.

3.21.6. Referências Bibliográficas Complementares

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DELEUZE, Gilles. Francis Bacon. Lógica da Sensação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

ECO, Umberto. Obra Aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

RANCIÉRE, Jacques. A partilha do sensível: Estética e Política. São Paulo: ed. 34, 2009.

3.22. Literatura e Sociedade (CCOG)

3.22.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.22.2. Ementa

Literatura e suas relações com outras linguagens e cultura. Literatura e suas indefinições. Espaço da crítica. Sistema literário. Autor, obra e leitor.

3.22.3. Objetivo Geral

Entender a relação do meio social com a produção literária. Discutir a indefinição do objeto literário na relação autor e leitor. Conhecer o sistema literário e pensar a atuação do Produtor Cultural na relação com a literatura.

3.22.4. Objetivos Específicos

Criar um campo de gosto conceitual em torno do objeto literário. Debater o sistema literário a partir de Antônio Candido. Estimular o pensamento para caminhos estético-literários fora do circuito das premiações.

3.22.5. Referências Bibliográficas Básicas

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CAMPOS, Haroldo de. O sequestro do barroco na formação brasileira: o caso Gregório de Matos. São Paulo: Iluminuras, 2011.

DERRIDA, Jacques. Essa estranha instituição chamada literatura. Belo Horizonte: E. UFMG, 2014.

3.22.6. Referências Bibliográficas Complementares

ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Ars Poética, 1992.

BARTHES, Roland. O rumor da língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DURAS, Marguerite. Escrever. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Rio de Janeiro: Passagens, 1992.

3.23. Práticas e Experimentações Culturais I (CCOG)

3.23.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 180h
- ♣ Carga horária teórica: 0h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 180h

3.23.2. Ementa

Ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais. Práticas e experimentações culturais gestadas por órgãos governamentais e/ou não governamentais e sociedade civil organizada. Levantamento e pesquisa de serviços, produtos e aparelhos culturais de fomento à cultura e suas múltiplas expressões. Análise crítica dos diferentes campos de atuação profissional. Discussão de propostas e estratégias de gestão cultural; desenvolvimento cultural e social.

3.23.3. Objetivo Geral

Desenvolver atividades de extensão que possibilitem uma maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Desenvolver atividades de estudo, investigação e mapeamento cultural de múltiplas práticas, linguagens, estéticas e manifestações culturais. Promover a análise, avaliação e levantamento de potencialidades, bens, serviços e aparelhos culturais a partir de uma postura crítica. Delinear proposições no âmbito da gestão cultural e desenvolvimento social através da interlocução com diferentes campos de atuação profissional.

3.23.4. Objetivos Específicos

Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente; aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA; Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade; Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

3.23.5. Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz de. A extensão universitária e a democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro/Rubya Mara Munhoz de Andrade. - 2019. 241. Tese (Doutorado) - programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS. Disponível em

https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/421303/mod_resource/content/1/Tese_Rubya%20Mara%20Munhoz%20de%20A%20ndrade.pdf.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 04 set. 2019.

DE MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. Extensão universitária: diálogos populares, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 1998.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 16 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2013.

NOGUEIRA, A.C.O; LOPES, D.O. HETSPER. R.V. Cadernos de Formação: Reflexões e Práticas Extensionistas na Unipampa. 1º Ed. Bagé, 2016 Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proext/files/2016/10/Ebook-NOGUEIRA-LOPES-e-HETSPER-RPEU.pdf>>.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da Nossa Época, v 120)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução 317 de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa.. Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf>, Acesso em 02 ju. 2021.

3.23.6. Referências Bibliográficas Complementares

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e outros. O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro, RJ: IPHAN, 1996.

CALABRE, Lia (org). Políticas Culturais: pesquisa e formação. São Paulo, SP: Itaú Cultural; Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. In.: Revista Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, RJ, 2001.

FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.) Cadernos PPG-FAUFBA. Especial: Territórios urbanos e políticas culturais Salvador, BA: PPG-FAUFBA, 2004.

FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir de (orgs). Experiências de gestão cultural

democrática. In: Pólis. São Paulo, SP: nº 12, 1993.

HERRERA, Felipe e outros. Novas frentes de promoção da cultura. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

3.24. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Projeto

3.24.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.24.2. Ementa

Orientação da atividade de conclusão de curso que abrange a produção de memorial analítico-reflexivo das experiências profissionais realizadas no decorrer do curso. Análise, problematização e discussão de temática de interesse do/a acadêmico/a vinculado à formação do bacharelado em Produção e Política Cultural em acordo com o Projeto Pedagógico do curso. Elaboração do Projeto de TCC, do levantamento e fichamento bibliográfico, da fundamentação teórica, introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados esperados, cronograma e referências bibliográficas. Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos.

3.24.3. Objetivo Geral

Elaborar projeto que se enquadre nas áreas de atuação do bacharelado em Produção e Política Cultural em acordo com as opções elencadas no projeto político pedagógico do curso

3.24.4. Objetivos Específicos

Desenvolver capacidade de leitura e síntese de texto técnico científico; Desenvolver escrita formal para elaboração de projetos e monografias; Praticar a apresentação em público.

3.24.5. Referências Bibliográficas Básicas

DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

3.24.6. Referências Bibliográficas Complementares

ARAUJO, Cátia Rosana L. de. Manual de normatização de trabalhos acadêmicos / Cátia Rosana Lemos de Araújo, Dilva Carvalho Marques. – Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2021. Disponível: <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2022/04/manual-de-normalizacao-de-trabalhos-academicos-2021-1.pdf>

BURKE, Peter. O que é história do conhecimento? tradução Claudia Freire. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.

CHARTIER, Roger. Autoria e história cultural da ciência. Organizadores. Priscila Faulhaber e José Sérgio Leite Lopes. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

GRAY, David. E. Pesquisa no mundo real. tradução; Roberto Cataldo Costa: revisão técnica: Dirceu Silva. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. 16ª ed. Porto Portugal, 2010.

3.25. Patrimônio Cultural e Sociedade (CCOG)

3.25.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.25.2. Ementa

Diferentes abordagens do patrimônio cultural. Patrimônios culturais e as relações sociais. Processos de ativação do patrimônio. Patrimônio e inclusão social. Patrimônio e sustentabilidade. Patrimônio cultural, poder, memória, identidade e ação social.

3.25.3. Objetivo Geral

Estudar as relações entre patrimônio cultural e sociedade.

3.25.4. Objetivos Específicos

Analisar diferentes abordagens do patrimônio cultural e processos de ativação patrimonial emergentes. Compreender o patrimônio cultural como ferramenta de

inclusão e de sustentabilidade sociocultural. Analisar dimensões e indicadores que influem no campo do patrimônio cultural.

3.25.5. Referências Bibliográficas Básicas

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. En TARDY, C; DOBEDEI, Vera (org.). Memória e novos patrimônios. Marseille: OpenEdition Press, 2005, p.67-93.

FONSECA, Cecília Londres. Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial. In.: Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Série Encontros e estudos, n.5. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP, 2004.

FRAGA, Hilda Jaqueline de, SEVERINO, José Roberto et. PCI-Inclusión Social”: una perspectiva multidimensional desde Latinoamérica y el Caribe In: Patrimonio cultural inmaterial e inclusión social Aportes para la agenda de desarrollo de la era post-COVID en América Latina y el Caribe, 2021, p.12-47.

3.25.6. Referências Bibliográficas Complementares

FRAGA, Hilda Jaqueline de. Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências. Porto Alegre, Editora FI, 2021, 478p.

JÚNIOR, Josemar Elias da Silva, TAVARES, Ana Lúcia Oliveira. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade. In: Ciência da Informação em revista, v.5, n.1/abr.2018, p.03-10.

SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano; GALLO, Haroldo orgs. Patrimônio: Atualizando o debate – São Paulo: 9ª SR/Iphan, 2006.

SANT’ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”. In.: __Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares.Org. Falcão, A., Série Encontros e estudos, n.6. Rio de Janeiro:Funarte; CNFCP, 2005.

UNESCO, Patrimonio cultural inmaterial e inclusión social Aportes para la agenda de desarrollo de la era post-COVID en América Latina y el Caribe, 2021, 247p.

3.26. Gestão de Marketing (CCOG)

3.26.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.26.2. Ementa

Conceitos e definições gerais de marketing e marketing cultural. Estratégias de Segmentação e posicionamento competitivo. Comportamento do consumidor. Peculiaridades do marketing cultural. Composto de marketing cultural. Pesquisa de marketing. Análise e elaboração do plano de marketing cultural.

3.26.3. Objetivo Geral

Compreender os conceitos básicos de marketing, reconhecendo sua importância na estratégia de uma organização, bem como na gestão estratégica de projetos culturais. Conhecer os elementos formadores do sistema de marketing e das diferentes etapas que devem ser seguidas para operacionalizá-lo. Identificar os diferentes tipos de mercado e o perfil de empresas patrocinadoras de projetos culturais

3.26.4. Objetivos Específicos

Compreender as dinâmicas de criação, estruturação e avaliação de produtos culturais. Identificar as influências dos novos modelos de mercado sobre produtos e organizações culturais. Aplicação das técnicas e conceitos do marketing às organizações culturais.

3.26.5. Referências Bibliográficas Básicas

COSTA, Ivan Freitas Da. Marketing Cultural. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing Cultural e Financiamento da Cultura. 1ª Ed. São Paulo, SP: Editora Thomson, 2003.

3.26.6. Referências Bibliográficas Complementares

ALLEE, Verna. A Value Network Approach for Modeling and Measuring Intangibles. Paper prepared for Presentation at Transparent Enterprise, Madrid, November 2002. disponível em <http://www.venaallee.com/articles>. Acesso em 12/4/06, às 18:45h

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo, SP: Saraiva, 2000.

FERREIRA, Ane Caroline, MARTINS, Marcela, HANSON, Dennis. Identidade Brasil: Panorama do marketing cultural brasileiro. In: 2º SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2005, Resende. Anais... Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2005

FISCHER, Micky. Marketing cultural: legislação, planejamento e exemplos práticos. São Paulo, SP: Global, 2002.

HANSON, Dennis. Marketing Cultural e Leis de Incentivo: uma reflexão necessária. In: 3º CONGRESSO DE ENGENHARIA DO ENTRETENIMENTO, 2007, Rio de

Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Laboratório de Engenharia do Entretenimento, UFRJ, 2007

KOTLER, Philip. Princípios de marketing. São Paulo, SP: Prentice Hall, 2008.

MACHADO NETO, Manoel Marcondes. Marketing cultural: das práticas à teoria. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.

MOTTA, Fernando C. Prestes, I. G.; CALDAS, Miguel P. Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo, SP: Thomson Learning, 2009.

MURPHY, Brian; MURPHY, Andrew; WOODALL, Sonja and O'HARE, Roseann, The stakeholder relationship audit: measuring the effectiveness of integrated marketing communications. In Integrated Marketing Communications Research Journal, Boulder, US, v. 5, n.1, Spring 1999

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura. São Paulo, SP: Editora Manole, 2007.

SARKOVAS, Yacoff. Gráficos e Diagramas do Curso Básico de Marketing Cultural. São Paulo: Articultura comunicações, 1995.

3.27. Artes Cênicas (CCOG)

3.27.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.27.2. Ementa

Fundamentos das Artes Cênicas e das linguagens que a compõem a área. Elementos históricos das Artes Cênicas. A relação entre as Linguagens Cênicas e seus espaços de produção, circulação e consumo. Experimentações Cênicas.

3.27.3. Objetivo Geral

Estudar os fundamentos, os elementos históricos e as possibilidades das Artes Cênicas e suas linguagens.

3.27.4. Objetivos específicos

Refletir sobre as Artes Cênicas e suas linguagens; Pensar acerca dos elementos e agentes envolvidos nos espetáculos cênicos; Estabelecer paralelos críticos entre

as diversas manifestações artísticas e suas repercussões na sociedade e na cultura. Desenvolver experimentações cênicas

3.27.5. Bibliografia básica

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do corpo. As mutações do olhar: O século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GUINSBURG, J; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariangela Alves de. (coord.). Dicionário do Teatro Brasileiro: temas, formas e conceitos. São Paulo: Perspectiva: Edições SESC SP, 2009.

PAVIS, Patrice. Dicionário da Performance e do Teatro Contemporâneo. São Paulo: Perspectiva, 2017.

3.27.6. Bibliografia complementar

CARLSON, Marvin. Performance: uma introdução crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERNANDES, Silva. Teatralidades contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PAVIS, Patrice. Dicionário de Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2008.

TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinicius Carvalho; GUSMÃO, Rita (Orgs.). Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

VIANNA, Klaus; CARVALHO, M. A dança. São Paulo: Siciliano, 1990.

3.28. Empreendedorismo e Inovação (CCOG)

3.28.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.28.2. Ementa

Definições, conceitos e determinantes do empreendedorismo e do empreendedorismo cultural. Oportunidade de negócios. Criatividade e visão empreendedora. Formação e desenvolvimento de empreendedores. Planejamento, ferramentas de gestão e avaliação de empreendimentos culturais. Principais etapas da criação de uma empresa. Órgãos e instituições de apoio à geração de empreendimentos inovadores. O empreendedorismo como fator de desenvolvimento integrado nas sociedades. Elaboração de planos de negócios.

3.28.3. Objetivo Geral

Contribuir para a compreensão da importância do empreendedorismo na produção e política cultural, em função de suas múltiplas interfaces, e diante da ampla e complexa cadeia produtiva da produção cultural. Tendo em vista a autonomia do produtor cultural na realização de projetos autônomos ou para organizações, busca-se, através desta disciplina, demonstrar a potencialidade de ações empreendedoras na criação e no desenvolvimento de negócios voltados ao contexto cultural.

3.28.4. Objetivos Específicos

Destacar os desafios e potencialidades existentes para o Produtor Cultural enquanto empreendedor. Analisar a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento de atividades profissionais na área da Produção Cultural. Conhecer as ferramentas de planejamento de negócios. Identificar os diferentes cenários complexos possibilitando o planejamento de novos empreendimentos. Despertar nos acadêmicos o espírito empreendedor.

3.28.5. Referências Bibliográficas Básicas

DAVEL, Eduardo; CORA, Maria Amélia Jundurian. Empreendedorismo Cultural: Construindo Uma Agenda Integrada de Pesquisa. In.: Anais...VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 24 a 26 de março de 2014, Goiânia, GO: EGEPE, 2014. Disponível em: <http://www.egepe.org.br/anais/tema05/78.pdf> (consultado em 15/04/2014).

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.

DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo, SP: Pioneira, 1998.

3.28.6. Referências Bibliográficas Complementares

DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luísa. 3ª ed. São Paulo, SP: Cultura, 1999.
GUERRA, José Roberto Ferreira; PAIVAJÚNIOR, Fernando Gomes. Empreendedorismo cultural na produção cinematográfica: a ação empreendedora de realizadores de filmes pernambucanos. Revista de Administração e Inovação. ISSN: 1809-2039. Vol8. Nº 3, 2011. Disponível em: <http://www.revistarai.org/rai/article/view/792> (consultado em 15/04/2014).

MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2006.

MOTTA, Fernando C. Prestes, I. G.; CALDAS, Miguel P. Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Thomson Learning, 2009.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura. São Paulo, SP: Editora Manole, 2007.

SALIM, Cesar Simões. Construindo plano de negócios. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SEGALLA, Myrthes de Freitas. LIMEIRA, Tania Maria Vidigal (Orientadora). Empreendedorismo Cultural e Organizações criativas: desafios enfrentados no Brasil e na França. Projeto de Iniciação Científica. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Fundação Getúlio Vargas, 2007/2008. Disponível em:

http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/empreendedorismo_cultural_e_organizacoes_criativas_-_desafios_enfrentados_no_brasil_e_na_franca.pdf (consultado em 15/04/2014).

3.29. Práticas e Experimentações Culturais II (CCOG)

3.29.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 120h
- ♣ Carga horária teórica: 0h
- ♣ Carga horária prática: 120h
- ♣ Carga horária EaD: 120h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.29.2. Ementa

Ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais. Práticas e experimentações culturais gestadas por órgãos governamentais e/ou não governamentais e sociedade civil organizada. Levantamento e pesquisa de serviços, produtos e aparelhos culturais de fomento à cultura e suas múltiplas expressões. Análise crítica dos diferentes campos de atuação profissional. Discussão de propostas e estratégias de gestão cultural; desenvolvimento cultural e social.

3.29.3. Objetivo Geral

Desenvolver atividades de extensão que possibilitem uma maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Desenvolver atividades de estudo, investigação e mapeamento cultural de múltiplas práticas, linguagens, estéticas e manifestações culturais. Promover a análise, avaliação e levantamento de potencialidades, bens, serviços e aparelhos culturais a partir de uma postura crítica. Delinear proposições no âmbito da gestão cultural e desenvolvimento social através da interlocução com diferentes campos de atuação profissional.

3.29.4. Objetivos Específicos

Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a)

discente; Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA; Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade; Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

3.29.5. Referências bibliográficas básicas

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz de. A extensão universitária e a democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro/Rubya Mara Munhoz de Andrade. - 2019. 241. Tese (Doutorado) - programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS. Disponível em

https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/421303/mod_resource/content/1/Tese_Rubya%20Mara%20Munhoz%20de%20Andrade.pdf.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 04 set. 2019.

DE MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. Extensão universitária: diálogos populares, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 1998.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 16 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2013.

NOGUEIRA, A.C.O.; LOPES, D.O. HETSPER. R.V. Cadernos de Formação: Reflexões e Práticas Extensionistas na Unipampa. 1º Ed. Bagé, 2016 Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proext/files/2016/10/Ebook-NOGUEIRA-LOPES-e-HETSPER-RPEU.pdf>>.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da Nossa Época, v 120)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução 317 de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa.. Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf>, Acesso em 02 ju. 2021.

3.29.6. Referências Bibliográficas Complementares

BARBOSA, Lúcia Machado; BARROS, Maria do Rosário Negreiros; BIZERRA, Maria da Conceição (orgs.). Ação cultural. Idéias e conceitos. Recife, PE: Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

COELHO, Teixeira. O que é Ação Cultural. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural: profissão em formação. Belo Horizonte, MG:DUO Editorial, 2007

LEITÃO, Cláudia (org.). Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2003, p. 105-114.

POZENATO, José Clemente. Processos culturais. Reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

3.30. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Defesa (CCOG)

3.30.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.30.2. Ementa

Orientação da atividade de conclusão de curso que abrange a produção de memorial analítico-reflexivo das experiências profissionais realizadas no decorrer do curso. Análise, problematização e discussão de temática de interesse do/a acadêmico/a vinculado à formação do Bacharel em Produção e Política Cultural. Elaboração do TCC final, com escrita do artigo científico, título, resumo, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados, conclusão. Organização da apresentação oral e visual.

3.30.3. Objetivo Geral

Desenvolver escrita formal para elaboração do relatório final e monografia; Preparar para defesa em público (banca).

3.30.4. Objetivos Específicos

Elaborar trabalho de conclusão que se enquadre nas áreas de atuação do Bacharel em Produção e Política Cultural (monografia, artigo, etc). Produção do projeto com atenção aos aspectos éticos do estudo; Cuidado com os aspectos que envolvem a o direito autoral.

3.30.5. Referências Bibliográficas Básicas

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2ª ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

3.30.6. Referências Bibliográficas Complementares

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 11ª Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3ª ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2004.

PEREIRA, Potiguar Acácio. O que é pesquisa em educação. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola a academia. 3. ed. São Paulo, SP: Respel, 2005.

3.31. Financiamento e Economia da Cultura (CCOG)

3.31.1. Aspectos Gerais

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.31.2. Ementa

Financiamento à produção cultural no Brasil; tipos de financiamento. Cultura e Mercado. Cultura e desenvolvimento. Economia da cultura. Economia criativa. Hábitos culturais. Consumo cultural como atividade econômica e social.

3.31.3. Objetivo Geral

Apresentar as perspectivas de financiamento à produção cultural no país, seus tipos e funcionamento.

3.31.4. Objetivos Específicos

Abordar temas relativos à economia da cultura, a fim de promover uma reflexão crítica sobre seus desdobramentos, tensões e possibilidades na perspectiva das políticas públicas culturais e da iniciativa privada.

3.31.5. Referências Bibliográficas Básicas

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; MIGUEZ, Paulo; ROCHA, Renata (organizadores). Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. Salvador/BA: Edufba, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2261/1/Cultura%20e%20Desenvolvimento_cult10_RI.pdf (consultado em 10/10/2022).

D'AGUIAR, Rosa Freire (organizadora). Celso Furtado e a Dimensão Cultural do Desenvolvimento. 1a ed. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2013.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ZIVIANI, Paula. Políticas públicas, economia criativa e da cultura. Brasília: Ipea, 2020.

3.31.6. Referências Bibliográficas Complementares

AVELAR, Romulo. O Averso da Cena: notas sobre Produção e Gestão Cultural. 2a ed. Belo Horizonte, MG: Duo Editorial, 2010.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura como recurso. Salvador, BA: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca (organizadora). Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo/SP: Itaú Cultural, 2008.

3.32. Direitos Culturais e Cidadania (CCOG)

3.32.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.32.2. Ementa

A cultura como direito fundamental. Direitos culturais e direito à diversidade. O papel do Estado na promoção dos direitos culturais. Análises da emergência de novos sujeitos de direitos coletivos. Proteção jurídica da cultura e da diversidade.

3.32.3. Objetivo Geral

Articular a relação entre os direitos culturais e cidadania.

3.32.4. Objetivos Específicos

Aprofundar análises acerca do direito à diversidade cultural. Compreender os imbricamentos entre Cultura e direitos humanos. Refletir sobre o papel do estado e a emergência de novos sujeitos de direitos coletivos.

3.32.5. Referências Bibliográficas Básicas

CHAUI, Marilena. Cidadania cultural: o direito a cultura. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2006.

OBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1992.

FILHO, Francisco Humberto Cunha; BOTELHO, Isaura Isaura; SEVERINO, José Roberto (Org.). Direitos Culturais. Coleção cultura e pensamento, v.1, EDUFBA, 2018, 245p.

3.32.6. Referências Bibliográficas Complementares

COELHO, Teixeira. Direito cultural no século XXI: Expectativa e complexidade. In. Revista Observatório Itaú Cultural, n. 11, jan./abr. 2011. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011a.

CUNHA F, Francisco Humberto. Teoria dos direitos culturais. São Paulo, Edições Sesc, 2018, 144p.

CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 367p.

SILVA, Vasco Pereira da. A Cultura a que tenho Direito; direitos fundamentais e cultura. Coimbra: Almedina, 2007.

3.33. Seminário de Arte, Diversidade e Produção Cultural (CCOG)

3.33.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 60h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.33.2. Ementa

Análise e o estudo da produção artística na diversidade. A arte e sua relação com grupos sociais e indivíduos na diversidade. Arte outsider e Arte Bruta.

3.33.3. Objetivo Geral

Estudar as manifestações culturais e artísticas de grupos sociais outsiders. Refletir sobre o campo artístico e sua interface com as produções artísticas dos segmentos não integrados pelos sistemas das artes hegemônicas. Analisar e estudar as interfaces s entre arte, antropologia social e psicologia social.

3.33.4. Objetivos Específicos

Estudar as manifestações estéticas no campo psicossocial. Analisar o campo da arte na sua relação com grupos sociais outsiders. Estudar as Teorias sociológicas do Desvio e *Outsiders*, e sua relação com a produção cultural.

3.33.5. Referências Bibliográficas Básicas

AMARANTES, P. D. (Org.). Loucos pela vida. A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: SDE-ENSP, 1995.

BECKER, HOWARD S. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

GUATARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 68 1992.

3.33.6. Referências Bibliográficas Complementares

BECKER, Howard. Mundos da arte. Lisboa: Horizonte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. As regras da arte. São Paulo: Cia das letras, 1997.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 4ª ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

PEDROSA, Mário. Pintores da arte virgem. In: Dimensões da arte. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964, p. 105-115. (edição original jan. 1950).

TROVÃO, A.C. Efigênia: uma artista da sucata, um pé de chinelo. Monografia de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Sociais. UFPR, 2000.

3.34. Políticas Culturais na América Latina (CCCG)

3.34.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.34.2. Ementa

Estudo das políticas culturais nos países da chamada América Latina. Relação das políticas públicas latino-americanas com os múltiplos atores do campo da cultura. Compreensão das diversificadas ações de fomento e coproduções internacionais. Estudar projetos e ações culturais latino-americanas.

3.34.3. Objetivo Geral

Estudar as principais políticas culturais desenvolvidas em países da América Latina.

3.34.4. Objetivos Específicos

Pesquisar e conhecer ações destacadas de gestões de cultura históricas dos estados latinoamericanos. Conhecer fontes de financiamento de projetos culturais que fomentem o fazer cultural latinoamericano. Propiciar conhecimentos sobre coproduções internacionais em cultura.

3.34.5. Referências Bibliográficas Básicas

CANCLINI, Néstor Garcia & MONETA, Carlos (org). Las industrias culturales en la integración latinoamericana. Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. Salvador, 2007.

BAYARDO, Rubens; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Orgs.). Políticas Culturais na Ibero-América. Salvador: Edufba, 2008.

GRIMSON, Alejandro. Culturas políticas y políticas culturales. CLACSO, 2014.

3.34.6. Referências Bibliográficas Complementares

BOTELHO, Isaura. "Dimensões da Cultura e Políticas Públicas". São Paulo em Perspectiva, 2001.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Las políticas culturales en América Latina. 1983.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Políticas culturales: de las identidades nacionales al espacio latinoamericano.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007.

3.35. Práticas Teatrais em Comunidades (CCCG)

3.35.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 45h
- ♣ Carga horária prática: 15h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.35.2. Ementa

O teatro nas comunidades. Abordagens de cima para baixo/de baixo para cima. Metodologias de Teatro nas Comunidades: Teatro do Oprimido e outras abordagens. A colaboração com vistas à autonomia da comunidade. Questões éticas e estéticas da prática teatral.

3.35.3. Objetivo Geral

Conhecer as práticas teatrais em comunidades, reconhecendo os diversos tipos e metodologias, bem como as questões éticas e estéticas.

3.35.4. Objetivos Específicos

Debater sobre o conceito de Teatro em Comunidades; Distinguir os diferentes tipos de práticas teatrais em comunidades. Compreender as diversas metodologias de Teatro nas Comunidades. Refletir sobre a importância da autonomia das comunidades nos processos teatrais. Discutir sobre aspectos éticos e estéticos da prática teatral.

3.35.5. Referências Bibliográficas Básicas

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido: e outras poéticas políticas. Rio: Civilização Brasileira, 1983.

NOGUEIRA, Márcia Pompeo (org.) Teatro em Comunidades: interações, dilemas e possibilidades. Florianópolis: Udesc, 2009.

SPOLIN, Viola. Jogos Teatrais: O fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2014.

3.35.6. Referências Bibliográficas Complementares

BOAL, Augusto. Jogos para Atores e Não-Atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CRUZ, Hugo; BEZELGA, Isabel; AGUIAR, Ramon (orgs.). Práticas Artísticas: Participação e Comunidade. Évora: Chaia, 2017.

MATTOS, Cachalote et al (orgs.). Teatro do Oprimido e Universidade. Experimentos, ensaios e investigações. Rio de Janeiro: Metanoia, 2016.

SPOLIN, V. Improvisação para o Teatro. São Paulo: Perspectiva, 1982.

TELLES, Narciso; PEREIRA, Victor Hugo; LIGIÉRO, Zeca. (orgs). Teatro e Dança como experiência comunitária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

3.36. Pensamento da Diferença nas Artes e na Literatura (CCCG)

3.36.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.36.2. Ementa

Estudo do conceito de diferença à luz da proposta de Jacques Derrida, em Da Gramatologia, Problematização do conceito de diferença com outros expoentes das filosofias da diferença. Apresentação de aspectos do projeto de pesquisa da/do discente a fim sugerir aproximações entre os artistas e/ou escritores, escritoras e poetas de referência da pesquisa do docente.

3.36.3. Objetivo Geral

Desenvolver o conceito de diferença à luz da Arte e/ou da Literatura. Incentivar problematizações teóricas a partir das filosofias da diferença. Estimular outros

modo de existência tendo por base as reflexões em torno do conceito de diferença.

3.36.4. Objetivos Específicos

Desenvolver a prática da escrita com base no pensamento da diferença. Incentivar a busca por um repertório artístico e conceitual a partir de referências sugeridas. Sugerir a composição coletiva de um pré-projeto voltado à área do curso, segundo o pensamento da diferença.

3.36.5. Referências Bibliográficas Básicas

DERRIDA, Jacques. Da gramatologia. Trad. Miriam Chnaiderman; Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2ª ed., 2006.

KRISTEVA, Julia. Sentido e contra-senso da revolta: poderes de limites da psicanálise I. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

3.36.6. Referências Bibliográficas Complementares

DERRIDA, Jacques. Demorar: Maurice Blanchot/Jacques Derrida. Trad. Flavia Trocoli e Carla Rodrigues. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

DERRIDA, Jacques. Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979-2004). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

KRISTEVA, Julia. O gênio feminino: a vida a loucura e as palavras 2: Melanie Klein Trad. José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

KRISTEVA, Julia. O gênio feminino: a vida a loucura e as palavras

NANCY, Jean-Luc. Corpo, fora. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

3.37. Cultura e Pós-modernidade (CCCG)

3.37.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.37.2. Ementa

Identificar termos e perspectivas de análise, no campo das Ciências Sociais e áreas afins, que problematizam as transformações no capitalismo global no campo da

cultura. Apresentar autores que abordem questões culturais contemporâneas, a partir do debate da pós-modernidade e condição pós-moderna.

3.37.3. Objetivo Geral

Identificar conceitos e perspectivas relacionadas aos processos de globalização em curso e concepções do pós-moderno e termos afins, em sua dimensão cultural. Compreender a importância das questões culturais nos processos de transformação das sociedades contemporâneas.

3.37.4. Objetivos Específicos

Apontar, através de diferentes autores/as e perspectivas, a dinâmica cultural das sociedades contemporâneas, a partir das transformações relacionadas aos processos de globalização e sua relação com o debate sobre o “pós-moderno”, privilegiando uma abordagem socioantropológica às temáticas apresentadas.

3.37.5. Referências Bibliográficas Básicas

BAUMAN, Zigmunt. Vida líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CONNOR, Steven. Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo. Ed. Loyola: São Paulo, 1992.

LIPOVETSKY, Gilles, CHARLES, Sébastien. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2004.

3.37.6. Referências Bibliográficas Complementares

HALL, CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HAN, Byung-Chul. Prefácio. No exame: perspectivas do digital. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. Prefácio. Sociedade da transparência. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

3.38. Seminário de Produção Cultural e Antropologia Visual (CCCG)

3.38.1. Aspectos Gerais

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 60h

♣ Carga horária prática: 0h

- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.38.2. Ementa

A análise e o estudo do campo da Antropologia Visual e sua contribuição para a produção cultural contemporânea. Cultura e Imagem. Antropologia e Comunicação Visual.

3.38.3. Objetivo Geral

Estudar as interfaces da Antropologia no campo da produção visual. Compreender o uso dos recursos da produção visual no campo da etnografia. Estudar as teorias da Antropologia Visual e seu uso no trabalho de campo.

3.38.4. Objetivos Específicos

Analisar os recursos da produção visual na pesquisa de campo. Estudar as Teorias da Antropologia Visual. Refletir sobre a relevância da pesquisa etnográfica visual para o campo da produção cultural.

3.38.5. Referências Bibliográficas Básicas

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

BELTING, Hans. Antropologia da imagem para uma ciência da imagem. Lisboa, KKYM+EAUM, 2014.

CANEVACCI, Massimo. Antropologia da comunicação visual. São Paulo, Brasiliense, 1990.

3.38.6. Referências Bibliográficas Complementares

AUGÉ, M. ECKERT, C. e Monte-Mor, P. (Org). Imagem em Foco. Novas perspectivas em Antropologia. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRG, 1999.

Hockings, Paul (editor). Principles of Visual Anthropology. Berlin, Mouton de Gruyter, 1995.

MACDOUGALL, David. Significado e ser. In: BARBOSA, CUNHA & HIKIJI (Orgs). Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos. Campinas, Papyrus, 2009.

SAMAIN, Etienne . No fundo dos Olhos: os futuros da Antropologia. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, n. 6, p. 141, 1995.

_____. Um Retorno à Câmera Clara. Roland Barthes e a antropologia visual. In O Fotográfico, São Paulo: Hucitec, 1998.

3.39. História da Música Brasileira (CCCG)

3.39.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.39.2. Ementa

Estudo de textos teóricos, gravações sonoras e outros recursos audiovisuais que favoreçam a compreensão da música brasileira em seu processo histórico, sua divulgação e sua função social, com ênfase nos aspectos próprios da sua diversidade cultural.

3.39.3. Objetivo Geral

Oferecer aos estudantes uma compreensão aprofundada da música brasileira, abrangendo sua história, divulgação e função social, bem como os aspectos culturais que a tornam diversa e única.

3.39.4. Objetivos Específicos

O foco na diversidade cultural da música brasileira é importante porque o país possui uma grande variedade de estilos musicais, que refletem as diferentes influências e tradições regionais.

Compreender a complexidade e a riqueza da música brasileira,

Explorar as várias formas e gêneros musicais, bem como suas conexões com a cultura, a história e a sociedade do país.

3.39.5. Referências Bibliográficas Básicas

HOMEM DE MELLO, Zuzana; SEVERIANO, Jairo. A canção no tempo - 85 anos de músicas brasileiras. São Paulo, SP: Editora 34, 1997. 2v.

SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira. São Paulo, SP: Editora 34, 2008.

TINHORÃO, José Ramos. História Social da Música Popular Brasileira. São Paulo, SP: Editora 34, 1998.

3.39.6. Referências Bibliográficas Complementares

CAZES, Henrique. Choro – do quintal ao Municipal. São Paulo, SP: Editora 34, 1999.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, SP: EDUSP, 2012.

RAMALHO, Elba Braga. Luiz Gonzaga - a síntese poética e musical. Fortaleza, CE: Ed.Elba Braga, 2012.

KIEFER, Bruno. Raízes da Música Popular brasileira: da modinha e lundu ao samba. Porto Alegre, RS: Movimento, 2013

MEDAGLIA, Júlio. Música Impopular. São Paulo, SP: Global, 2003.

3.40. Patrimônio, Memória e Gestão Cultural (CCCG)

3.40.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.40.2. Ementa

Relações entre Patrimônio, Memória e Gestão Cultural. As políticas de gestão dos bens culturais: novas configurações e usos sociais dos bens patrimoniais. Estudo e mapeamento de potencialidades culturais a partir do patrimônio cultural. O patrimônio enquanto prática cultural e cidadã. Educação para o patrimônio: relações entre desenvolvimento cultural, democratização da cultura e o direito à memória. Intervenções culturais no âmbito das políticas públicas patrimoniais.

3.40.3. Objetivo Geral

Aprofundar a reflexão acerca das relações entre Patrimônio, Memória e Gestão Cultural com base nas contribuições da História e da Antropologia.

3.40.4. Objetivos Específicos

Problematizar as tensões e disputas políticas do campo do patrimônio, entendido como prática cultural, e suas novas configurações e usos sociais na contemporaneidade. Analisar e desenvolver experiências e intervenções culturais pautadas nos princípios da educação para o patrimônio.

3.40.5. Referências Bibliográficas Básicas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (organizadores). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2009.

CANDAU, Joel. Antropologia de la memória. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 2006.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial In: Ciências & Letras. Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, RS: FAPA, n.27, jan/jun, 2000, p. 25-35.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Rio de Janeiro, RJ: Mana, UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a09v12n1.pdf> (consultado em 14/04/2014).

3.40.6. Referências Bibliográficas Complementares

FRAGA, Hilda Jaqueline de, TRINTADE, Tatiana. Retalhos de memória: uma experiência de educação patrimonial comunitária In: Anais da XVI Jornada de Ensino de História e Educação e IX Seminário de Estudos Históricos, São Leopoldo, RS, 2010.

FUNARI, Pedro P. e PELEGRINI, Sandra C. A. Políticas patrimoniais no Brasil: impasses e realizações. Histórico Cultural, Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed, 2006, p.43 a 60.

IPHAN. Educação patrimonial: reflexões e práticas. Átila Bezerra Tolentino (Org.), João Pessoa, PB: Superintendência do Iphan, 2012.

POSSAMAI, Zita Rosane (org). Leituras da Cidade. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2010.

PATRIMÔNIO CULTURAL. Revista Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, RS: FAPA, n.27, jan./jun./2000.

3.41. Direito dos Contratos e Direito Autoral (CCCG)

3.41.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.41.2. Ementa

Introdução ao direito dos contratos. Direitos das obrigações. Contratos típicos de direito privado. Fundamentos teóricos do direito autoral e da propriedade intelectual: cópia, plágio, pirataria e domínio público.

3.41.3. Objetivo Geral

Compreender a importância do estudo dos contratos diante da perspectiva civil – constitucional.

3.41.4. Objetivos Específicos

Analisar os institutos básicos da teoria geral dos contratos e contratos em espécie. Descortinar a relevância das questões do direito autoral e da propriedade intelectual em seus aspectos protetivos e de responsabilidades decorrentes da sua violação, bem como de questões sobre domínio público no universo acadêmico e profissional do bacharel em Produção e Política Cultural.

3.41.5. Referências Bibliográficas Básicas

GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2007.

NEGREIROS, Teresa. Teoria do Contrato. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2002.

PIMENTA, Eduardo S. Código de direitos autorais e acordos internacionais. São Paulo, SP: Lejus, 1998.

3.41.6. Referências Bibliográficas Complementares

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito autoral. 2ª ed. (refundida e ampliada). Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2007.

BRANCO, Sérgio. O domínio público no direito autoral brasileiro: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro, RJ: Editora Lumen Juris, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9137/Sergio%20Branco%20-%20O%20Dominio%20Publico%20no%20Direito%20Autoral%20Brasileiro.pdf?sequence=1> (consultado em 16/04/2014).

ESPÍNOLA, Eduardo. Dos contratos nominados no Direito Civil Brasileiro. Campinas, SP: Bookseller, 2002.

MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS. Curso de direito civil. Direito das obrigações 2ª parte. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. Direitos Autorais. Rio de Janeiro, RJ: EditorFGV, 2009. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2756/Direitos%20Autorais.pdf?sequence=5> (consultado em 16/04/2014).

PEREIRA DA SILVA, Caio Mário. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro, RJ:Forense, 2006.

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2008.

3.42. Fundamentos da Cultura Brasileira (CCCG)

3.42.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.42.2. Ementa

Estudo e análise da configuração sociocultural brasileira. Elementos formadores. As relações entre cultura, identidade nacional e ideologia no contexto brasileiro. Cultura brasileira e mitos fundadores. A pluralidade cultural brasileira e suas matrizes indígenas, africana e europeia. Cultura como prática e reflexão social.

3.42.3. Objetivo Geral

Analisar a configuração sociocultural brasileira e seus elementos formadores.

3.42.4. Objetivos Específicos

Refletir sobre as contribuições dos aportes teóricos dos diferentes estudiosos da cultura brasileira. Discutir as relações entre cultura, identidade nacional e ideologia. Perceber a cultura no plural e como prática de reflexão social.

3.42.5. Referências Bibliográficas Básicas

CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: A Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal. 51ª Ed. São Paulo, SP: Global, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo, SP: Cia das Letras, 1999.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

3.42.6. Referências Bibliográficas Complementares

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1991.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social*, São Paulo, v.13 n.2 nov. 2001, p. 121-142. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a07.pdf> (acesso em 15/04/2014).

OLIVEN, Ruben George. *Cultura e Modernidade no Brasil*. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol.15/nº 2. São Paulo, Abr./Jun 2001.

RIBEIRO Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

3.43. Patrimônio Cultural (CCCG)

3.43.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.43.2. Ementa

Introdução ao Patrimônio Cultural. Memória e Identidade. Conceituação do Patrimônio Cultural. Patrimônio cultural e bens culturais. Princípios informadores da proteção ao patrimônio cultural. Políticas de preservação. Instrumentos de proteção.

3.43.3. Objetivo Geral

Discutir a noção de patrimônio a partir de uma perspectiva abrangente relacionando-a com os conceitos de memória e identidade.

3.43.4. Objetivos Específicos

Discutir os aspectos materiais e imateriais que envolvem o Patrimônio Cultural. Abordar os aspectos jurídicos que envolvem a temática em questão.

3.43.5. Referências Bibliográficas Básicas

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo, SP: Annablume; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. 1º Forum Nacional de Patrimônio Cultural - Ouro Preto MG,

2009. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>

3.43.6. Referências Bibliográficas Complementares

CANDAU, Joël. Memória e identidade. São Paulo, SP: Contexto 2012.

REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. Memórias, resistências e políticas culturais na América Latina. N. 22. São Paulo (Maio/Novembro 2017). Disponível: <https://issuu.com/itaucultural/docs/observatorio22>

CERQUEIRA, Fábio Vergara; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; SANTOS, Denise Ondina Marroni dos; MELO, Alan Dutra de. Educação Patrimonial: Perspectivas multidisciplinares. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.

MIRANDA, Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2006.

VARINE, Hugues de. O Patrimônio a serviço do Desenvolvimento local. trad. Maria de Lourdes Pereira Horta. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

3.44. Sociologia (CCCG)

3.44.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.44.2. Ementa

Contextualização histórica da edificação da sociologia como ciência. Contribuição dos estudos clássicos nesta área. Métodos de análise da vida humana em sociedade, utilizando categorias sociológicas como: exclusão social, controle social, socialização, papéis sociais, criminalidade e violência. Inter-relacionar as categorias sociológicas.

3.44.3. Objetivo Geral

Discutir o contexto histórico do nascimento da sociologia como ciência, possibilitando o olhar sociológico na contemporaneidade. Refletir sobre os diferentes papéis sociais desempenhados pelos sujeitos sociais no atual ciclo da modernidade tardia.

3.44.4. Objetivos Específicos

Discutir o contexto histórico do nascimento da sociologia como ciência, possibilitando o olhar sociológico na contemporaneidade; Conhecer os diferentes papéis sociais a serem desempenhados pelos diversos atores sociais no atual ciclo da modernidade tardia; Desvelar o nascimento da Sociologia como ciência, para poder aquilatar sua importância para a vida do homem em sociedade; Compreender as causas do fenômeno exclusão social presentes em todas as fases de expansão do modo de produção capitalista na modernidade tardia; Conhecer a perspectiva teórica dos Sociólogos clássicos da Sociologia visando compreender os dilemas contemporâneos da atual crise da modernidade.

3.44.5. Referências Bibliográficas Básicas

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, 1982.

QUINTANEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria Lígia, OLIVEIRA, Márcia G.M. de. Um toque de clássicos: Marx, Weber e Durkheim. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2003.

3.44.6. Referências Bibliográficas Complementares

BAUMAN, Zygmunt. O mal estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. Dicionário crítico da sociologia. São Paulo: Editora Ática, 2007.

SCOTT, John. 50 sociólogos fundamentais. São Paulo: Contexto, 2007.

TOURAINÉ, Alain . Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2006.

YOUNG, Jock. A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: REVAN: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

3.45. Antropologia (CCCG)

3.45.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h

♣ Carga horária de extensão: 0h

3.45.2. Ementa

A disciplina propõe uma abordagem dos principais conceitos, objetos e práticas que estruturam o campo da Antropologia, com atenção à reflexão crítica sobre seu campo epistemológico e metodológico. Voltada às interfaces entre a Antropologia e o conceito de cultura, a disciplina privilegia as articulações teóricas e o diálogo entre tematizações como cultura, diversidade, história, processos simbólicos e interação, etnocentrismo, relações étnicas e prática etnográfica.

3.45.3. Objetivo Geral

Discutir a história da Antropologia como ciência e suas principais correntes teóricas enfatizando os conceitos centrais desta área de conhecimento, possibilitando o olhar antropológico sobre o mundo.

3.45.4. Objetivos Específicos

Discernir a relevância da abordagem e dos conceitos antropológicos na análise das diversas sociedades e culturas em diferentes contextos históricos; Compreender a humanidade como produto de complexas instituições simbólicas; Possibilitar a reflexão crítica das diversas concepções de cultura; Aprender as noções de desvio social possibilitando compreender as diferenças humanas presentes nas sociedades complexas permeadas de múltiplas culturas.

3.45.5. Referências Bibliográficas Básicas

CUCHE, Denis. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução a antropologia social. Petrópolis – RJ:Vozes, 2007.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed 2002.

3.45.6. Referências Bibliográficas Complementares

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2010.

CASTRO, Celso (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

ERIKSSON, Thomas H., NIELSEN, Finn S. História da Antropologia. Petrópolis: Jorge Zahar Ed. 2002.

MELLO, Luiz Gonzaga. Antropologia Cultural: Iniciação, teoria e temas. Petrópolis – RJ: Vozes, 1986.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um estudo sobre o autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

3.46 Direitos Humanos (CCCG)

3.46.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.46.2. Ementa

A disciplina aborda o contexto histórico do nascimento dos Direitos Humanos no Ocidente e sua trajetória em nosso país, tendo como marco distintivo a atuação dos diversos grupos sociais organizados em oposição à exclusão social produzida pelo modo de produção capitalista. Discute as interfaces entre os Direitos Humanos e as Humanidades e estas, ganham especial relevo na análise crítica da legislação, diretrizes, resoluções, pactos e planos versando sobre a inserção dos Direitos Humanos como componente curricular transdisciplinar tendo em vista que a temática dos cursos de graduação contempla a temática Direitos Humanos.

3.46.3. Objetivo Geral

Analisar os direitos humanos, em seu contexto social, político, econômico e cultural de emergência e sua possibilidade de implementação. Discutir a inclusão de grupos sociais historicamente excluídos no atual ciclo da modernidade contemporânea.

3.46.4. Objetivos Específicos

Descortinar a relevância de novas abordagens e temáticas em Direitos Humanos conhecimentos sobre a história dos Direitos Humanos caracterizando uma área transversal do conhecimento que objetiva a luta pela efetivação dos direitos humanos e a construção da cidadania no Brasil; Problematicar a temática Direitos Humanos e o acesso à cultura;

3.46.5. Referências Bibliográficas Básicas

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CASADO, Filho Napoleão. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. A formação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Direitos Humanos e concepções contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2014.

3.46.6. Referências Bibliográficas Complementares

GALLARDO, Helio. Teoria crítica: matriz e possibilidades de direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

3.47 Cinema Negro e Economia Criativa (CCCG)

3.47.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 30h
- ♣ Carga horária teórica: 30h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 30h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.47.2. Ementa

Estudos sobre história, estética e interseccionalidade no cinema negro brasileiro. Estudos sobre realizadores/as e artistas negros/as na cadeia produtiva da indústria audiovisual. Estudos sobre o ativismo e das políticas públicas e privadas para o cinema negro brasileiro.

3.47.3. Objetivo Geral

Oferecer aos estudantes uma compreensão ampla e aprofundada do cinema negro brasileiro, abrangendo tanto aspectos históricos e estéticos, quanto questões relacionadas à interseccionalidade, aos realizadores e artistas negros na indústria audiovisual, ao ativismo e às políticas públicas e privadas.

3.47.4. Objetivos Específicos

Aprofundar a compreensão dos estudantes sobre a história do cinema negro no Brasil, explorando suas origens, desenvolvimento e principais realizações ao longo do tempo

Analisar os aspectos estéticos do cinema negro brasileiro, incluindo a cinematografia, a edição, o som, a direção de arte, o roteiro e outros elementos que compõem a linguagem cinematográfica

Estudar questões relacionadas à interseccionalidade, incluindo raça, gênero, classe social e outras formas de opressão que afetam a produção e recepção do cinema negro brasileiro.

Explorar o papel dos realizadores e artistas negros na cadeia produtiva da indústria audiovisual, incluindo seus desafios e conquistas no mercado.

Explorar o ativismo em prol do cinema negro brasileiro, incluindo as iniciativas privadas e públicas que buscam ampliar o acesso e a representatividade do cinema negro no país.

3.47.5. Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, Noel dos Santos. Cinema negro brasileiro. Campinas/SP: Papirus, 2022.

RODRIGUES, João Carlos. O negro brasileiro e o cinema. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

VALIATI, Leandro. Economia da cultura e cinema: notas empíricas sobre o Rio Grande do Sul. São Paulo: Ecofalante, 2010.

3.47.6. Referências Bibliográficas Complementares

CALABRE, Lia. Políticas Culturais: Informações, territórios e economia criativa. São Paulo/RJ: Itaú Cultural/Fundação Casa Ruy Barbosa, 2013.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PucRio, 2016.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

LUSVARGHI, Luiza. SILVA, Camila Vieira da Silva. Mulheres atrás das câmaras: as cineastas brasileiras de 1930 a 2018. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

PRUDENTE, Celso Luiz. ALMEIDA, Rogério de. (org.) Cinema negro: educação, arte, antropologia. São Paulo: FEUSP, 2021.

3.48 Educação nas Relações Étnico-Raciais (CCCG)

3.48.1. Aspectos Gerais

♣ Carga horária total: 60h

♣ Carga horária teórica: 45h

- ♣ Carga horária prática: 15h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.48.2. Ementa

Reflexões sobre as principais tendências teóricas referentes às questões étnico-raciais, no Brasil e em âmbito local. Problematizações sobre questões de Gênero; Raça; Racismo; Branquitude; Identidades; Representações sociais e culturais.

3.48.3. Objetivo Geral

Compreender e refletir sobre as principais tendências teóricas referentes à questão étnica e racial, tanto em nível global como local. Analisar casos empíricos referentes aos temas.

3.48.4. Objetivos Específicos

Entender, tensionar e problematizar os conceitos de Raça; Racismo; Branquitude; Identidades; Representações sociais e culturais, mito da democracia racial, preconceito, discriminação, entre outros.

3.48.5. Referências Bibliográficas Básicas

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília. DF. 2004.

KILOMBA, Grada. Dizendo o Indizível. Definindo o Racismo. In: Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

CUNHA, Janine Nina Fola. Feminismos negros de Dandara à Marielle, ancestralidade presente!

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Lélia Gonzalez - Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

3.48.6. Referências Bibliográficas Complementares

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

DAVIS, Angela. Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres. In: Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960. (Trechos selecionados).

3.49 Estudos Feministas e de Gênero (CCCG)

3.49.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.49.2. Ementa

A História das Mulheres e das relações de gênero. As lutas das mulheres e a emergência dos feminismos. Pensamentos feministas. O gênero como categoria de análise.

3.49.3. Objetivo Geral

Conhecer os caminhos da História das Mulheres e das relações de Gênero, refletindo sobre a importância dos pensamentos feministas na atualidade.

3.49.4. Objetivos Específicos

Compreender os caminhos da História das Mulheres e das relações de Gênero; Refletir acerca importância dos pensamentos feministas na atualidade; Debater a categoria Gênero como campo de análise e construção de saberes.

3.49.5. Referências Bibliográficas Básicas

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento Feminista: conceitos fundamentais (Orgs.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS. Bell. Teoria feminista: Da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

3.49.6. Referências Bibliográficas Complementares

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (orgs.). Dicionário Crítico de Gênero. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

DEL PRIORE, Mary (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PERROT, Michele. Minha História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

3.50 Produção Teatral Brasileira em Meio a Repressão (CCCG)

3.50.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.50.2. Ementa

Contexto brasileiro durante a Ditadura Militar brasileira. A produção teatral de resistência no período ditatorial. A Censura e seus mecanismos. Estéticas e poéticas teatrais em meio a repressão.

3.50.3. Objetivo Geral

Conhecer a produção teatral durante o período ditatorial, as diferentes manifestações em meio a repressão e a atuação da Censura.

3.50.4. Objetivos Específicos

Conhecer o contexto histórico do Brasil durante a Ditadura Militar Brasileira; Compreender como se deu a produção teatral durante o período ditatorial; Entender como a Censura atuou e quais os seus impactos; Refletir as diferentes manifestações teatrais em meio a repressão.

3.50.5. Referências Bibliográficas Básicas

BERG, Creuza de Oliveira. Mecanismos do Silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MICHALSKI, Yan. O teatro sob pressão. Uma frente de resistência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

REIS, Daniel. Ditadura e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

3.50.6. Referências Bibliográficas Complementares

COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

GARCIA, Silvana. Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MORAES, A.P. Quartim de. Anos de Chumbo. O teatro brasileiro na cena de 1969. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

MOSTAÇO, Edélcio. Teatro e Política: Arena, Oficina e Opinião. São Paulo: Proposta, 1982.

TOLEDO, Ary et al. 1ª Feira Paulista de Opinião. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

3.51 Música e Sociedade (CCCG)

3.51.1. Aspectos Gerais

- ♣ Carga horária total: 60h
- ♣ Carga horária teórica: 60h
- ♣ Carga horária prática: 0h
- ♣ Carga horária EaD: 0h
- ♣ Carga horária de extensão: 0h

3.51.2. Ementa

Estudo de textos teóricos, gravações sonoras e outros recursos audiovisuais que favoreçam a compreensão da música, sua divulgação e sua função social, com ênfase nos aspectos próprios da diversidade cultural e das práticas musicais da atualidade.

3.51.3. Objetivo Geral

Compreender a relação das sociedades com as práticas musicais e sua produção, focalizando usos e funções da música na sua relação com outros fenômenos socioculturais.

3.51.4. Objetivos Específicos

Compreender aspectos do processo de produção musical na contemporaneidade, bem como discutir aspectos do direito autoral relacionados.

3.51.5. Referências Bibliográficas Básicas

ADORNO, Theodor W. Introdução à Sociologia da Música. São Paulo, SP: UNESP, 2011.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo, SP: Brasiliense, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. História Social da Música Popular Brasileira. São Paulo, SP: Editora 34, 1998.

3.51.6. Referências Bibliográficas Complementares

BOURDIEU, Pierre. A Distinção; crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

LÓWY, Michel. Walter Benjamin: Aviso de Incêndio - Uma Leitura das Teses "Sobre o Conceito de História". São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

STOREY, John. Teoria cultural e cultura popular: uma introdução. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

Quadro 6 – Componentes Curriculares Obrigatórios

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE
FUNDAMENTOS DE GESTÃO	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ARTE	GESTÃO DE EVENTOS	SOCIOLOGIA DA CULTURA	PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
HISTÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO BRASIL	HISTÓRIA DA ARTE	METODOLOGIA DA PESQUISA	CULTURAS DIGITAIS	PRÁTICAS E EXPERIMENTAÇÕES CULTURAIS I	PRÁTICAS E EXPERIMENTAÇÕES CULTURAIS II
INTRODUÇÃO À PRODUÇÃO CULTURAL	ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS	PRODUÇÃO CULTURAL, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS	MEDIAÇÃO CULTURAL	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): PROJETO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): DEFESA
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA POLÍTICA	TEORIAS DA CULTURA	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	LABORATÓRIO DE PROCESSOS DE CRIAÇÃO E NARRATIVAS VISUAIS	GESTÃO DE MARKETING	FINANCIAMENTO E ECONOMIA DA CULTURA
PRODUÇÃO TEXTUAL	CULTURA E IDENTIDADE LATINO-AMERICANA	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	LITERATURA E SOCIEDADE	ARTES CÊNICAS	DIREITOS CULTURAIS E CIDADANIA
ANTROPOLOGIA DA ARTE	COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR	COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR	PROJETO CULTURAL DE BASE COMUNITÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR	SEMINÁRIO DE ARTE, DIVERSIDADE E PRODUÇÃO CULTURAL
			UNIPAMPA CIDADÃ		

Quadro 7 - Componentes Curriculares Complementares

FUNDAMENTOS DA CULTURA BRASILEIRA	SOCIOLOGIA	PATRIMÔNIO CULTURAL	POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA	MEDIAÇÃO CULTURAL	ANTROPOLOGIA
PENSAMENTO DA DIFERENÇA NAS ARTES E NA LITERATURA	HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA	CULTURA E PÓS-MODERNIDADE	PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E GESTÃO CULTURAL	MÚSICA E SOCIEDADE	DIREITOS HUMANOS
ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO	EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	PRÁTICAS TEATRAIS EM COMUNIDADES	DIREITO DOS CONTRATOS E DIREITO AUTORAL	CINEMA NEGRO E ECONOMIA CRIATIVA	PRODUÇÃO TEATRAL EM MEIO A REPRESSÃO
SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO CULTURAL E ANTROPOLOGIA VISUAL					

3 GESTÃO

Nesta seção, são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura.

4.1. Recursos humanos

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso, o Corpo Docente e a Tutoria.

4.1.1. Coordenação de Curso

A coordenação de curso e seu substituto são eleitos para um mandato de dois anos, cabendo à Coordenadora executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do curso, conforme o art. 105 do Regimento Geral da Universidade (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5/2010). Há uma demanda a participação efetiva da coordenação em diversas instâncias colegiadas da Universidade, entre as quais, a Comissão Local de Ensino e o Conselho do Campus. Além dessas instâncias, à coordenação cabe participação no Núcleo Docente Estruturante e na Comissão do Curso, incumbida neste último à condução e organização das reuniões.

Ocorre uma contínua interação da coordenação de curso com o corpo discente, docente, gestão superior e técnicos administrativos na resolução das problemáticas acadêmicas e melhoria do funcionamento do curso. Esse diálogo informa à coordenação ações prioritárias e secundárias e oferta elementos para constante revisão do desempenho da gestão de curso.

As ações da coordenação de curso estão detalhadas pelo Manual do Coordenador de Curso (2015), disponibilizado pela PROGRAD, e pelo Regimento Geral da Unipampa (2010), no Art. 105.

A Comissão do Curso – que se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pela Coordenação– é o órgão que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico,

propor alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao cotidiano e planejamento do curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso.

Desde julho de 2014, a partir de reivindicação do conjunto de coordenadores de graduação do campus Jaguarão, o curso conta com servidora técnico-administrativa que assiste nas demandas cotidianas, entre as quais, aos discentes. Desde então, há atendimento diário disponível aos discentes para questões que não sejam dirimidas pelas demais instâncias da universidade (Secretaria Acadêmica, por exemplo).

Assim, a coordenação é informada pela Secretaria de toda nova demanda e atua na resolução de eventuais problemas. A Coordenação do Curso, com auxílio da Coordenação Acadêmica quando necessário, atende também às demandas dos docentes, especialmente aquelas próprias do cotidiano da instituição, vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A coordenação prioriza a harmonização entre docentes e discentes, bem como a funcionalidade e manutenção do curso alinhadas com os demais cursos de Produção e Política Cultural existentes no país. Busca-se contatos e encontros com coordenadores e gestores públicos dos municípios de Jaguarão, Arroio Grande e Pelotas, de outras universidades e de cursos semelhantes, para constante atualização das demandas nacionais e internacionais do campo da cultura.

A coordenadora do curso é professora do magistério superior, contratada em regime integral com dedicação exclusiva à universidade. A carga horária necessária à gestão da coordenação é de 20 horas semanais, variando de acordo com demandas específicas como, por exemplo, acompanhamento e orientação aos discentes em período de matrícula, representação em eventos e encontros, tarefas inerentes a processos de gestão do curso, revisão do Projeto Político-Pedagógico, entre outros.

Tais demandas têm uma variação semanal e mensal, a depender dos processos acadêmicos previstos no calendário da instituição.

A coordenação do curso organiza e conduz reuniões ordinárias mensais da Comissão de curso, participa das reuniões organizadas pelo Núcleo Docente Estruturante e promove a articulação e o debate entre os docentes.

Pelo regimento da universidade, a coordenação de curso também participa como membro nato da Comissão Local de Ensino e do Conselho do Campus, instâncias onde são discutidas as mais variadas questões pertinentes tanto a assuntos pedagógicos quanto administrativos relativos aos docentes, aos discentes e ao corpo técnico administrativo do campus.

As ações da coordenação de curso estão detalhadas pelo Manual do Coordenador de Curso (2015), disponibilizado pela PROGRAD, e pelo Regimento Geral da Unipampa (2010), no Art. 105.

A coordenação de curso possui formação em Administração e em Ciências Contábeis, com experiência de coordenação de outro curso de graduação da Unipampa (Gestão de Turismo), além de experiência em instituições financeiras. A coordenação substituta possui formação em Produção Cultural, com experiência de coordenação deste curso, além de experiência na área de produção cultural.

4.1.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

O NDE do curso de Produção e Política Cultural atende às exigências normativas ministeriais – Parecer CONAES no 04, de 17 de julho de 2010 e Resolução/CONAES no 01, de 17 de junho de 2010. Dessa forma, é o órgão designado para acompanhar, orientar e atualizar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso. Tem a constituição de seis membros, sendo: Coordenador de Curso e cinco professores integrantes do quadro docente do curso, um deles suplente.

A indicação dos integrantes do NDE é realizada pela comissão do curso, com escolha condicionada a, no mínimo, 80% dos integrantes com titulação

acadêmica obtida em programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, priorizando a relação de cinco doutores e um mestre. O NDE tem o intuito de se reunir, ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente do Núcleo eleito entre seus componentes e que conduz as reuniões.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante são:

I. atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, repensando sua concepção, perfil profissional do egresso e organização curricular;

II. submeter as atualizações à Comissão de Curso para aprovação;

III. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;

IV. analisar e avaliar a coerência entre os Planos de Ensino e os componentes curriculares;

V. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado.

Atualmente o NDE é composto pelos seguintes docentes do curso, todos em regime de Dedicção Exclusiva e pós-graduados em programas *strictu sensu*: Dr.^a Patrícia Schneider Severo (Coordenadora do curso), Dr. Alexandre Caldeirão Carvalho, Dr. Thomas Josué Silva (Presidente), Dr.^a Vera Maria Guimarães (secretária do Núcleo), Dr. Gabriel Medeiros Chati (Coordenador substituto do curso), e Dr.^a Hilda Jaqueline Fraga (suplente).

4.1.3. Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discentes e técnico.

Assim, este órgão que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, propor alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, é composto por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Corpo docente do Curso (efetivos e colaboradores);
- III. 2 (dois) representantes discentes eleitos por seus pares, sendo um suplente.
- IV. 01 Técnico Administrativo.

Compete à Comissão de Curso:

- I. Propor o Projeto Pedagógico do Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações;
- II. Analisar e integrar as ementas e planos de ensino dos Componentes Curriculares, compatibilizando-os ao Projeto Pedagógico;
- III. Dimensionar as ações pedagógicas à luz da avaliação institucional;
- IV. Apresentar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático-pedagógico;
- V. Propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino;
- VI. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Estatuto e no Regimento Geral da UNIPAMPA, ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas.

A Comissão de Curso, reúne-se ordinariamente 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo Coordenador de curso.

4.1.4 Corpo docente

A seguir, são apresentados os docentes que atuam no curso, sua formação, as experiências de exercício no ensino superior, na educação básica, na educação a distância e as experiências profissionais.

4.1.4. Relação do corpo docente

♣ Alan Dutra de Melo (<http://lattes.cnpq.br/0089222230213679>)

♣ Formação: Doutor e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL); Bacharel em Direito (UFPEL).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 12 anos na UNIPAMPA
- Educação à Distância: 1 ano na Universidade Aberta do Brasil (UAB), Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Profissionais: 6 anos Gestão Pública Municipal, Prefeituras de Jaguarão e Pelotas (RS), Secretarias de Urbanismo, Turismo, Esporte e Lazer, Cultura e Turismo.

♣ Alexandre Caldeirão Carvalho (<http://lattes.cnpq.br/4211132021598173>)

♣ Formação: Doutor em Administração (UNISINOS), Mestre em Gerenciamento Costeiro (FURG); Bacharel em Administração de Empresas (FURG).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 12 anos, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Anhanguera Educacional e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA);
- Educação à Distância: 2 anos como Coordenador Adjunto da UAB na UNIPAMPA.
- Profissionais: 29 anos. Analista comercial na empresa Tecon em Rio Grande (2003-2010); Chefe da Divisão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança-DMASS na Superintendência do Porto de Rio Grande, (2012-2014).

♣ Carla Daniela Rabelo Rodrigues (<http://lattes.cnpq.br/1436967788276646>)

♣ Formação: Doutora e Mestra em Ciências da Comunicação (ECA/USP), Bacharela em Comunicação Social (UNIT/SE).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 13 anos (Fiam-Faam, Uninove, Uniban, UNIPAMPA)
- Profissionais: 7 anos

♣ Cássia Ferreira Miranda (<http://lattes.cnpq.br/5068830609282977>)

♣ Formação: Doutora e mestra em Teatro (UDESC), Licenciada em História (UFPeI) e Licenciada em Pedagogia (Uninter).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Universidade Federal do Tocantins (7 anos), UNIPAMPA (1 ano).
- Profissionais:
Atuou com oficinas de teatro para crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos (2009 a 2011).

♣ Gabriel Medeiros Chati (<http://lattes.cnpq.br/2793495163969603>)

♣ Formação: Doutor em Ciência Política (UFPEL), Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade (UNIVILLE); Bacharel em Produção Cultural (UFF).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 10 anos, sendo 9 na Unipampa.
- Profissionais: 10 anos de atuação enquanto Produtor Cultural (agenciamento artístico, elaboração e análise de projetos culturais, produção executiva de eventos, entre outras experiências).

♣ Hilda Jaqueline de Fraga (<http://lattes.cnpq.br/3979190690880852>)

♣ Formação: Doutora e Mestra em Educação (UFRGS), Licenciada em Estudos Sociais e História (UNISINOS).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 18 anos (ULBRA, UFRGS, Unipampa);
- Educação Básica: 16 anos
- Profissionais: 5 anos (Secretaria Municipal de Educação de Gravataí)

♣ Luciana Abreu Jardim (<http://lattes.cnpq.br/6231417008134925>)

♣ Formação: Pós Doutorado em Letras (UFRGS), Doutora e mestra em Letras, teoria da literatura (PUC RS), Graduação licenciatura em Letras Português (Furg), Bacharelado em Jornalismo (PUC RS) e licenciatura e bacharelado em Filosofia (PUC RS).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 5 anos (UNIPAMPA)

♣ Patrícia Schneider Severo (<http://lattes.cnpq.br/0041206642611964>)

♣ Formação: Doutora em Agronomia (UFPEL), Mestra em Ciências Contábeis (UNISINOS), Bacharela em Administração (UFPEL) e em Ciências Contábeis (UCPEL).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 8 anos, sendo 7 anos na UNIPAMPA.
- Educação à Distância: 2 anos em cursos de Graduação e Pós-Graduação pela UAB UNIPAMPA.
- Profissionais: 10 anos de atuação no mercado financeiro.

♣ Sandro Martins Costa Mendes (<http://lattes.cnpq.br/3866127361922402>)

♣ Formação: Doutor e Mestre em Teorias da Literatura (PUC RS); Graduação em Letras (FURG); Graduação em Direito (FURG).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 13 anos
- Educação Básica: 1 ano

- Educação à Distância: 2 anos

♣ Thomas Josué Silva (<http://lattes.cnpq.br/6690074431045281>)

♣ Formação: Possui Licenciatura em Filosofia com Estudos Complementares em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994), Mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Antropologia - Universidad de Barcelona (2004).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 27 anos (Universidade Feevale, Unisinos, Escola Superior de Saúde Pública do RS, Unipampa)
- Profissionais:
- 1996 - 1997- Assessor de Saúde Coletiva Prefeitura de Nova Petrópolis
- 1990 - 1994- Educador Social e Artista Plástico Prefeitura de Novo Hamburgo
- Produtor Cultural e ativista Cultural desde 1991 (<https://artethomasjosue.com.br/>)

♣ Vagner Silva da Cunha (<http://lattes.cnpq.br/7455881116828956>)

♣ Formação: Doutor em Política Social (UCPEL), Mestre em Política Social (UCPEL), Graduação em Ciências Sociais (UCPEL).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 12 anos
- Educação Básica: 17 anos
- Educação à Distância: 1 semestre
- Profissionais: Exercício de advocacia

♣ Vera Maria Guimarães (<http://lattes.cnpq.br/6459144410260136>)

♣ Formação: Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais (UNISINOS); Mestrado em Ciências Sociais (Sociologia Política/UFSC) e Doutorado em Ciências Humanas (UFSC).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: 28 anos (sendo 10 anos na UNIPAMPA)
- Educação Básica: 2 anos

4.1.5 Tutoria

O curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural, que apresenta em sua carga horária total 26% de horas em ensino a distância, conta, predominantemente, com os próprios professores titulares dos componentes curriculares como tutores.

4.2. Recursos de Infraestrutura

A Unipampa dispõe de uma infraestrutura multicampi contendo espaços como bibliotecas, salas informatizadas, laboratórios de ensino e pesquisa, auditórios, espaços de convivência e sistemas de internet sem fio locais e EduRoam (Education Roaming). Ainda, a Unipampa dispõe dos seguintes sistemas de webconferência: *Google Meet* (Serviço padrão com suporte institucional), Conferência Web – RNP (Serviço padrão com suporte institucional), *Zoom* (Serviço padrão com suporte institucional), *Microsoft Teams* (Serviço padrão ainda sem suporte institucional), Mconf – *Big Blue Button/UFRGS* (Serviço em processo de descontinuação, *Stream Yard* e *OBS Studio*. Também conta com os equipamentos de videoconferência Logitech ConferenceCam CC3000 e Endpoint Multiponto.

Além disso, existem materiais e laboratórios para atender às demandas específicas dos cursos em cada campus. Tais espaços e materiais dão suporte para o funcionamento dos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Campus Jaguarão, sede deste curso, é composto por dois prédios, um denominado prédio administrativo/acadêmico que se divide em dois blocos, sendo um com três pavimentos e o outro com dois pavimentos e o segundo prédio denominado acadêmico II com três pavimentos, ambos prédios possuem elevadores o que permite a acessibilidade física em todos os seus andares. Os

prédios possuem além das salas de aula e banheiros adaptados para pessoas com deficiência física, salas de professores, sala da direção, sala da secretaria acadêmica, sala da secretaria administrativa, almoxarifado, biblioteca, laboratório de informática e outros diversos laboratórios de suporte às atividades dos diferentes cursos do Campus.

O campus Jaguarão possui um total de 21 salas de aula, sendo:

Administrativo/acadêmico: 10 salas com 85 m² com capacidade de 60 lugares, 2 salas 111,20m² com capacidade de 100 lugares;

Acadêmico I : 04 salas com 40m² capacidade para 30 alunos e 05 salas com 65m² capacidade para 50 alunos

Os equipamentos de audiovisual instalados em cada sala são: 1 projetor multimídia, 1 caixa de som e 1 microcomputador; 5 salas de aula de 11,45 m² possuem ar condicionado de 42000 BTUs e as demais salas possuem 2 ventiladores de teto cada.

Recurso Descrição:

Quadro 8 - Laboratórios e setores

<p>LAB TIC I – Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação (sala 106)</p>	<p>Espaço Físico: a sala possui 11,45 m² Equipamentos: 16 computadores, 1 projetor multimídia interativo, 1 scanner e 1 ar condicionado de 18000 BTUs Técnico responsável: Cesar Radtke</p> <p>LAB TIC II – Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação (sala 108) Espaço Físico: a sala possui 11,45 m² Equipamentos: 20 computadores, 1 projetor e 1 ar condicionado de 18000 BTUs Técnico responsável: Cesar Radtke</p>
<p>LALLi – Laboratório de Literatura e Outras Linguagens (sala 103 B)</p>	<p>Finalidade: Fundado em março de 2011, o LALLi é um espaço multidisciplinar destinado a fomentar a pesquisa docente e a formação permanente dos seus discentes no que tange à produção textual e à pesquisa voltada à relação dialógica, de fronteira entre literatura e outras linguagens, práticas culturais e processos criativos. O LALLi também constitui-se num espaço para sediar a formação</p>

	<p>continuada de professores da comunidade, através da promoção de oficinas, debates e pesquisas voltadas à situação-problema da sala de aula que envolvam o ensino da literatura.</p> <p>Professora responsável: Prof^a. Ana Lúcia Montana Boéssio</p>
LIPIS - Laboratório Interdisciplinar da Imagem e Som- PPC Sala 104	<p>Espaço Físico: área 5.72 m²</p> <p>Equipamentos: 1 projetor, 1 bateria acústica; completa, 1 mesa analógica completa, 1 mesa de áudio analógica, 2 caixas de som amplificadas, 1 monitor de áudio, 1 caixa cubo para contrabaixo, 1 caixa cubo para guitarra, 1 equalizador ciclotron, 1 mesa dimmer, 1 kit de microfone para bateria, 1 kit de microfone de lapela, 2 kits de microfone sem fio com 2 microfones cada, 2 microfones AKG, 4 microfones com fio Shure SM-58, 5 refletores Fresnel</p> <p>Técnico responsável: Alexandre Caldeirão Carvalho</p>
Laboratório de Estudos em História e Literatura (sala 105)	<p>Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica</p> <p>Técnico responsável: Prof^a. Cássia Daiane Machado da Silva e Prof^a. Renata Dal Sasso Freitas</p>
LEMAI – Laboratório de Estudos do Mundo Árabe e Islã (sala 105)	<p>Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica</p> <p>Técnico responsável: Prof. Edison Cruxen</p>
NEHM/LEHAM - Núcleo de Estudos de História Medieval do Laboratório de Estudos de História Antiga e Medieval (sala 105)	<p>Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica</p> <p>Técnico responsável: Prof. Edison Cruxen</p>
Laboratório de Ensino de Espanhol para crianças e Formação Docente (sala 107)	<p>Finalidade: Ofertar os cursos de extensão “Espanhol Básico para Niños – módulos I, II e III” e refletir sobre a formação e práticas docentes.</p> <p>Espaço Físico/ acessibilidade:</p> <p>Equipamentos: 1 aparelho de videocassete com DVD integrado, 1 câmera filmadora, 1 câmera fotográfica, 2 computadores, 1 mini system, 1 netbook, 1 projetor, 1 retroprojetor, 1 televisor 29”</p>

	Técnico responsável: Prof ^a Cristina Pureza Duarte Boéssio
Biblioteca	Equipamentos: 4 computadores para uso dos alunos, 1 lupa eletrônica, 1 impressora braile e 2 gravadores de voz e dois netbooks. Normas de funcionamento: horário de atendimento das 9h às 21h Técnico responsável: Cristiane Teixeira
Sala da Coordenação do Curso de Produção e Política Cultural (sala 308)	Equipamentos: 6 computadores, 1 câmera de vídeo, 1 projetor, 1 caixa de som, 1 notebook. Normas de funcionamento: Horário de atendimento: das 8h às 12h e das 13h às 17h e das 18h às 22h Técnico responsável: prof Dra. Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques
Auditório	Dentre as áreas de uso comum, destaca-se o auditório, com capacidade para 120 pessoas. O auditório, além de acolher o desenvolvimento de atividades acadêmicas, também recebe eventos propostos pela comunidade externa. Equipamentos: 1 projetor, 1 computador, 6 caixas de som, 1 kit com 2 microfones sem fio Normas de funcionamento: é preciso ter o agendamento prévio do estabelecimento para poder utilizá-lo. Técnico responsável: Tatiane Oliveira
Núcleo EaD- Campus Jaguarão	O núcleo está no Prédio denominado Acadêmico 2. O núcleo conta com sala de aula (50 lugares), laboratório de informática (25 lugares), estúdio, sala de professores, sala de tutores e espaço para coordenação.
Laboratório Curso de Turismo – Sala 110	Espaço Físico: área 11.45 m ² Equipamentos: 2 projetores, 4 computadores, 1 aparelho de Blu-ray, 6 binóculos, 1 caixa de som para instrumentos musicais, 1 estação meteorológica, 3 GPS, 1 impressora Ploter, 5kits microfone sem fio com 1 microfone cada, 3 kits microfone sem fio com 2 microfones cada, 1 kit Walk Talk com 2 rádios, 1 Rádio VHF Marítimo: 1 TV Led 32", 1 Mini System Técnico responsável: Patrícia Schneider Severo
Secretaria Administrativa	Equipamentos: 7 computadores, 2 ar condicionado de 18000 BTUs

	Normas de funcionamento: horário de funcionamento das 8h às 20h Técnico responsável: Tatiane Oliveira
Secretaria Acadêmica	Equipamentos: 5 computadores, 1 ar condicionado de 18000 BTUs Normas de funcionamento: horário de funcionamento das 9h às 21h Técnico responsável: Catiane Leite Almeida
Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) - Sala: 401 e 406.	Equipamentos: 401 - duas mesas, dois computadores, uma sofá, um armário e dois gaveteiros, um ar condicionado Técnicos responsáveis: Cristiani Gentil Ricordi e Tônia Ribeiro da Silva 406 - 3 mesas, 3 computadores, dois armários, 4 gaveteiros, 4 arquivos Normas de funcionamento: horário de funcionamento das 8h às 20h Técnicos responsáveis: Darlise Nunes Ferreira, Lauren Prestes e Sílvia Rozane de Souza Avila de Souza

Apenas quando são ministradas aulas no laboratório de informática é que se faz necessário o agendamento para utilização dos equipamentos. É também disponibilizada no Campus, a conexão wireless (rede sem fio), o que facilita ainda mais o acesso à Internet dos alunos por todo o prédio. Em termos de acessibilidade (espaço físico), há uma empresa de engenharia terceirizada realizando o projeto de adequação de espaço para ambos os laboratórios de informática.

Faz parte da estrutura a Secretaria administrativa, onde são executadas as demandas de compras, material, patrimônio, finanças, orçamento, contabilidade, gestão de pessoas, e setor de tecnologia da informação e comunicação; e a Secretaria Acadêmica, onde encontram-se disponíveis todos os registros acadêmicos e são executadas as demandas de ingresso, matrícula, acompanhamento e registro acadêmico, estágios, formaturas, entre outros.

Quanto à acessibilidade, de acordo com LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), deve ser prevista a utilização da tecnologia assistiva, ou seja, produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a

funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. A partir dessa apropriação, as formas de apresentação dos conteúdos curriculares contemplam atividades visuais, sonoras, táteis, gráficas, lúdicas, experimentais envolvendo a tecnologia assistiva e TICs para acesso aos conteúdos curriculares.

No intuito de institucionalizar os direitos das pessoas com deficiência, a Unipampa aprovou a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021, que apresenta as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do PPC e a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência, na qual o capítulo II contempla a acessibilidade metodológica.

No tocante à acessibilidade pedagógica o acesso ao currículo, para qualquer tipo de impedimento das pessoas com deficiência, requer, antes de tudo, condição que possibilite a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, mas também acesso aos materiais e metodologias de apoio pedagógico com a finalidade de representação e expressão da aprendizagem.

No intuito de institucionalizar os direitos das pessoas com deficiência, a Unipampa aprovou a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021, que apresenta as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do PPC e a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência, na qual o capítulo II contempla a acessibilidade metodológica. (Resolução n. 328, de 4 de novembro de 2021)

4.2.1. Espaços de trabalho

Os espaços de trabalho são variados e incluem tanto espaços físicos (como salas de aula, laboratórios e gabinetes), quanto ambientes virtuais de aprendizagem, como o Moodle institucional para acesso às atividades dos cursos presenciais, híbridos e EAD, ou de gestão, como os sistemas GURI, SAP, SEI, entre outros. As salas de aula do campus dispõem de mesa com cadeira para o professor, quadro branco, tela para projeção, datashow, cadeiras estofadas com

braço para os estudantes e persianas. Algumas delas possuem condicionadores de ar.

O prédio do campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa possui área física de 5.626,53 m², com 21 salas de aula divididas pelos cinco cursos de graduação. O prédio também conta com um auditório com capacidade para cerca de 250 pessoas, uma sala coletiva de trabalho para os docentes de cada curso e uma sala coletiva para as coordenações de cursos. Além disso, o prédio do Campus Jaguarão possui outros espaços físicos, como: a biblioteca (com acervo catalogado até o momento em 27.800 exemplares); sala de reuniões com equipamento de videoconferência; sala de apoio pedagógico (NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional) que conta com Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagoga; Secretaria Acadêmica que concentra os serviços de registro acadêmico, encaminhamentos dos cursos de graduação e demais atividades relacionadas ao corpo discente; sala de Coordenação Acadêmica; salas administrativas; laboratório de informática; copa para servidores e funcionários terceirizados; salas para laboratórios de cursos.

Observa-se ainda que o prédio conta com rampa de acesso à entrada principal, bem como um elevador, visando acessibilidade de portadores de necessidades especiais a todos os andares. A infraestrutura referente aos laboratórios, por sua vez, será implementada com a instalação de divisórias, mobiliário e equipamentos que se encontram em fase de compras. Atualmente, os laboratórios do curso compartilham uma ampla sala que, como apontado, receberá divisórias com o objetivo de qualificar os espaços institucionais e as condições de trabalho na pesquisa, na extensão e nos processos de ensino e aprendizagem.

4.2.2. Biblioteca

O acervo total é de aproximadamente 30.000 livros inseridos no sistema Pergamum, no qual a biblioteca faz parte do Sistema de Bibliotecas da Unipampa (SISBI). O quantitativo de exemplares para a bibliografia básica é de pelo menos oito livros para turmas com no máximo 50 alunos, seguindo os parâmetros de avaliação do MEC. E, quanto à bibliografia complementar, são cinco exemplares para cada título. Há como verificar todos os livros e o número de exemplares

acessando a Biblioteca Web, disponível no endereço eletrônico do Portal da Universidade.

Quanto ao ambiente físico, a Biblioteca possui uma área de aproximadamente 450m², contando com dez corredores de estantes, todas cuidadosamente colocadas de forma a facilitar o acesso por cadeirantes. Possui setor de empréstimo, periódicos, revistas semanais, local para leitura de jornais, terminais para acesso ao Portal CAPES e para consulta do acervo pela Biblioteca Web, dois espaços para estudos individuais, local para assistir vídeos, guarda de materiais, oito mesas de estudo tipo reunião com seis lugares e permitindo a acessibilidade física. Os equipamentos apresentam lupas eletrônicas para uso de pessoas com baixa visão.

Pode-se dizer que é preciso um planejamento do espaço para o acervo em Braille, ainda não existente na Biblioteca, mas que requer análise quanto à sua constituição.

O campus de Jaguarão da UNIPAMPA, tem portais de dados de livre acesso, denominado SISBI – Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA. Esse sistema disponibiliza o acesso imediato à produção científica mundial atualizada por meio do serviço oferecido pela CAPES, trata-se do Portal Periódicos CAPES que garante aos discentes e docentes o acesso a textos completos de artigos selecionados de mais de 15.475 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

O Repositório Institucional da UNIPAMPA, que concentra os Trabalhos de conclusão de curso-Projetos Aplicados), às dissertações e teses, os trabalhos acadêmicos e técnicos, bem como outras produções científicas elaboradas por docentes e discentes das mais variadas áreas do conhecimento.

A Universidade conta com um sistema de empréstimo interbibliotecas com outros campus. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

A Biblioteca do Campus Jaguarão funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h com atendimento prestado por quatro técnicos administrativos em Educação

(três Assistentes em Administração e uma Bibliotecária).

1. Área Total: 450m²

2. Distribuição do Espaço Físico:

- setor de processamento técnico/administração da biblioteca;
- setor de empréstimo/referência;
- acervo geral (periódicos, livros, monografias, dissertações e teses);
- 02 salas de estudo;
- 06 mesas para estudo;
- 03 computadores para acesso ao SIE e Portal da Capes.
- 01 terminal totem para acesso SIE.

4.2.3. Laboratórios

A estrutura e funcionamento dos laboratórios ocorre de acordo com o Regimento do Sistema de Laboratórios da Unipampa, aprovado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 343, de 30 de junho de 2022.

A UNIPAMPA – Jaguarão/RS possui dois laboratórios de informática: LAB TIC I: 14 computadores e 10 fones com microfone, cadeiras e mesas na mesma quantidade e LAB TIC II: 16 computadores e fones com microfone e webcam não disponíveis para uso comum, mas conforme necessidade de projeto/solicitação do curso de Letras. Além das cadeiras e mesas na mesma quantidade.

Todos os computadores possuem acesso à internet. O atendimento aberto ao aluno é feito com bolsista de projetos entre abril a dezembro e fora deste período somente para as aulas. Os agendamentos com a bolsista no mesmo período e fora desse período com o administrativo.

Laboratório específico do curso de Produção e Política Cultural:

Laboratório Interdisciplinar da Imagem e Som (LIPIS) - PPC Sala 104 - Espaço Físico: área 5.72 m²

Equipamentos: 1 projetor, 1 bateria acústica; completa, 1 mesa analógica completa, 1 mesa de áudio analógica, 2 caixas de som amplificadas, 1 monitor de áudio, 1 caixa cubo para contrabaixo, 1 caixa cubo para guitarra, 1 equalizador cíclotron, 1 mesa dimmer, 1 kit de microfone para bateria, 1 kit de microfone de lapela, 2 kits de microfone sem fio com 2 microfones cada, 2 microfones AKG, 4 microfones com fio Shure SM-58, 5 refletores Fresnel

Responsável: Alexandre Caldeirão Carvalho

No Campus Jaguarão existem ainda laboratórios dos outros cursos, isso promove diálogo e parceria entre os cursos. Estes laboratórios são coordenados por um servidor do quadro efetivo, coordenador da Comissão Local de Laboratórios.

- Laboratório de Literatura e Outras Linguagens LALLi – (sala 103 B) - Finalidade: Fundado em março de 2011, o LALLi é um espaço multidisciplinar destinado a fomentar a pesquisa docente e a formação permanente dos seus discentes no que tange à produção textual e à pesquisa voltada à relação dialógica, de fronteira entre literatura e outras linguagens, práticas culturais e processos criativos. O LALLi também constitui-se num espaço para sediar a formação continuada de professores da comunidade, através da promoção de oficinas, debates e pesquisas voltadas à situação–problema da sala de aula que envolvam o ensino da literatura.
- Responsável: Prof^a. Ana Lúcia Montano Boéssio
- Laboratório de Estudos em História e Literatura (sala 105) - Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica.

- Responsável: Prof^a. Cássia Daiane Machado da Silva e Prof^a. Renata Dal Sasso Freitas

- Laboratório de Estudos do Mundo Árabe e Islã LEMAI (sala 105) - Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica
- Responsável: Prof. Edison Cruxen

- Núcleo de Estudos de História Medieval do Laboratório de Estudos de História Antiga e Medieval (NEHM/LEHAM) (sala 105) - Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica
- Responsável: Prof. Édison Cruxen

- Laboratório de Ensino de Espanhol para crianças e Formação Docente (sala 107) - Finalidade: Ofertar os cursos de extensão “Español Básico para Niños – módulos I, II e III” e refletir sobre a formação e práticas docentes. Espaço Físico/ acessibilidade: Equipamentos: 1 aparelho de videocassete com DVD integrado, 1 câmera filmadora, 1 câmera fotográfica, 2 computadores, 1 mini system, 1 netbook, 1 projetor, 1 retroprojetor, 1 televisor 29”
- Responsável: Prof^a Cristina Pureza Duarte Boéssio

- Laboratório Curso de Turismo (LABTUR) Sala 110 - Espaço Físico: área 11.45 m²
- Equipamentos: 2 projetores, 4 computadores, 1 aparelho de Blu-ray, 6 binóculos, 1 caixa de som para instrumentos musicais, 1 estação meteorológica, 3 GPS, 1 impressora Ploter, 5 kits microfone sem fio com 1 microfone cada, 3 kits microfone sem fio com 2 microfones cada, 1 kit Walk Talk com 2 rádios, 1 Rádio VHF Marítimo: 1 TV Led 32", 1 Mini System
- Responsável: Patrícia Schneider Severo

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CAST. Desenho Universal para Aprendizagem. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

CALABRE, Lia. Profissionalização no campo da gestão pública da cultura nos municípios brasileiros: um quadro contemporâneo. Revista Observatório Itaú Cultural OIC - n. 6, (jul./set. 2008), p. 66-73, São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008.

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural: Profissão em formação. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-856N9M> . Acesso em 09 de jan. 2023.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

INEP. Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

MARTINELL, Alfons. La Gestión Cultural: Singularidad profesional y perspectivas de futuro. Girona/Espanha: Unesco, 2000.

_____. Políticas culturales y gestión cultural: Organum sobre los conceptos clave de la práctica profesional. Girona/Espanha: Documenta Universitaria, 2007.

MARTINS, Roberto Duarte. A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão. Barcelona: 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/07/DOCUMENTO_TECNICO_METAS_PNC.pdf

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Formação em organização da cultura no Brasil. Revista Observatório Itaú Cultural OIC - n. 6, (jul./set. 2008), p. 47-55, São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 5, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 29, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 97, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 253, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. Resolução CONSUNI nº 239, de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. Resolução CONSUNI nº 240, de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. Resolução CONSUNI nº 260, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. Resolução CONSUNI nº 294, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

Resolução CONSUNI nº 328, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-328-2021-diretrizes-acessibilidade.pdf>> Acesso em: 1º dez.2021.

_____. Resolução CONSUNI nº 329, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente Unipampa. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329-2021-nova-norma-estagios.pdf>> Acesso em: 19 nov.2021.

_____. Resolução CONSUNI nº 317, de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317-2021-politica-de-extensao.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246-2019-pdi-2019-2023.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. Centro de Interpretação do Pampa Jaguarão (RS): a revitalização de um patrimônio cultural. Santa Maria/RS: UFSM, 2014.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Regimento do Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Produção e Política Cultural da UNIPAMPA

APÊNDICE B – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Produção e Política Cultural

APÊNDICE C – Modelo de Relatório – UNIPAMPA CIDADÃ

APÊNDICE A: REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO BACHARELADO EM PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL DA UNIPAMPA

CAPÍTULO I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Presente Regimento dispõe das atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharel em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus Jaguarão, de acordo com a Resolução nº. 01, de 17 de junho de 2010, da CONAES, ao Of. Circular MEC/INEP/DAES/CONAES nº 000074, de 31 de agosto de 2010, o Parecer CONAES nº 4/2010 e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância do MEC, atualizado em maio de 2012.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo que trabalha junto à Comissão de Curso responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharel em Produção e Política Cultural e tem, por finalidade, a elaboração, a implantação e o acompanhamento deste.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, embasados nas Diretrizes Nacionais para os Cursos de Graduação:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso.
- II. Zelar pela integralização curricular dos acadêmicos do Curso, observando o estabelecido no PPC.
- III. Indicar as formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas, programas e projetos de pesquisa e extensão, a partir de necessidades oriundas do desenvolvimento do curso de graduação, de exigências profissionais, dos eixos orientadores do curso, afinadas com as políticas públicas relativas a área de conhecimento do curso e afins.
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação, bem como demais ordenamentos legais e institucionais presentes no PPC do Curso.
- V. Propor, acompanhar e promover a revisão, periódica (no mínimo bianual), do PPC no âmbito do curso, mobilizando professores, técnicos e alunos a:
 - a) definir concepções e fundamentos;
 - b) definir perfil profissional dos egressos do curso;
 - c) gestar os trabalhos de reestruturação curricular, para

aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário; d) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela Comissão de Curso; e) avaliar Planos de Ensino dos componentes curriculares do Curso e; f) incentivar o oferecimento de componentes curriculares complementares de graduação, a partir das demandas observadas.

- VI.** Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC.
- VII.** Promover participação coletiva de docentes, técnicos/as e discentes, através da criação de instâncias participativas e espaços de discussão.

Art. 4º. O/A presidente/a do NDE terá as seguintes atribuições:

- I.** Convocar e presidir as reuniões do NDE;
- II.** Dar encaminhamento às deliberações do NDE;
- III.** Dar o voto de qualidade.

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 5º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- I.** Coordenador/a da Comissão do Curso.
- II.** Coordenador/a substituto do Curso;
- III.** Quatro membros escolhidos entre os/as professores/as do quadro permanente da UNIPAMPA, que pertençam à Comissão de Curso.

Parágrafo único: Entre os membros supracitados, será escolhido 1 (um) professor/a suplente.

Art. 6º. Deverão ser observadas as seguintes condições quanto à estrutura e funcionamento do NDE:

- I.** O/A coordenador/a do curso tomará as providências necessárias às Eleições do NDE;
- II.** O/A coordenador/a e coordenador/a substituto serão automaticamente membros do NDE, e terão direito a voto nas eleições dos demais membros.
- III.** Os membros docentes terão mandato de 3 (três) anos, exceto o/a Coordenador/a e o coordenador/a substituto/a, que serão membros até que ocorra nova eleição para esses cargos;
- IV.** Adota-se como estratégia de renovação parcial do NDE, a substituição de até 2 de seus membros através de eleição extraordinária e específica para

esse fim no caso de livre desistência de algum de seus membros, visando à continuidade no pensar do Curso.

- V. O NDE reunir-se-á com a maioria de seus membros e deverá deliberar por maioria simples de votos dos presentes. No caso de empate, o/a presidente/a terá direito ao voto de qualidade;
- VI. O/A suplente docente deverá substituir qualquer um dos membros docentes eleitos para o NDE, no caso de impedimento ou ausência deste.
- VII. O Presidente e Secretário serão eleitos pelos membros do NDE e terão mandato de três anos. O Coordenador de Curso não poderá ser o Presidente de NDE.

CAPÍTULO IV - DA ELEGIBILIDADE DOS MEMBROS DO NDE

Art. 7º - São elegíveis como membros docentes e suplentes do Núcleo Docente Estruturante do curso de Bacharel em Produção e Política Cultural, os docentes que atenderem os seguintes requisitos:

- I. Integrar o quadro efetivo de docentes que pertencem à Comissão do Curso de Bacharel em Produção e Política Cultural, até a data da eleição;
- II. Estar em efetivo exercício, na UNIPAMPA - Campus Jaguarão, e ser Professor/a do quadro permanente da instituição.
- III. Possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, preferencialmente com título de Doutor(a).

CAPÍTULO V - DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 8º - A eleição dos membros docentes do Núcleo Docente Estruturante do curso de Bacharel em Produção e Política Cultural realizar-se-á:

- I. Nos anos em que são realizadas as eleições da coordenação dos Cursos, sendo que, a cada triênio, poderá haver substituição de até 1/3 dos seus membros.
- II. Em reunião da comissão de curso, convocada pelo/a presidente/a do NDE ou seu/sua substituto/a legal, especificamente para esse fim, com antecedência mínima de sete dias.

Art. 9º - Podem votar na eleição do NDE os/as professores/as membros da comissão de curso presentes na reunião.

Art. 10 - A votação será secreta, através de cédula confeccionada especificamente para esse fim, na qual os votantes poderão escolher até quatro docentes para

compor o NDE, posto que o(a) Coordenador(a) e Coordenador(a) substituto(a) são membros natos.

CAPÍTULO VI - DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NDE

Art. 11 - Os docentes que compõem o NDE são concursados em regime de dedicação exclusiva.

CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE(A) DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 12. Compete ao(a) Presidente(a) do Núcleo:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade.
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição.
- III. Encaminhar as deliberações do Núcleo.
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo.
- V. Coordenar a integração com as demais Comissões de Curso e Campi da instituição.

CAPÍTULO VIII - DAS ATRIBUIÇÕES DO/A SECRETÁRIO/A DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 13 Compete ao/à secretário/a do Núcleo lavrar as atas das reuniões e submetê-las à apreciação do Núcleo.

CAPÍTULO IX - DAS REUNIÕES

Art. 14 O NDE reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§1º A pauta da reunião deverá ser encaminhada pelo/a Presidente/a de NDE com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência à reunião.

Art. 15 As ausências dos membros do NDE nas reuniões deverão ser informadas e justificadas ao presidente do Núcleo com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

Parágrafo único: A ausência, sem justificativa, de membros do NDE em 3 (três) reuniões alternadas ou 2 (duas) seguidas implica desligamento do Núcleo.

Art. 16. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e referendadas pela maioria ampla da Comissão de Curso.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Curso Bacharel em Produção e Política Cultural.

Art. 18 O presente Regimento entra em vigor após e na data de sua aprovação pela Comissão do Curso de Bacharel em Produção e Política Cultural.

Jaguarão, agosto de 2016.

APÊNDICE B: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento visa normatizar as Atividades Curriculares de Extensão articuladas ao currículo do curso de bacharelado em Produção e Política Cultural, em consonância com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021 e a Instrução Normativa UNIPAMPA nº 18, de 05 de agosto de 2021.

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 3º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão propostas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão devem ser previstas no PPC, estabelecendo o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, correspondente a 255 horas.

Art. 5º Para fins de inserção curricular, as ações de extensão universitária poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

§1º As ações realizadas nas modalidades de projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§2º Os(As) acadêmicos(as) do curso de bacharelado em Produção e Política Cultural deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão até o 6º semestre.

§3º A carga horária mínima semestral a ser realizada pelo(a) discente em Atividades Curriculares de Extensão é de 10 horas.

Art. 6º As Atividades Curriculares de Extensão poderão ser ofertadas por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEVs).

Parágrafo único O Programa institucional UNIPAMPA Cidadã será ofertado como Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE), com carga horária total de 75 horas.

Art. 8º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV), articuladas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, apresentam carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, correspondem a uma carga horária total de 180 horas.

Parágrafo único. A carga horária de projetos de extensão relacionados a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente da mesma matriz curricular.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 9º A Comissão do Curso deverá indicar um(a) ou mais docentes para exercer a função de Supervisor(a) de Extensão com as seguintes atribuições:

§1º Apresentar para os(as) acadêmicos(as) a organização da oferta e desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão no curso;

§2º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo(a) acadêmico(a);

§3º Dar ciência e aprovar a proposta de trabalho comunitário que será realizado no Programa Unipampa Cidadã, tendo em vista o início das atividades pelo(a) acadêmico(a);

§4º Validar as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e, no Programa Unipampa Cidadã, planejar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo(a) acadêmico(a), a partir dos documentos comprobatórios apresentados;

§5º Emitir parecer favorável ou não à aprovação das atividades realizadas pelo(a) discente no Programa Unipampa Cidadã, após a avaliação dos documentos entregues pelo(a) acadêmico(a) conforme o art. 18;

§6º Se aprovadas as atividades no Programa Unipampa Cidadã, encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica, para registro da carga horária validada;

§7º Disponibilizar um informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 10 Para o exercício das atribuições indicadas no art. 9º, poderão ser alocadas 8 (oito) horas semanais de trabalho a(o) Supervisor(a) de Extensão como atividade de ensino.

Parágrafo único. As Comissões de Curso poderão designar uma comissão própria de assessoria a(o) Supervisor(a) de Extensão do Curso, alocando aos membros carga horária de até 2 horas semanais de trabalho, como atividade de ensino.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 11 O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o

resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade dos docentes do componente curricular.

Parágrafo único No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, a metodologia, o cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 12 Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 13 Os(As) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 14 É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no art. 13, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas

todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 15 As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 16 Para participar do programa “Unipampa Cidadã”, o(a) acadêmico(a) deverá realizar trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada.

Parágrafo único As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;

Art. 17 A Comissão do Curso definirá as instituições onde serão realizadas as ações OU facultará aos discentes o direito de escolha do local da ação, além do tipo de trabalho;

§1º Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas neste regulamento;

Art. 18 Para comprovação das atividades realizadas no programa “Unipampa Cidadã”, o(a) discente deverá apresentar os seguintes documentos ao Supervisor de Extensão:

I Certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;

II Relatório da atividade do discente, conforme modelo disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Anexo xx).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O curso de Produção e Política Cultural realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 20 Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do câmpus.

Art. 21 O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Curso de Produção e Política Cultural.

APÊNDICE C: MODELO DE RELATÓRIO - UNIPAMPA CIDADÃ

Nome: Clique aqui para digitar texto.

Matrícula: Clique aqui para digitar texto.

Curso de graduação: Clique aqui para digitar texto.

Campus: Clique aqui para digitar texto.

Data de entrega: Clique aqui para digitar texto.

Assinatura:

1. Entidade onde se realizou o Unipampa Cidadã

Nome: Clique aqui para digitar texto.

Endereço: Clique aqui para digitar texto.

Cidade / Estado: Clique aqui para digitar texto.

Responsável pela entidade: Clique aqui para digitar texto.

Assinatura do responsável pela entidade:

2. Informações sobre o trabalho realizado

Período de realização: Clique aqui para digitar texto.

Carga horária total: Clique aqui para digitar texto.

Periodicidade: Clique aqui para digitar texto.

Público da ação: Clique aqui para digitar texto.

Número de pessoas alcançadas pela ação: Clique aqui para digitar texto.

Descrição do trabalho realizado: Clique aqui para digitar texto.

3. Reflexões sobre a “Unipampa Cidadã”

Descreva a importância da realização desta atividade para sua formação pessoal e profissional:

Clique aqui para digitar texto.

4. Avaliação do supervisor de extensão

4.1. Considerações:

Clique aqui para digitar texto.

Aprovado

Não aprovado

Nome do supervisor de extensão: Clique aqui para digitar texto.